



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE BACABEIRA

CESBA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

<https://www.faculdadesesba.com.br/>

Bacabeira – MA

2022



Corpo Gestor

Prof^a. Nubia Costa

Diretoria Geral

Prof^a. Cianna Nunes Rodrigues

Diretoria Acadêmica

Leandro Santos

Gestão Financeira

Prof^o Hayala Silva Miranda

Coordenação Pedagógica

Prof^o Wanderson Gomes Robson

Coordenador do Curso

Comissão de Elaboração e Atualização do Projeto Pedagógico do Curso

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Wanderson Gomes Robson

Evelyn Feitosa Rodrigues

Poliane Dutra Alves

Jurema Lopes de Castro Filha

Willian Leitão de Vilhena

SUMÁRIO

SUMÁRIO	14
1 CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS	21
1.1 <i>Identificação da Mantenedora</i>	21
1.2 <i>Dirigente principal da Mantenedora</i>	21
1.3 <i>Identificação da Instituição Mantida</i>	21
1.4 <i>Dirigente principal da Mantida</i>	21
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL	22
2.1 <i>Missão Institucional</i>	24
2.2 <i>Visão Institucional</i>	24
2.3 <i>Valores</i>	24
2.4 <i>Objetivos</i>	24
3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO EM	26
3.1 <i>Denominação</i>	26
3.2 <i>Modalidade de Ensino</i>	26
3.3 <i>Modalidade de Oferta</i>	26
3.4 <i>Vagas Anuais</i>	26
3.5 <i>Turnos de Funcionamento</i>	26
3.6 <i>Integralização</i>	26
3.7 <i>Carga Horária e Duração do Curso</i>	26
3.8 <i>Regime de Matrícula</i>	26
3.9 <i>Regime do Curso</i>	26
3.10 <i>Ato Autorizativo do Curso</i>	27
3.11 <i>Data de Início de Funcionamento</i>	27
3.12 <i>Base Legal</i>	27
4 DIMENSÃO: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA....	29
4.1 CONTEXTO EDUCACIONAL E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	29
4.1.1 <i>Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: A Região de Inserção do Curso.</i> 31	
4.1.2 <i>Educação no Estado do Maranhão</i>	33
4.1.3 <i>Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: Contexto Local e o cumprimento do PNE-Plano Nacional de Educação</i>	37
4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	38
4.3 OBJETIVOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO CESBA	43
4.3.1 <i>Objetivo Geral</i>	43
4.3.2 <i>Objetivos Específicos</i>	43
4.3.3 <i>Objetivos do Curso: Relações com o Contexto Educacional</i>	45
4.3.4 <i>Objetivos do Curso: Relação com o Perfil Profissional do Egresso</i>	46
4.3.5 <i>Objetivos do Curso: Características Locais e Regionais</i>	47
4.3.6 <i>Objetivos do Curso: Consideração às Práticas Emergentes na Área do Curso</i>	47

4.4	<i>PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO</i>	49
4.4.1	Perfil Profissional do Egresso: Consideração às DCN's – Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Educação Física.....	49
4.4.2	Perfil Profissional: Necessidades Locais e Regionais	51
4.4.3	Perfil Profissional: Flexibilidade em Função de Novas Demandas do Mundo do Trabalho... ..	52
4.4.4	As Competências e Habilidades do Egresso do Curso de Educação Física do CESBA.....	52
4.4.5	Áreas de Atuação	53
4.5	<i>FORMAS DE ACESSO</i>	53
4.6	<i>ESTRUTURA CURRICULAR</i>	55
4.6.1	Estrutura Curricular: Apresentação	55
4.6.2	Estrutura Curricular: Flexibilização Curricular	56
4.6.3	Estrutura Curricular: Interdisciplinaridade e Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação.....	58
4.6.4	Estrutura Curricular – Compatibilidade da Carga Horária	60
4.6.5	Estrutura Curricular – Práticas de Extensão.....	61
4.6.6	Estrutura Curricular – Elementos Inovadores.....	63
4.6.7	Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física	65
4.7	<i>CONTEÚDOS CURRICULARES</i>	69
4.7.1	Conteúdos Curriculares: Desenvolvimento do Perfil Profissional do Egresso considerando a atualização da área do curso.....	70
4.7.2	Conteúdos Curriculares: Adequação das Cargas Horárias e das Bibliografias.....	71
4.7.3	Conteúdos Curriculares: Os Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e a Educação Ambiental.....	72
4.7.4	Conteúdos Curriculares: Conhecimentos Inovadores	74
4.7.5	Componentes Curriculares: Práticas de Extensão	74
4.7.6	Conteúdos Curriculares do Curso de Licenciatura em Educação Física.....	75
4.8	<i>METODOLOGIA</i>	126
4.8.1	A Metodologia: As relações teoria-prática e as práticas pedagógicas e recursos inovadores	127
4.8.2	A Metodologia nas Atividades da Modalidade EaD	130
4.9	<i>ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO</i>	131
4.9.1	Estágio Curricular Supervisionado: Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho e as Atualizações das Práticas de Estágio	134
4.9.2	Estágio Curricular Supervisionado: Relação com a Rede de Escolas da Educação Básica.....	135
4.9.3	Estágio Curricular Supervisionado: Relação entre Licenciandos, Docentes e Supervisores da Rede de Escolas da Educação Básica	135
4.9.4	Estágio Curricular Supervisionado: Relação Teoria e Prática	136
4.10	<i>ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL)</i>	137
4.10.1	Aderência das Atividades de Complementação Profissional à Formação Geral e Específica	138
4.10.2	Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades de Complementação Profissional	139
4.11	<i>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC</i>	140
4.11.1	O Repositório para os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC.....	141
4.12	<i>ATIVIDADES DE EXTENSÃO</i>	142
4.13	<i>APOIO AO DISCENTE</i>	143
4.13.1	Centro de Apoio ao Estudante – CAE	144
4.14	<i>GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA</i>	159
4.14.1	As Avaliações Internas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica	161
4.14.2	As Avaliações Externas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica	162
4.15	<i>CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEaD</i>	163

4.16	ATIVIDADES DE TUTORIA.....	164
4.17	CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA	165
4.18	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC’s – NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM 167	
4.19	AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM-AVA: MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES, TUTORES E ESTUDANTES.....	168
4.20	MATERIAL DIDÁTICO	169
4.21	PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	171
4.21.1	A Avaliação e a Autonomia do Aluno	172
4.21.2	A avaliação e a disponibilização de informações aos discentes e o Planejamento de Ações Concretas para a Melhoria da Aprendizagem	173
4.22	NÚMERO DE VAGAS	174
4.22.1	Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para Adequação das Vagas em Relação ao Corpo Docente	174
4.22.2	Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para adequação das vagas à Infraestrutura Física e Tecnológica	176
4.23	INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO	177
4.24	ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS	177
5	DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE.....	179
5.1	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE	179
5.1.1	NDE: Os Estudos e a Atualização Periódica do PPC.....	180
5.1.2	NDE: Os Procedimentos para Permanência dos Membros do NDE Até o Ato Regulatório Seguinte	181
5.2	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	182
5.3	ATUAÇÃO DO COORDENADOR	184
5.3.1	Experiência Profissional, de Magistério Superior e Gestão Acadêmica do Coordenador ...	187
5.4	REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO	187
5.5	CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO.....	188
5.6	REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	192
5.7	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE	193
5.7.1	Plano de Carreira Docente	194
5.7.2	Qualificação do Corpo Docente.....	194
5.8	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR.....	195
5.9	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	196
5.10	ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE	196
5.11	TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE PROFESSORES/TUTORES DO CURSO	198
5.11.1	Relação Docentes e Tutores– por Estudante.....	200
5.12	PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	200
5.13	INTERAÇÃO ENTRE PROFESSORES/TUTORES E COORDENADORES	201
6	DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA	204
6.1	ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL.....	204
6.2	ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR	204
6.3	SALA COLETIVA DE PROFESSORES	205

6.4	SALAS DE AULA.....	205
6.5	ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	206
6.6	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA	207
6.7	BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR	208
6.8	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR	209
6.8.1	Periódicos.....	210
6.9	CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	211
7	ANEXOS	217
7.1	REGULAMENTO DAS DISCIPLINAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES (EIXO COMUM) E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS (EIXO ESPECÍFICO)	217
7.2	NORMAS PARA AS ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL (ATIVIDADES COMPLEMENTARES).....	226
7.3	REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	240
	FATORES DE AVALIAÇÃO	252
7.4	REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	259
7.5	REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO CESBA	285

A elaboração deste PPC tem como norte as expectativas que contemplam toda a concepção institucional do CESBA, delineada em seu Projeto Pedagógico Institucional que é **oferecer uma educação capaz de transformar positivamente a sociedade, gerando impactos socioeconômicos, ambientais e culturais na sua região de abrangência.**

O planejamento e concretização do um Curso de Licenciatura em Educação Física tem como meta o atendimento às necessidades de toda a sociedade quanto ao acesso e atendimento a um ensino superior de qualidade e à busca de se atingir metas de desenvolvimento social estabelecidas no âmbito brasileiro.

Nesse viés, não se trata apenas de ofertar mais um curso para aumentar o número de cidadãos diplomados, mas buscar também a melhoria da educação brasileira, logo, há inerente a isso uma expectativa de formar professores que façam a diferença na sociedade atual, ou seja, trata-se de assumir a importância do Curso de Licenciatura em Educação Física em razão de sua perspectiva histórico-cultural, tendo então como eixo articulador a formação crítica de sujeitos da educação, de ter como norte a indispensável interdisciplinaridade e a busca da construção de um currículo integrador no seu percurso formativo.

Nesse contexto, as disciplinas das ciências biológicas (tronco comum) e as específicas da área de Educação Física, que formulam o currículo, foram moldadas para uma sociedade cujo princípio da qualidade torna-se prioridade a partir da relação teoria-prática, ou seja, o desenvolvimento de um trabalho docente de qualidade que procure satisfazer as necessidades de aprendizagem e melhoria da qualidade de vida de nossos alunos e da educação, enriquecendo as experiências do educando no processo educativo.

Esta articulação entre teoria e prática será mediada de acordo com os recursos tecnológicos e laboratoriais disponíveis aos alunos e professores, com uma visão inovadora de ensino, procurando possibilitar a construção do conhecimento pelo alunado com base em novos modelos e metodologias de se ensinar e aprender, independente do espaço e tempo ocupado e em diversos contextos sociais. Compartilha-se então do posicionamento de Sacristán (2000) que afirma que quando se define um currículo, deve-

se definir também a forma e funções da própria instituição de ensino, o momento histórico social, tudo dentro de uma trama institucional.

É dentro desta ideia que o Curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA se constitui de uma base comum formada pelos conhecimentos das ciências biológicas e do movimento, aliadas às tecnologias que se inter-relacionam com o fenômeno educativo, com uma ampliação dos fundamentos na leitura do fazer pedagógico dentro da escola, da sociedade e com o objetivo de trabalhar os problemas educativos da realidade educacional, tendo em vista a qualificação do professor com novas formas de intervenções, como aplicações de ferramentas metodológicas.

O CESBA tem como recurso didático-educacional o uso de materiais como apostilas/livros, plataformas virtuais, internet, vídeos e principalmente um excelente sistema de acompanhamento a distância, através de tutores online e presenciais, bem como de professores e coordenadores. É válido ressaltar também que este curso otimiza sempre seus resultados pelas experiências existentes e atende a ampla procura de profissionais da área educacional, em especial aqueles que buscam o desenvolvimento da educação em diálogo com as novas perspectivas tecnológicas que constituem a nova geração de alunos.

Os profissionais da área da educação, em seus valores qualitativos, serão orientados a sempre desenvolver a capacidade de intervenção científica e técnica em seu ambiente de trabalho, assegurando a reflexão crítica permanente sobre sua prática e realidade educacional historicamente contextualizada. O que se espera deste docente é sua capacidade de (re)construir seu projeto pessoal e profissional a partir da compreensão da realidade histórica e profissional, diante das políticas que direcionam as práticas educativas na sociedade.

Nos dias atuais de crise e busca da superação é importante inovar, repensar, fazer rupturas, criar uma nova formulação dos vínculos entre educação e sociedade para orientar o trabalho teórico/prático e as decisões políticas institucionais. Neste cenário, se torna necessário que o curso de Educação Física - Licenciatura, permanentemente, busque desafios para a própria superação.

O Curso de Graduação em Educação Física - Licenciatura do CESBA, agora para esta fase de reconhecimento, tem seu PPC construído coletivamente por meio do seu Núcleo Docente Estruturante – NDE que estabeleceu que o processo de ensino-aprendizagem deve ser centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador desse processo.

Buscou-se, então, conceber um PPC dinâmico que pode e deve ser revisto e alterado sistematicamente, sempre que for necessário, em função das normas legais de ensino, da proposta pedagógica da instituição, das necessidades do mercado de trabalho e de outros aspectos que se refiram à melhoria contínua de sua qualidade. Trata-se de uma perspectiva que constitui o curso como um espaço permanente de inovação, onde a aprendizagem, o ensino, a atualização do projeto pedagógico, o perfil do profissional, as competências e habilidades, os conteúdos (conceituais, procedimentais e atitudinais), as disciplinas (unidades curriculares, temas e conteúdos), as matrizes curriculares, as metodologias de ensino, as atividades de aprendizagem, o processo de avaliação e a extensão encontrem espaços para discussões e, conseqüentemente, revisão de paradigmas, mudança de modelos e de hábitos e culturas.

Objetiva-se com este PPC que fique evidenciado o desejo do CESBA em proporcionar aos alunos uma formação teórico-prática, técnica, cidadã e solidária com as necessidades do meio em que o curso será ofertado, de preparar profissionais pensantes, críticos, competentes, éticos, reflexivos e criativos, realizando a sua essência, por meio do ensino, extensão e pesquisa, por interferência regional e nacional, por meio de um currículo flexível que permite eleger, reformular e ampliar a formação do profissional egresso aqui delineado.



1 CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS

1.1 Identificação da Mantenedora

Mantenedora: Escola Técnica de Bacabeira LTDA - ME

CNPJ: 04.510.265/0001-90

Situada à Rua dos Bacurizeiros, quadra G, nº 13 – Bairro Nova Bacabeira.

Cidade: Bacabeira – MA.

1.2 Dirigente principal da Mantenedora

Profa. Nubia Costa Bastos

1.3 Identificação da Instituição Mantida

Centro de Ensino Superior de Bacabeira(CESBA)

Endereço: Rua- Bacurizeiro, 13, Lt 13 Qd G, Nova Bacabeira – Bacabeira /MA

1.4 Dirigente principal da Mantida

Prof. Conceição de Maria Moura Ferreira

2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Escola Técnica de Bacabeira - ETECBA, fundada em 2009, pioneira no ensino técnico na cidade de Bacabeira, criou vários cursos Profissionalizantes com o objetivo de proporcionar formação técnica aos que, detentores do certificado do segundo grau e/ou em fase de finalização, almejavam seu ingresso no mercado de trabalho com amplas possibilidades de sucesso.

Orgulhamo-nos de termos formado cento e quarenta e uma turmas de profissionais nestes doze anos de atuação, sempre nos voltando para o constante aperfeiçoamento de nossos alunos.

Neste sentido, e atentos às mutações sociais e às expectativas individuais, reformulamos a oferta de cursos, adequando-os aos reclamos do mundo empresarial do novo milênio marcado pelo vertiginoso avanço tecnológico e pela globalização, que exige mudanças e acesso imediato a gama infinita de informações.

Os cursos Profissionalizantes encontram-se cumprindo seu papel, respondendo, com eficiência, à demanda nestes doze anos de funcionamento com uma composição e desenho de modo a se manterem atualizados e capazes de enfrentar o desafio de um ensino de alta qualificação.

Atualmente, no leque de opções autorizadas, inserem-se os cursos de pós-técnicos que objetiva atender a uma clientela que já concluiu o curso técnico e os cursos de aprimoramento que são cursos de curta duração com intuito de oportunizar uma formação profissional sem nível técnico.

A ETECBA, pensando em contribuir mais ainda para o desenvolvimento da cidade de Bacabeira, iniciou outra etapa, um degrau a mais, aproveitando a abertura promovida pela LDB e da parceria com uma instituição de ensino superior, nossa instituição iniciou a oferta de cursos também neste nível de formação o que nos permite descortinar horizontes e exercitar, em sua plenitude, a criatividade em consonância com as aspirações dos contingentes que nos procuram em busca de seu aprimoramento pessoal e profissional.



No ano de 2019, a ETECBA galgou um degrau a mais e credenciou, junto ao MEC, o Centro de Ensino Superior de Bacabeira – CESBA, iniciando com os cursos de graduação no município de Bacabeira, com a perspectiva de orientar e desenvolver iniciativas que aumentem a qualidade do Ensino e a formação de sujeitos responsáveis, comprometidos com o seu autodesenvolvimento e com o progresso da sociedade.

O Centro de Ensino Superior de Bacabeira, CESBA, foi devidamente credenciado pela Portaria Ministerial nº 1121, de 01 de novembro de 2018 e iniciou suas atividades no semestre posterior à publicação desse documento autorizativo.

Atuando em diversas áreas do conhecimento, o CESBA possui, atualmente, em atividade, os cursos de Bacharelado em Serviço Social, Enfermagem, Direito e Administração e os cursos de Licenciatura em Pedagogia e Educação Física, formando centenas de cidadãos do Estado do Maranhão para essas áreas.

Assim, em sua gênese, a IES tem como anseio principal a intervenção positiva na educação brasileira em todos os seus níveis e a certeza de que somente a partir dela será possível construir um mundo justo e igualitário. Ressalte-se que a reunião dos educadores que hoje fazem a gestão da IES, junto com seus professores que atuam nos cursos, tem uma sólida perspectiva acerca de sua realidade e de suas metas educacionais, constituindo a partir do seu PDI e dos PPCs dos cursos autorizados, um marco diferencial na gestão de IES.

Atualmente, a IES está estabelecida no município de Bacabeira – MA, área construída que incluem os seus vários departamentos, salas, laboratórios e uma clínica escola que atende a toda a comunidade carente bacabeirense, tornando-se referência como instituição socialmente responsável.

Todo esse desenrolar histórico e social do CESBA advém da forte convicção dos gestores da IES de que uma Instituição de Ensino Superior séria e dedicada a mudar a realidade em que se insere, faz-se sempre permanentemente necessária para o desenvolvimento não apenas social e econômico da sociedade, pois por tratar-se de uma prestação de serviços que forma profissionais que se destacam no contexto social, fornecerá sempre à sociedade agentes de equilíbrio e transformação positiva da realidade social.

2.1 Missão Institucional

O Centro de Ensino Superior de Bacabeira - CESBA tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação.

2.2 Visão Institucional

Ser uma instituição de ensino superior reconhecida por todo território nacional, sendo referência na Educação de Ensino Superior e sustentabilidade e suas ações, como uso disseminado de tecnologias de informação e de comunicação nas práticas acadêmicas, flexibilidade curricular na formação e mobilidade interna e externa.

2.3 Valores

- Pesquisa e a iniciação científica, visando colaborar no avanço da ciência e da cultura;
- Estimular a criação cultural, por meio da promoção de eventos diversificados;
- Formar profissionais de nível superior, nas diferentes áreas de conhecimento, para participar do desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais.

2.4 Objetivos

I. Estimular o empreendedorismo, a inovação, a sustentabilidade, a criação e preservação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II. Formar graduados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, no nível exigido pela região e pelo país e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, capazes de inovar e empreender nos seus

respectivos setores, tendo sempre a consciência do desenvolvimento social centrado na sustentabilidade;

III. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;

IV. Prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

V. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

VI. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VII. Promover permanentemente a inclusão social e a acessibilidade de alunos, colaboradores e comunidade;

VIII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

IX. Ampliar e diversificar as atividades de ensino no CESBA, em níveis de graduação, de pós-graduação ou de extensão, com a oferta, *a posteriori*, de cursos à distância e semipresenciais.

3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EDUCAÇÃO FÍSICA

3.1 Denominação

Curso de Licenciatura em Educação Física

3.2 Modalidade de Ensino

Licenciatura

3.3 Modalidade de Oferta

Presencial

3.4 Vagas Anuais

100 (cem vagas)

3.5 Turnos de Funcionamento

Noturno

3.6 Integralização

Mínimo de 8 (oito) semestres e máximo de 16 (dezesesseis) semestres.

3.7 Carga Horária e Duração do Curso

3.680 horas – 8 semestres

3.8 Regime de Matrícula

Semestral

3.9 Regime do Curso

Seriado Semestral

3.10 Ato Autorizativo do Curso

Portaria nº 834, de 28 de novembro de 2018.

3.11 Data de Início de Funcionamento

25/02/2019

3.12 Base Legal

O Projeto Pedagógico do Curso foi concebido com base na Lei nº 9.394/96, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; no Dec. 5.773/2006; na Resolução CNE/CES nº. 02/2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, licenciatura, na modalidade presencial, com adequação de seus conteúdos curriculares às exigências do Decreto nº 5.626/2005, que trata da oferta da Língua Brasileira de Sinais – Libras e dos estágios à Lei 11.788/2008. A infraestrutura institucional apresenta plenas condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais, em observância ao Decreto nº. 5.296/2004. Atende as diretrizes das resoluções e legislações:

- > Resolução Nº 6, de 18 de Dezembro de 2018 (Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física);
- > Portaria Nº 2.117, de 6 de Dezembro de 2019 (Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino)
- > Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena);
- > As Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002);

> Atende à Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

> As atividades curriculares de extensão de acordo com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018

Índices	
CC	3(2018)

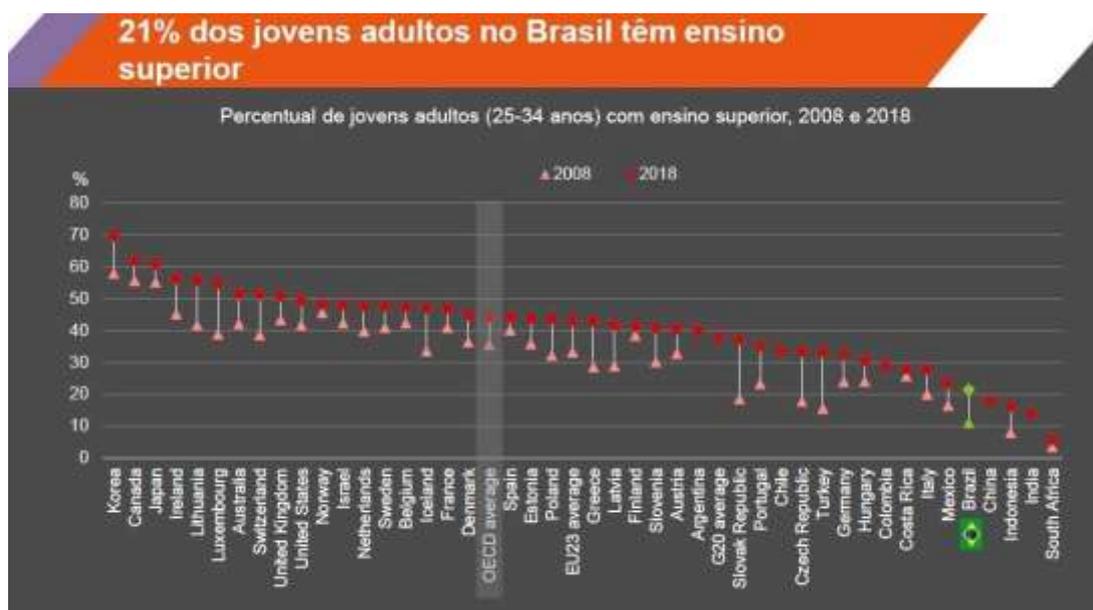
4 DIMENSÃO: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

4.1 CONTEXTO EDUCACIONAL E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Primeiramente, há que se considerar que a escolha da oferta por este curso de Formação de Professores, mais precisamente na área de Licenciatura em Educação Física, deu-se considerando as perspectivas do PNE - Plano Nacional de Educação que prevê o estabelecimento de ações que visam diminuir as diferenças entre as regiões brasileiras e a melhoria da educação a partir da qualificação ampla do mesmo cenário.

Da mesma forma, há que se considerar que no último estudo disponibilizado pela OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2019), apenas 21% da juventude entre 18 e 24 anos estão frequentando cursos superiores no Brasil. A análise da situação da educação no país, com o redesenho do sistema representado pela quase universalização do ensino fundamental e pela progressiva democratização do acesso ao ensino médio, também sugere o aumento de mais vagas no ensino superior.

Os dados fornecidos pela OCDE tornaram o cenário da educação brasileira visível para o todo o mundo, sendo cobrado de nossos governantes ações que dirimam o déficit em médio prazo.



Fonte: Relatório da OCDE/2019.

O Brasil neste ano de 2022 foi aceito na OCDE, órgão de extrema importância para o desenvolvimento dos países. Porém, isso só ocorreu em virtude de compromissos firmados pelo poder público de atingir metas de desenvolvimento educacional no prazo de dez anos, semelhante aos países desenvolvidos.

Afinal, o aumento da escolarização em nível superior é crucial para o desenvolvimento sustentável de qualquer país, bem como cumprir às exigências dos órgãos mundiais que estabelecem os sistemas de globalização na atualidade. É crucial constituir-se tal crescimento para que se possa aumentar as condições de empregabilidade, uma vez que as taxas de desemprego tendem a reduzir-se à medida que se eleva o nível de escolaridade.

Assim, a estruturação e expansão da oferta de cursos de graduação é uma proposta educacional que visa atender aos anseios da sociedade brasileira e mundial, não tendo o ensino médio como última instância de estudos da maior parte dos jovens. Essa perspectiva está alinhada com as políticas ministeriais de aumentar a oferta de vagas de acesso ao Ensino Superior; ampliando o número de cidadãos brasileiros na universidade; buscando-se soluções para diminuir as taxas de evasão e retenção nos cursos; flexibilizando a estrutura curricular e a diversificação das possibilidades de diplomação.

Há que se destacar que os cursos presenciais tiveram uma queda significativa mesmo antes da Pandemia do COVID-19, em detrimento a isso, os dados do MEC já apontam há anos, que o interesse pelo ensino EaD por parte dos alunos já apresentou enorme crescimento nos últimos anos e tende a crescer ainda mais nos próximos anos.

É importante frisar essa expectativa, pois muitas IES privadas estão extinguindo os seus cursos de Licenciatura em Educação Física da modalidade presencial e ofertando-os unicamente para a modalidade EaD, pois são cursos que, além de baixa demanda, possuem um custo de sustentabilidade semelhante aos cursos de saúde que necessitam de uma gama de laboratórios.

Nesse sentido, é primordial que cursos de Licenciatura em Educação Física como o do CESBA permaneçam atuantes na sua oferta na modalidade presencial, haja vista atender

a um público específico que possui condições de estudar presencialmente, sendo flexibilizado a estes a possibilidade híbrida de ter componentes ofertados na modalidade EaD, como é o caso do CESBA.

Neste cenário, também há que se destacar a problemática da desigualdade de oferta entre as diferentes regiões brasileiras, afinal os dados demonstram uma oferta mais concentrada de cursos de Licenciatura em Educação Física nas Regiões Sul e Sudeste, tanto na modalidade presencial, quanto na EaD, ambas as regiões acumulando quase metade dos alunos matriculados do Brasil.

Assim, é necessário atender a demanda das localidades que possuem os menores índices educacionais, em especial as regiões Norte e Nordeste onde existe uma necessidade maior de oferta de cursos de graduação com a devida qualidade e os diferenciais necessários para a formação de um bom profissional para atender às várias singularidades regionais em termos de formação de professores de Educação Física.

4.1.1 Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: A Região de Inserção do Curso.

Segundo dados do IBGE, a população do Município de Bacabeira-MA possuía no ano de 2021 cerca de 17.446 de habitantes, sendo uma das cidades que está crescendo nos últimos anos.

Em termos de estrutura, quando relacionada aos outros municípios do Maranhão, apesar de estar longe do ideal em comparação com outras capitais, o município possui a melhor infraestrutura estadual em termos de saúde e educação.

Essa expectativa se faz clara ao compararmos o contexto demográfico entre a capital São Luís do Estado do Maranhão e os outros municípios da Região.

Município	Área (km ²) [9]	População (2021) ^[2]	IDH (2010)	Densidade (2010)	PIB (2018) ^[10]
Alcântara	1.483,232	22.126	0,600	14,91 hab/km ²	125.751,64
Axixá	160,462	12.234	0,641	56,15 hab/km ²	78.701,61
Bacabeira	615,761	17.446	0,602	28,02 hab/km ²	253.430,20
Cachoeira Grande	865,040	9.524	0,537	11,97 hab/km ²	56.014,99
Icatu	1.448,796	27.423	0,546	18,82 hab/km ²	162.343,32
Morros	1.712,121	19.708	0,548	10,37 hab/km ²	135.316,40
Paço do Lumiar	132,410	125.265	0,724	934,57 hab/km ²	992.331,47
Presidente Juscelino	355,568	12.939	0,563	32,54 hab/km ²	82.197,03
Raposa	66,280	31.586	0,632	470,38 hab/km ²	250.623,94
Rosário	685,036	43.243	0,630	62,76 hab/km ²	371.815,87
Santa Rita	706,38	38.732	0,592	54,22 hab/km ²	281.370,71
São José de Ribamar	386,282	180.345	0,708	463,43 hab/km ²	2.133.552,54
São Luís	827,141	1.115.932	0,768	1.340,73 hab/km ²	32.103.746,49
Total	9.444,51	1.656.503	-	174,16 hab/km ²	37.027.196,21

Assim, considerando o curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA, pode-se afirmar categoricamente que ele atende não somente ao município de Bacabeira, mas a toda uma região metropolitana composta de 13 municípios com realidades diversas em todas as áreas. O mesmo faz divisa com os municípios, São Luís, Rosário, Santa Rita e Cajapió.

Com uma área de 542,962 km², o município de Bacabeira localiza-se na região do Golfão Maranhense, que é uma área de terras emersas, cercadas por água, no extremo norte do Estado, constitui-se pela baía de São Marcos e São José, separados pela ilha de Upaon-Açú, estando parcialmente em uma região de preservação ambiental das Reentrâncias Maranhenses. Está limitado ao norte com a capital São Luís, separados pelo estreito do mosquito.

Além disso, o município está posto de maneira estratégica, por ser drenado pelas duas maiores bacias hidrográficas do estado de Maranhão, o que possibilita a iniciativa privada de um constante investimento na região, é, além disso, atravessado pela BR-135 e as Ferrovias Carajás e São Luís-Teresina, que dão acesso ao complexo portuário de São Luís. Pela cidade também passam as grandes redes transmissoras de energia, que

abastecem a capital São Luís e seu parque industrial, assim como a adutora do sistema Italuís (CAEMA) que correspondem por 60% do abastecimento total da capital.

No Município de Bacabeira, há uma constante busca por docentes para serem inseridos na educação básica, o que se contrapõe por uma baixa oferta de profissionais qualificados.

De acordo com todos esses dados e com as perspectivas educacionais e de inserção regional dos egressos do Centro de Ensino Superior de Bacabeira, fica claro a viabilidade e operabilidade da oferta do Curso de Licenciatura em Educação Física no referido município, o que de fato irá transformar a realidade sócio educacional da região.

4.1.2 Educação no Estado do Maranhão

Em 2019, o Maranhão foi o estado brasileiro que apresentou o maior percentual de pessoas sem instrução: 16,6% da população do estado com 25 anos ou mais de idade. Ao todo, foram contabilizados 661 mil maranhenses sem instrução. O estado do Rio Grande do Sul foi o que apresentou o menor percentual: 2,3%. Para Brasil, esse percentual era de 6,4%.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2019, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O nível de instrução foi avaliado levando em conta o nível educacional alcançado por cada pessoa, independentemente da duração dos cursos por ela frequentados.

Segundo a pesquisa do IBGE, no Maranhão, em 2019, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que terminaram a educação básica obrigatória – ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio – foi de 36,8%.

¹ O cenário pós-pandemia ainda não foi medido pelo IBGE, o que nos leva a crer que teremos números ainda mais negativos, haja vista o atraso educacional causado pelo afastamento dos jovens na escola nos anos de 2020 e 2021.

Entre aqueles que não completaram a educação básica, além dos 16,6% sem instrução, 34,3% tinham o ensino fundamental incompleto, 7,4% tinham o ensino fundamental completo e 4,9%, o ensino médio incompleto.

Por outro lado, o percentual de pessoas com o ensino superior completo aumentou. O número passou de 8,6%, em 2018, para 9,1%, em 2019. No entanto, entre as Unidades da Federação, o Maranhão apresentava o menor percentual de pessoas de 25 anos ou mais com nível superior completo.

A unidade federativa do Brasil com o maior percentual de pessoas que completaram o ensino superior foi o Distrito Federal, com 33,8% da população com 25 anos ou mais formada. Para o Brasil, esse percentual foi de 17,4%.

Analfabetismo

No Maranhão, em 2019, havia 823 mil pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 15,6%. Essa é a 4ª maior taxa de analfabetismo dentre as Unidades da Federação, menor apenas que as taxas apresentadas pelos estados de Alagoas (17,1%), Paraíba (16,1%) e Piauí (16%). A taxa de analfabetismo do Brasil era de 6,6%.

Mas, comparando com 2018, houve uma redução de 0,7 pontos percentuais (p.p.) no número de analfabetos no Maranhão, o que corresponde a uma queda de 21 mil analfabetos em 2019.

De acordo com a pesquisa, no Maranhão e no Brasil, de forma geral, o analfabetismo está diretamente associado à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em 2019, eram pouco mais de 400 mil analfabetos maranhenses com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 45,9% para esse grupo etário.

Ao incluir, gradualmente, os grupos etários mais novos, observa-se queda no analfabetismo:

- A taxa entre as pessoas com 40 anos ou mais é de 29,2%
- Entre aquelas com 25 anos ou mais é 20,2%

- Entre a população de 15 anos ou mais é 16,9%.

Os resultados indicam que as gerações mais novas estão tendo mais acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda enquanto crianças. Por outro lado, os analfabetos continuam concentrados entre os mais velhos e mudanças na taxa de analfabetismo para esse grupo se dão, em grande parte, devido às questões demográficas como, por exemplo, o envelhecimento da população.

Número médio de anos de estudo

A média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, em 2019, no Maranhão, foi 7,6 anos. Essa média vem crescendo ao longo dos anos, passando de 7,0, em 2016, a 7,6, em 2019.

No entanto, a média maranhense foi a 2ª mais baixa do Brasil em 2019, ao lado do estado do Piauí, que apresentou a mesma média (7,6 anos), e maior somente que a média do estado de Alagoas (7,5 anos). A média mais alta do país foi do Distrito Federal, 11,5 anos. A média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais no Brasil foi de 9,4 anos.

Taxa de escolarização

Segundo o IBGE, a taxa de escolarização é utilizada para auxiliar o monitoramento do acesso, do atraso e da evasão do sistema de ensino brasileiro. Ela retrata a proporção de estudantes de determinada faixa etária em relação ao total de pessoas dessa mesma faixa etária.

No Maranhão, em 2019 a taxa de escolarização foi:

- Entre as crianças de 0 a 3 anos a taxa foi de 30,5%. De 2016 a 2019, a taxa de escolarização nessa faixa etária aumentou 3,2 p.p..
- Entre as crianças de 4 a 5 anos, a taxa foi de 96,7% em 2019, apresentando diminuição em relação aos 97,3% em 2018.
- Já na faixa de idade de 6 a 14 anos, o resultado aponta para uma aproximação da universalização, passando de 98,9%, em 2018, para 99,5%, em 2019.
- A taxa de escolarização entre os jovens de 15 a 17 anos, em 2019, foi de 86,4%, 0,7 p.p. acima do percentual registrado em 2018.

- Entre as pessoas de 18 a 24 anos, a escolarização diminuiu 0,7 p.p. de 2018 (28,7%) para 2019 (28,0%).
- Quanto às pessoas com 25 anos ou mais, 4,7% frequentavam a escola em 2019, percentual maior que o nacional de 4,5% para essa faixa de idade.

Isso demonstra que em alguns números ainda estão longe do desejado nas metas do Plano Nacional de Educação, bem como ainda deixam o Maranhão atrás de muitos outros estados.

Assim, pode-se afirmar que o Curso de Educação Física – Licenciatura do CESBA é necessário não apenas como um meio de atender às demandas instituídas pelo contexto social em que se insere a educação brasileira, mas, e principalmente, dada a sua realidade de uma maioria de ingressantes de escolas públicas, bem como de trabalhadores de baixa renda que procuram o Ensino Superior como meio de galgar melhores condições de vida, o curso é fundamental para auxiliar na alteração positiva das realidades sociais menos favorecidas.

Logo, o curso de Licenciatura em Educação Física tem um papel fundamental frente à formação de profissionais da educação no que concerne à competência necessária em sua área de exercício profissional e, principalmente, no que diz respeito à melhoria da educação brasileira.

A oferta do Curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA visa preencher uma lacuna carente de profissionais nessa área no mercado de trabalho, bem como buscar o equilíbrio social e educacional da sua região de inserção.

Por fim, vale ressaltar que a presença de instituições de Ensino Superior em qualquer região é elemento fundamental de desenvolvimento econômico e social, bem como de melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que proporciona o aproveitamento das potencialidades locais e o desenvolvimento social a partir da oportunidade dos cidadãos galgarem novas posições sociais e investir na sua própria região de inserção a partir das profissões estabelecidas por meio do Ensino Superior.

4.1.3 Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: Contexto Local e o cumprimento do PNE-Plano Nacional de Educação

Conforme já destacamos, é inegável que a iniciativa de manter a oferta do Curso de Licenciatura em Educação Física na região do CESBA, advém, *a priori*, da perspectiva de diminuir as diferenças marcantes entre os números de formados entre as regiões brasileiras, em especial das regiões norte e nordeste que estiveram durante décadas atrasadas em termos de acesso ao Ensino Superior e ausência de políticas públicas de inclusão universitária.

Trata-se, portanto, das prerrogativas da democratização do Ensino Superior, expectativa essa discutida e estabelecida principalmente no âmbito do MEC, a partir de investimento públicos.

A ampliação da oferta de cursos de graduação é importante porque possibilita uma maior visão política e cidadã, além disso, tal oferta aumenta as possibilidades de emprego público e privado de boa qualidade e, conseqüentemente, as possibilidades econômicas locais, haja vista a própria constituição determinar os mesmos direitos de acesso à educação a todos os cidadãos, indiferente às regiões demográficas do Brasil.

Desse modo, as faculdades públicas ou privadas podem mudar a configuração local, pois se trata de um processo de combate à exclusão nas regiões mais pobres do Brasil.

No que diz respeito aos cursos de graduação da área da iniciativa pública, os investimentos na criação de cursos de Licenciatura em Educação Física em Universidades Públicas nos últimos anos não comportou tais ofertas devido à dificuldade econômica do governo federal de seguir com investimentos na área.

Além disso, em termos gerais, mesmo com as iniciativas do poder público no processo de ampliação da oferta do ensino superior, estamos ainda bem longe da meta de 40% de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior, a ser alcançada pelo PNE – Plano Nacional da Educação (temos 21% em 2020).

Assim, pode-se afirmar que o curso de Educação Física do CESBA tem sua gênese estabelecida em uma expectativa que procura não só transformar o atual paradigma

centrado na concentração de profissionais especializados da área relegados apenas a algumas regiões do país, mas viabilizar também a oportunidade de acesso ao campo de trabalho, como um direito à cidadania, a partir das necessidades da região de inserção da IES, ou seja, diminuindo as desigualdades de ofertas de cursos de Educação Física entre as diferentes regiões do país, ao mesmo tempo em que proporciona aos cidadãos maranhenses modos de melhorar as expectativas econômicas e sociais.

4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Somos plenamente sabedores de que ao se tratar da tríade Ensino-Pesquisa-Extensão, o desafio não está em estabelecer cada um dos componentes em questão, afinal toda e qualquer instituição de ensino facilmente promove cada uma dessas ações institucionais com facilidade.

No entanto, o desafio está em dissociar esses elementos durante o percurso de formação.

Assim, o CESBA criou ferramentas que possibilitam o diálogo entre o ensino-pesquisa (iniciação científica)-extensão de modo que cada um deles não se torne um fim em si.

Nesse contexto, o currículo do curso não pode ser vislumbrado como pequenas “caixas de conhecimento” organizadas, mas como um processo de formação em que mecanismos de diálogo se estabelecem junto aos conhecimentos necessários à formação. Logo, tudo isso deve estar concebido dentro da própria matriz curricular de cada curso.

Assim, vale ressaltar que a concepção deste Projeto Pedagógico se constituiu não apenas levando-se em consideração as perspectivas formais pelas quais se institui a gênese deste gênero de documento, ou seja, da concepção estática de “projetar” ou “lançar para adiante”, mas de um sentido mais amplo ligado ao plano da “ação” e da formação humana em seu sentido pleno.

Trata-se, portanto, de uma visão acerca do processo de formação profissional delineada pela Coordenação de Curso, e NDE – Núcleo Docente Estruturante constituída neste Projeto Pedagógico articulado naturalmente com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI

e com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do CESBA, na medida em que seus pressupostos refletem aqueles estabelecidos nesses documentos institucionais.

Essa perspectiva advém do fato de que a elaboração de um Projeto Pedagógico implica em analisar o contexto real e o acadêmico, definindo ações, estabelecendo o que alcançar, criando percursos e fases para o trabalho, definindo tarefas para os atores envolvidos e acompanhando e avaliando a trajetória percorrida e os resultados parciais e finais.

Esta função não pode ser assumida, na visão dos responsáveis pela gestão do curso (Coordenação e NDE), sem que haja uma efetiva articulação com outros instrumentos que sinalizam a direção institucional para o alcance de compromissos acadêmicos e sociais.

Assim este Projeto Pedagógico se constitui naturalmente como uma imprescindível implementação do Projeto Pedagógico Institucional – PPI e o Plano Desenvolvimento Institucional – PDI que juntos com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC formam o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão que sustenta o cumprimento da missão institucional e social do CESBA .

Dessa forma, a unicidade da relação entre teoria, prática e referencial metodológico, tornou-se o eixo norteador da proposta onde "*todo fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica um fazer*". Assim, o futuro Licenciado em Educação Física, além de saber e de saber fazer, deverá compreender o que faz.

Posto isto, pode-se afirmar que as ações práticas no ensino não constituem um espaço isolado do restante do curso; a transposição que ocorre nesse nível deve ser antecedida de processo de reflexão coletiva e sistemática das atividades em suas diferentes formas.

Logo, o PPC deverá prever situações didáticas em que seus futuros professores de educação física coloquem em uso o que aprenderam, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros conhecimentos oriundos de diferentes naturezas e experiências, para enriquecimento da formação.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO:

A interação, a comunicação e o desenvolvimento da autonomia são eixos norteadores na formação da Licenciatura em Educação Física, buscando o desenvolvimento de situações coletivas que ampliem o espaço de construção de valores e habilidades da realidade educacional e da educação física, que permitam a construção da autonomia profissional, intelectual, desenvolvimento do senso de responsabilidade pessoal, coletiva e de base ética.

Isso se refere ao uso de recursos didáticos e tecnológicos para convivência interativa, projetos e atividades coletivas, seminários, projetos de investigação, debates e estudos de conteúdo, aulas práticas em campo, bem como o desenvolvimento de visitas técnicas e projetos nas escolas, de modo que desde o começo do curso os alunos tenham contato com a realidade da educação em que atuarão e formem a sua identidade como professores e corresponsáveis pela educação brasileira.

Nesse sentido, traduz-se o modo com que foi produzida a matriz curricular do curso e a escolha dos conteúdos estudados, em que há em cada semestre um grupo de disciplinas que são da ordem das Diretrizes Curriculares para Licenciatura em Educação Física, ao mesmo tempo em que há componentes curriculares que fazem com que o aluno se insira na realidade profissional, como as **práticas interdisciplinares, as práticas pedagógicas e as práticas de extensão**, fazendo assim com sejam interrelacionados o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nesse contexto, este projeto pedagógico traduz perfeitamente a filosofia institucional, ao voltar-se no ensino não apenas para uma percepção fixa e objetiva da formação técnica, mas para a formação de professores éticos e competentes, cuja atuação na área educacional deverá, além da melhoria nos níveis de qualificação da mão-de-obra regional, reverter-se também na melhoria da educação como um todo, que têm os profissionais de Licenciatura em Educação Física como atores e na consolidação do nome do CESBA junto ao seu público e em uma integração cada vez maior com a comunidade, aumentando os índices de atendimento aos seus objetivos e missão institucionais.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO PARA O CURSO:

Dado o fato de ser este projeto uma atualização para reconhecimento do curso, ele traz em seu cerne todas as alterações regulatórias estabelecidas pelo MEC – Ministério da Educação dos últimos anos.

Nesse contexto, este projeto pedagógico já está em acordo com Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de Dezembro de 2018 e na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 do Plano Nacional de Educação – PNE, os quais estabelecem as Diretrizes para implementação das atividades de extensão na educação brasileira.

Logo, as atividades de extensão no CESBA já são curricularizadas e possuem regulamentos institucionais para sua efetivação.

Todos os semestres do curso de Licenciatura em Educação Física possuem componente (s) curricular (es) que estabelecem ações de extensão para que os alunos se insiram na comunidade desde o início do curso, até o final de suas formações

Como não é de bom tom engessar tais atividades, o Projeto Pedagógico aponta para o momento em que devem ser efetivadas as atividades e trás “sugestões” de aplicação, considerando as competências e habilidades que o aluno possui naquele momento.

Assim, pode-se afirmar categoricamente que o curso faz um vínculo concreto entre o Ensino e a Extensão, a partir do momento em que sugere a aplicação dos conhecimentos apreendidos pelos alunos para a comunidade escolar e não escolar da região de inserção, bem como promove a pesquisa (iniciação científica), pois abre espaços para que os alunos investiguem a realidade em que se inserem e promovam discussões e debates sobre o seu contexto social e educacional.

Desse modo, conceitos como autonomia, flexibilidade, capacidade de análise, proatividade e tantos outros que fazem parte dos discursos acadêmicos, passam a ser faróis que orientam a prática docente e a qualificação discente, ultrapassando os limites da retórica universitária para construir um rol de conhecimentos úteis ao Licenciado em Educação Física.

A extensão universitária é vislumbrada neste PPC como um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa, com o objetivo de fortalecer a relação entre o curso, a Faculdade e a sociedade.

As atividades de Extensão podem ser desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos culturais e científicos, serviços prestados à comunidade e outras ações, assegurando o compromisso social e a missão da Faculdade. As atividades de extensão estão regulamentadas e, em linhas gerais, é importante observar:

- A existência de uma coordenação própria para área;
- A responsabilidade das partes em seguir os trâmites legais descritos no regimento;
- A integração com a atividade de ensino e pesquisa;
- A aproximação com necessidades dos docentes, dos discentes e da sociedade em geral, uma vez que a IES e o NDE entendem que há uma contribuição mútua com essa interação com a comunidade;
- As sugestões inseridas em cada conteúdo programático e que consideram o que o aluno já apreendeu.
- O estímulo a Interdisciplinaridade;

Os projetos são utilizados no processo de autoavaliação do curso, assim como o desempenho das atividades realizadas, visando melhoria contínua deste Projeto Pedagógico, para que possam promover, diversas formas de conceber práticas inovadoras e manter-se em constante atualização.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA (INICIAÇÃO CIENTÍFICA) PARA O CURSO

As atividades de pesquisa e extensão, como já afirmado, possuem coordenações específica e devem ambas ser relacionadas à área do curso, pois a ação de uma atividade reflete na necessidade e ações da outra.

No entanto, para que seja garantida na matriz curricular do curso, o NDE inseriu o componente curricular Práticas Interdisciplinares e Práticas Pedagógicas que permitem com que se tenha espaços formais para a iniciação científica no curso.

Nesses componentes, os alunos utilizam os conhecimentos de outras disciplinas e são inseridos sugestões de temas de pesquisa em que os alunos irão a campo para efetivá-las.

Além disso, na maioria dos componentes curriculares, são programados estudos de caso, o que faz com que o aluno desde o início do curso tenha encontros programados com exemplos de investigação e problematizações da área de Licenciatura em Educação Física, afinal a iniciação científica não é uma ação momentânea, mas uma construção sistemática de um perfil universitário.

4.3 OBJETIVOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO CESBA

4.3.1 Objetivo Geral

Tendo como ponto de partida a Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de Dezembro de 2018, o Curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA, **visa formar um profissional direcionado para a atuação na área da pedagógica em educação física, tendo também como segmento os programas de atividades físicas orientadas para a melhoria da qualidade de vida de sua região de inserção, sendo a escola o meio para fomentar e atingir essa meta.**

Dessa forma, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA é resultado das experiências e vivências didático-pedagógicas desenvolvidas na Instituição em conjunto com o corpo docente, discente e administrativo, envolvendo todos os segmentos da instituição.

Enfim, o principal objetivo deste projeto é formar profissionais de Licenciatura em Educação Física para atuar na Educação Básica e em ambientes socioeducativos, conscientes de sua função social, desenvolvendo habilidades e capacidades de reflexão e crítica, tornando-se agentes transformadores de seu meio.

4.3.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos, o Curso se propõe a:

- Formar professores que identifiquem o saber próprio do campo de conhecimento de que trata a Educação Física dentre o conjunto dos saberes relativos ao movimento culturalmente construído, adequando-os ao espaço e tempo escolares;
- Formar professores de educação física que compreendam o processo histórico-social no qual estão inseridos e que busquem um papel atuante na transformação educacional e social, utilizando como objeto de intervenção a cultura corporal do movimento humano;
- Formar professores que reconheçam o papel da escola e a Educação Física como uma disciplina relevante do componente curricular, buscando estreita interação da cultura corporal com as demais disciplinas curriculares, favorecendo as Práticas Pedagógicas e os seus processos interdisciplinares;
- Formar professores de educação física que reconheçam a escola como local apropriado para a produção de conhecimentos acerca da área do movimento humano e da qualidade de vida, procurando sistematizá-los e socializá-los para assumirem a condição de professor-pesquisador;
- Formar professores que compreendam a realidade em que se insere o processo educativo e desenvolver formas de intervenção, a partir da compreensão dos aspectos filosóficos, sociais, históricos, econômicos, políticos e culturais, que a configuram e a condicionam;
- Formar professores de educação física conscientes da importância da continuidade dos estudos em nível de pós-graduação, permitindo-lhes conhecimento atualizado por meio da educação continuada;
- Formar professores que produzam e difundam o conhecimento científico e tecnológico nos campos da educação, movimento humano e da qualidade de vida;
- Formar professores de educação física cientes de suas responsabilidades frente aos anseios socioeconômicos, ambientais e culturais da sociedade;
- Formar professores que possibilitem um ensino participativo, pelo uso intensivo das novas Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Formar professores que atuem em áreas emergentes no campo da educação, em função dos avanços teóricos e tecnológicos;
- Estimular o aperfeiçoamento profissional através de capacitação continuada;

- Instrumentalizar o acadêmico para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício profissional através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- Fornecer ferramentas para o planejamento e desenvolvimento de carreira e posicionamento profissional para o mercado de trabalho na área da Educação Física;
- Formar profissionais com capacidade de empreender e inovar em sua área de atuação;
- Capacitar o egresso a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade;
- Capacitar o aprendizado contínuo e autônomo, tanto na formação, quanto na prática profissional;
- Proporcionar aos estudantes visão e anseios de contribuir para as transformações da sociedade, com plena consciência dos Direitos humanos e a expectativa socioambiental;
- Constituir egressos comprometidos e partícipes enquanto sujeitos políticos.

4.3.3 Objetivos do Curso: Relações com o Contexto Educacional

Ao delinear os aspectos da gênese do curso, o NDE discutiu profundamente o contexto educacional em que este se insere.

Nesse sentido, foram destacados os seguintes aspectos:

a) Qualidade da Educação Básica: é de senso e conhecimento comum no Brasil que a Educação Básica, considerando aqui o percurso desde a educação infantil até o final do ensino médio, apresenta índices alarmantes de resultados negativos em termos de desenvolvimento dos educandos. Assim, foram priorizados na configuração dos objetivos do curso, aspectos que formem professores e cidadãos críticos de sua própria realidade. Tratam-se de objetivos como “Formar professores de educação física que compreendam o processo histórico-social no qual estão inseridos e que busquem um papel atuante na transformação educacional e social” e “Formar professores que atuem em áreas emergentes no campo da educação, em função dos avanços teóricos e tecnológicos”.

b) Educação Básica Pública: o contexto educacional brasileiro em geral, apresenta cenários de inversão de papéis: alunos egressos do ensino médio particular se inserem nas vagas de IES públicas e os alunos egressos do ensino médio da rede pública se inserem nas vagas de IES particulares. Porém, há sempre a heterogeneidade desses ingressantes em cursos de graduação de IES particulares e, portanto, deve ser prevista. Dessa forma, esse cenário também foi considerado para o estabelecimento dos objetivos do curso, sendo que “a educação continuada” insere-se nos objetivos do curso como forma de suplantar as diferenças de ambos os ingressantes, tudo a partir de ferramentas que no decorrer do PPC e da matriz curricular serão claramente delineados, em especial nas expectativas de disciplinas de cunho orientado.

c) As diferenças marcantes entre as comunidades: O curso receberá alunos advindos de várias bairros e municípios da região metropolitana. Assim, objetivos como “Formar professores que compreendam a realidade em que se insere o processo educativo e desenvolver formas de intervenção” e outros aspectos generalistas foram constituídas considerando a singularidade do contexto educacional. Para garantir o cumprimento disso se estabelecem ferramentas de nivelamento que serão delineadas nos próximos capítulos do documento.

4.3.4 Objetivos do Curso: Relação com o Perfil Profissional do Egresso

Ao delinear os objetivos do curso, o NDE estabeleceu que não é possível estabelecer qualquer objetivo sem que exista uma estreita relação com o perfil profissional constituído para o curso.

Essa relação se estabelece junto à descrição do perfil profissional do egresso, a partir da relação Objetivos X Perfil que resulta em competências e habilidades que estão configuradas neste PPC.

Destaquem-se aspectos como capacidade técnica e intervenção no contexto específico e histórico-cultural que fazem parte do perfil do egresso e que podem claramente ser relacionados entre os objetivos do curso, perfil do egresso e a matriz curricular.

4.3.5 Objetivos do Curso: Características Locais e Regionais

Conforme apontamos nas relações entre os objetivos do curso e o contexto educacional, o curso se constitui em uma região que se pode identificar traços de desigualdade.

Aspectos como as diferenças entre o município de Bacabeira e demais municípios da região, da mesma forma as diferenças percebidas dentro do centro urbano e rural, foram considerados nos objetivos do curso, em especial na configuração de um profissional generalista.

Além disso, na configuração das expectativas locais e regionais, o NDE considerou a necessidade de atividades de inovação peças-chave para o desenvolvimento local. Assim, objetivos como “formar professores que produzam e difundam o conhecimento científico e tecnológico no campo da educação; “Formar professores que atuem em áreas emergentes no campo da educação, em função dos avanços teóricos e tecnológicos;” foram delineados considerando a realidade local e regional e para tal foram estabelecidas também nas competências e habilidades (perfil do egresso) e garantidas na matriz curricular do curso.

4.3.6 Objetivos do Curso: Consideração às Práticas Emergentes na Área do Curso

Ao delinear objetivos como “formar professores [...] que busquem um papel atuante na transformação educacional e social” e “formação continuada”, o NDE demonstra nesta atualização do curso que há uma preocupação com as mudanças recorrentes no mercado de trabalho para os professores.

No entanto, a partir da disseminação do novo instrumento de avaliação do INEP, o NDE reuniu-se para a constituição de um novo objetivo para o curso que é “formar professores que possibilitem um ensino participativo, pelo uso intensivo das novas Tecnologias de Informação e Comunicação”.

Ao construir tal objetivo, a expectativa do perfil do egresso com capacidade generalista passa a ser ainda mais coerente, bem como as práticas que aparecerão em sua carreira após a sua formação poderão ser concretizadas, haja vista a sua formação consciente de



busca por novos conhecimentos e adaptação à área do conhecimento e ao mercado de trabalho, bem como a sua capacidade analítica do contexto profissional em que se insere.

A garantia de realização desses objetivos poderá ser vislumbrada nos capítulos seguintes do PPC, em especial na matriz curricular e nos conteúdos curriculares para o curso.

4.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

4.4.1 Perfil Profissional do Egresso: Consideração às DCN's – Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Educação Física

Para compor o perfil do egresso do Curso de Licenciatura em Educação Física, o NDE do curso utilizou como gênese de todo o trabalho a Resolução nº 06 de 18 de dezembro de 2018, ou seja, o documento mais atualizado no período de reconhecimento.

Desse modo, foram configurados inicialmente as expectativas relacionadas aos troncos comum e específico do curso e, a partir da determinação do tipo de egresso que se pretendia, estabeleceu-se o perfil profissional do egresso.

Assim, o Curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA terá como perfil profissiográfico geral do seu egresso: **ser um professor habilitado para conhecer, planejar e intervir nas diferentes manifestações e modalidades (esportes, ginástica, lutas, dança, jogos) culturais do movimento humano nos contextos educacional e sócio educacional, tendo como pressuposto o reconhecimento das necessidades regionais escolares e das dimensões política, social e ética do seu fazer pedagógico.**

Para tanto, esse profissional deverá ser capaz de compreender a realidade sociocultural em que se dará sua atuação, respeitando características regionais, identificando interesses e necessidade reais, a fim de estabelecer processos de ensino e aprendizagem que proporcionem aos cidadãos – alunos sob sua responsabilidade pedagógica a inserção crítica e criativa como atores e autores da sua própria cultura de movimento. Assim, é necessário que a formação profissional do professor deva acompanhar as transformações acadêmico-científicas e socioculturais da Educação Física, da Educação Básica e de áreas afins.

Além disso, o professor de Educação Física formado no curso deverá:

I - Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II – Compreender, a partir dos conhecimentos das ciências do movimento, biológicas e pedagógicas determinados pelas DCN's, o seu papel na formação dos estudantes da educação básica na concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - Trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - Dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - Relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - Identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - Atuar na gestão e organização das práticas desportivas na educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - Realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios

ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - Utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - Estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais de sua área, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Assim, considerando as perspectivas supracitadas, o PPC de Educação Física do CESBA estabeleceu e considerou o seu perfil do egresso de modo a atender às DCNs do curso, bem como abrir-se para as singularidades da região em que se insere.

4.4.2 Perfil Profissional: Necessidades Locais e Regionais

Conforme já fora descrito nos objetivos do curso, o NDE possui clareza acerca da realidade em que se insere o curso e, portanto, das necessidades educacionais e sociais.

Nesse sentido, o perfil do egresso foi delineado sob um viés crítico social aberto para análise de cada realidade, haja vista não bastar apenas conhecer e considerar a realidade em que se insere, mas principalmente determinar o senso crítico para que o egresso venha a analisar quando já inserido no mercado de trabalho, as razões políticas e sociais que denotam tal realidade e como positivamente alterá-las.

Assim, conforme fora vislumbrado no perfil do egresso do curso de Educação Física do CESBA, há a consideração não apenas pela consciência de onde se está atuando, mas pela busca de mudança positiva de sua própria realidade (VIDE O PERFIL DO EGRESSO NAS SEÇÕES ANTERIORES)

4.4.3 Perfil Profissional: Flexibilidade em Função de Novas Demandas do Mundo do Trabalho

Para compor o Perfil Profissional do Egresso e os demais aspectos que compõem a formação do (a) profissional licenciado em Educação Física do CESBA, o NDE do curso considerou a diferença primordial entre profissão e carreira.

Neste sentido, foi primordial o ajuste entre o perfil, objetivos e as garantias de cumprimento destes que se darão por meio de disciplinas e conteúdos estudados e discutidos ao longo do curso. Dessa forma, conforme fora vislumbrado nas competências do perfil do egresso como será observado nos conteúdos do próprio curso, houve uma preocupação para com o planejamento e assentamento da carreira dos alunos na educação brasileira.

Assim, as Práticas Interdisciplinares (fase comum) e as Práticas Pedagógicas (fase específica) já foram configuradas tematicamente de modo que, inicialmente, o educando vá a campo para conhecer a realidade dos professores de educação física de sua região e que possa então entender e verificar as possibilidades para a sua própria carreira.

Além disso, vale destacar que um projeto não pode ser plenamente engessado, ou seja, deixa-se neste documento o afã de acompanhar o desenvolvimento da sua aplicação de modo que a qualquer tempo possa-se inserir novas expectativas ao perfil do egresso ou a outros aspectos que compõem o documento, conforme as necessidades reais do curso e dos alunos.

4.4.4 As Competências e Habilidades do Egresso do Curso de Educação Física do CESBA

Para atingir o perfil supracitado, o egresso do curso de Educação Física do CESBA deverá ser capaz de:

- Pautar-se na ética, na solidariedade e nos princípios democráticos como ser humano, cidadão e profissional;
- Dominar os conhecimentos biológicos e das ciências do movimento humano do eixo comum;

- Dominar os conhecimentos pedagógicos e das ciências da educação e da aplicação da educação física na Educação Básica relativos ao eixo específico;
- Comprometer-se com a preservação do meio ambiente, com a sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida;
- Aprender de forma autônoma e independente, sabendo acompanhar as transformações acadêmico-científicas pertinentes ao campo de atuação, mantendo-se apto à contínua atualização acadêmico-profissional e à produção e divulgação de novos conhecimentos, tecnologias e serviços;
- Dominar conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências e áreas afins adequados ao desempenho técnico-profissional;
- Criar, planejar, gerir, mediar e avaliar ações, projetos e programas referentes às práticas corporais sistematizadas e diferentes manifestações e expressões do movimento humano, considerando as capacidades e os limites dos sujeitos envolvidos, as características socioculturais locais e o contexto que os envolve;
- Conhecer, dominar, produzir, selecionar e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a intervenção acadêmico-profissional na Educação Física Escolar.

4.4.5 Áreas de Atuação

Na área escolar, o profissional pode atuar em todos os níveis de ensino - Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior, na Gestão e planejamento, implantação, implementação e avaliação de programas do componente curricular em Educação Física.

4.5 FORMAS DE ACESSO

O CESBA oferece, semestralmente, vagas em seus cursos de graduação, mediante Processo Seletivo, regulamentado por Edital publicado no site da IES.

O Processo Seletivo propôs verificar a existência de condições prévias para um bom aproveitamento do curso, bem como diagnosticar necessárias intervenções pedagógicas, de modo a assegurar uma formação acadêmica e integração do futuro profissional ao



mercado de trabalho.

O acesso aos cursos de graduação vem acontecendo também, por meio de transferência externa, que é o processo utilizado pelos alunos que querem se transferir de outra instituição para o CESBA. Nesse caso, a solicitação deve ser feita mediante requerimento, devidamente instruído, à Secretaria Acadêmica da Instituição, observando os prazos e critérios estabelecidos em Edital de vagas remanescentes, disponível no Portal da IES e em data estipulada no calendário acadêmico.

Os já graduados em curso superior, também, podem pleitear uma vaga em qualquer curso superior do CESBA. Para tanto, devem dirigir-se à Secretaria Acadêmica, portando os documentos que comprovem a graduação.

A IES habilitou-se ao PROUNI – Programa Universidade para Todos e ao FIES, sendo que ambos utilizam as notas do ENEM para o processo de inclusão.

4.6 ESTRUTURA CURRICULAR

4.6.1 Estrutura Curricular: Apresentação

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA se estabelece considerando *a priori* as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Resolução CNE/CES nº 06 de 18 de Dezembro de 2018, além dos aspectos legais que orientam a profissão. Além disso, deve-se considerar o exercício de relacionar o perfil do egresso e o cumprimento dos objetivos do curso, sendo a estrutura curricular o meio de garantir tais expectativas.

Trata-se de uma perspectiva que promove uma articulação do ensino das disciplinas, através de uma proposta pedagógica que privilegia o ensino crítico, ao mesmo tempo em que se interage coletivamente com professores, colegas e comunidade. Trata-se de ter um foco sempre nos alunos, o que possibilita a estes não só absorver o conhecimento teórico, como também viabilizar conexões, através dos modernos conhecimentos tecnológicos práticos, para captar e compreender a nossa complexa realidade social e o amplo universo de informações que influem no contexto educacional.

Assim, obedecendo às prerrogativas das Diretrizes Curriculares Nacionais, o curso está organizado de modo a oferecer ao aluno, referenciais teórico-práticos que colaborem na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes que promovam o seu pleno desenvolvimento como professor de Educação Física e o exercício da sua cidadania.

As estratégias adotadas no curso para relacionar o processo de ensino à realidade dos alunos foram construídas com a participação da gestão do curso e do NDE. Vale registrar que o curso desenvolveu pesquisa própria de levantamento do perfil do corpo docente, adotando práticas metodológicas de ensino, de revisão de conteúdo, bem como de capacitação docente, a partir das evidências demonstradas em seus arquivos de formação de professores na IES.

O princípio da contextualização permite pensar o currículo de forma abrangente, com uma ampla rede de significações, e não apenas como um lugar de transmissão e reprodução do saber.

A contextualização envolve o estabelecimento de uma relação de reciprocidade entre o

aluno e o objeto de conhecimento, favorecendo uma aprendizagem significativa, uma vez que está baseada nos diferentes âmbitos e dimensões da vida pessoal, social e cultural dos alunos.

A estrutura curricular, centrada no perfil do egresso ensejado e nos objetivos do curso, busca estar em consonância com as expectativas da rede educacional da região nordeste, por se buscar neste documento uma média de equiparação entre as realidades educacionais.

4.6.2 Estrutura Curricular: Flexibilização Curricular

O curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA foi constituído de modo a implementar a flexibilização curricular desde o primeiro semestre e nos dois eixos que compõem o curso, inicialmente a partir das disciplinas Práticas Interdisciplinares e no eixo específico com a Prática Pedagógica (disciplinas constituída para conhecimento da realidade educacional e profissional em que se insere o aluno).

Além disso, há que se destacar as atividades de extensão, da iniciação científica, das disciplinas optativas, da participação em projetos de extensão, participação em seminários e a promoção de eventos locais e regionais promovidos pelo curso, estes voltados à educação, mercado de trabalho e a conhecimentos diversos que irão compor as Atividades Complementares que no CESBA recebem o nome de Atividades de Complementação Profissional.

Assim, o curso está centrado em uma perspectiva integrada ao que prevê o PDI, oportunizando ao aluno, além do que é previsto formalmente a partir do seu currículo, uma dimensão plena de todos os eventos e perspectivas constituídas na visão e no fazer acadêmico da IES.

4.6.2.1 Estrutura Curricular: Flexibilidade - Atividades Complementares ou Complementação Profissional

As Atividades de Complementação Profissional caracterizam-se por um conjunto de estudos independentes de livre escolha do aluno e objetivam desenvolver a autonomia no

futuro profissional, bem como proporcionar um espaço curricular para a necessária transversalidade.

Dessa forma, os objetivos gerais das Atividades de Complementação Profissional são os de **flexibilizar e enriquecer o perfil dos alunos**, ampliando seus horizontes e contribuindo para fortalecer suas futuras competências como operadores do direito e cidadãos, além de permitir-lhes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar.

Com o objetivo de proporcionar todos esses anseios formativos ao aluno desde o início da sua formação, nesta concepção do Projeto Pedagógico do Curso Licenciatura em Educação Física, optou-se por constituir as Atividades de Complementação Profissional na formalização de disciplinas.

Dessa forma, em todos os semestres o aluno deverá buscar de maneira autônoma conhecimentos inter, multi e transversais integrados aqueles que aprendem em sala de aula.

São diversas as opções para se constituir tais atividades, no entanto, elas devem ser constituídas e validadas conforme regimento próprio, disponível no site da IES e nos documentos institucionais. Vide **NORMAS DAS ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL** nos anexos deste Projeto).

4.6.2.2 Estrutura Curricular – Flexibilidade: Os Conteúdos Optativos

Os conteúdos optativos foram constituídos neste projeto sob a nomenclatura de Disciplinas Optativas e são definidas como aqueles componentes curriculares que buscam complementar e enriquecer a formação do aluno.

Por meio das disciplinas optativas, o estudante tem a oportunidade de aumentar o espaço de flexibilidade e autonomia dentro da grade curricular de seu curso para diversificar o seu aprendizado pessoal e profissional. Pode, assim, desenvolver competências novas e que não fazem parte do currículo obrigatório de formação oferecido pelo curso.

Vale destacar que, progressivamente, este elenco de disciplinas optativas poderá ser ampliado, observando-se sempre as demandas da realidade da área educacional e as necessidades demandas pelo processo formativo real.

4.6.3 Estrutura Curricular: Interdisciplinaridade a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação

Ciente da necessidade de diálogo entre as disciplinas e dos conteúdos curriculares para que o processo de ensino-aprendizagem não se converta em um fim, mas um meio, o NDE buscou constituir a matriz curricular e os seus respectivos conteúdos considerando ferramentas e ações que façam convergir diversos conhecimentos, tanto no âmbito vertical do currículo como horizontal.

Dentre as ferramentas, destaquem-se as Práticas Interdisciplinares (eixo comum), Práticas Pedagógicas (eixo específico), o TCC e os Estágios Supervisionados Obrigatórios, e os conhecimentos dos eixos de formação descritos a seguir.

4.6.3.1 Estrutura Curricular: Interdisciplinaridade a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação - Os eixos de Formação de Professores Licenciados em Educação Física

Instituídos pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Educação Física em especial a Resolução CNE/CES nº 06 de 18 de Dezembro de 2018, os eixos são grupos de conhecimentos instituídos pelo MEC com a finalidade de, salvas as particularidades regionais, direcionar os cursos de formação de professores de educação física e dar-lhes certa homogeneidade.

Em face dessas perspectivas curriculares, a proposta curricular está paramentada numa concepção de formação de professores que prima pela articulação dos conteúdos e disciplinas, bem como pela estruturação dos eixos formativos que têm como norte:

I – Eixo Comum: constituído pelas ciências biológicas, conhecimentos gerais (sociais e humanos) e as ciências do movimento humano;

II – Eixo Específico: constituído pelas ciências da educação, perspectivas pedagógicas e as ciências do movimento aplicadas à Educação Básica.

4.6.3.2 Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Prática Interdisciplinar

Conforme a Resolução CNE/CES nº 06 de 18 de Dezembro de 2018, faz-se necessário compor um percentual da carga horária do eixo comum de atividades que relacionem a teoria com a prática. Desse modo, além das cargas horárias em laboratórios didáticos e complexos esportivos, no eixo comum o CESBA criou a disciplina Prática Interdisciplinar que é um espaço para compor o encontro entre a teoria e a prática.

4.6.3.3 Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Prática Pedagógica

Conforme a Resolução CNE/CES nº 06 de 18 de Dezembro de 2018, as Atividades Práticas de Ensino para as Licenciaturas em Educação Física não podem ficar relegadas unicamente ao Estágio Supervisionado.

Assim, para que os acadêmicos do Curso possam ter um espaço para a realização efetiva de práticas de ensino, uma visão mais ampla e consciente da importância dos conteúdos ministrados, bem como ser inseridos naturalmente no processo de iniciação científica e conhecer a realidade educacional na qual irão se inserir e garantir o vínculo prático-teórico, além de estabelecer uma inter-relação entre os conhecimentos e um melhor entendimento dos saberes que lhes são transmitidos cotidianamente, a cada semestre são desenvolvidos trabalhos interdisciplinares que visam a articulação entre as disciplinas cursadas, denominadas neste PPC como a disciplina Prática Pedagógica.

Destaque-se que esses componentes curriculares se constituem como disciplinas inseridas a cada semestre a partir do segundo eixo de formação, propiciando ao aluno a necessária autonomia de aprendizado.

A disciplina se constitui em dois momentos: horas/aula de estudo teórico sobre temas contemporâneos em educação que proporcionam reflexão acerca da própria prática docente, tudo previamente definido no Projeto Pedagógico (podendo ser alterados conforme a necessidade do curso), e horas/aula de Prática em que os alunos relacionam o tema e o que leram e aprenderam sobre o mesmo, com a soma da busca de entendê-lo sob a égide do contexto profissional ou, mesmo, no cenário educacional em que se inserem em âmbito geral. Trata-se de aproximar o aluno dos sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos.

Nos semestres em que se incluem os componentes curriculares em questão, os alunos desenvolvem sob a orientação dos professores diversos projetos de pesquisa e de inserção no meio escolar, tendo como produtos desta proposta o desenvolvimento e execução de projetos voltados para área educacional, a produção de relatórios técnicos, a apresentação de projetos e a prática profissional, cujo objetivo principal é a aplicação prática dos conteúdos aprendidos no curso e a inclusão dos acadêmicos no meio educacional desde o início do curso.

Ressalte-se que a Prática como componente curricular, denominada neste projeto como Práticas Pedagógicas é normatizada por regimento e manual próprios, disponibilizados no site da IES e anexado aos documentos institucionais para consulta de toda a comunidade acadêmica (VIDE ANEXO).

4.6.4 Estrutura Curricular – Compatibilidade da Carga Horária

Primeiramente, deve-se destacar que todas as medidas de horário neste Projeto Pedagógico de Curso foram estabelecidas a partir de horas-relógio, ou seja, 1 hora/aula= 60 minutos.

Assim, todo o dimensionamento da carga horária de cada um dos componentes curriculares foi discutido pelo NDE de modo que fosse possível repassar aos alunos todos os conhecimentos das ementas (geral) que nos planos de ensino serão convertidos em conteúdo programático (específico).

As cargas horárias das disciplinas foram dimensionadas de modo que fossem compatíveis também com centenas de outros cursos no Brasil, assim as transferências dos alunos para o CESBA e vice-versa, poderão ser feitas sem prejuízo ou problemas de adaptação curricular.

Destaque-se que a carga horária mínima para o curso, conforme as DCNs é de 3200 (três mil e duzentas) horas e o NDE inseriu horas a mais visando que seus projetos inovadores que não fazem parte dos currículos comuns de Licenciatura em Educação Física não causassem prejuízo aos conhecimentos comuns e específicos.

4.6.5 Estrutura Curricular – Práticas de Extensão

Como já discutimos neste projeto, a regulamentação para a extensão segue a resolução do ano de 2018 CNE/CES que projeta o mínimo de 10% de atividades de extensão inseridas na matriz curricular dos cursos de graduação no Brasil.

Assim, como necessidade de atualização, o tripé ensino-pesquisa-extensão sofreu modificações do início do protocolo até essa atualização do projeto, tudo de forma que o curso possa acompanhar as mudanças socioeconômicas locais, regionais e nacionais, as quais estão interferindo em outros campos, como o cenário social que é o foco das atividades extensionistas previstas em lei.

Logo, o foco das atividades de extensão do CESBA seguem o norte da resolução que versa sobre tal atividades que têm como foco a relação entre a IES e a comunidade, interferindo de maneira positiva e proativa na formação de cidadãos e na intervenção de problemas locais.

Dessa forma, nos semestres em que as atividades de extensão se constituem como componentes curriculares obrigatórios, os alunos deverão compor a carga horária estabelecida participando de:

- a) Cursos que envolvam questões como Direitos Humanos e Educação Ambiental voltados à participação da comunidade;
- b) Cursos que abordem a inclusão em seus mais diversos aspectos com a participação da comunidade;

- c) Prestação de serviços à comunidade pelos alunos e professores;
- d) Dentre outras.

Dessa forma, justifica-se a necessidade do ingresso da extensão na carga horária nos cursos superiores de graduação, seguindo Diretrizes da Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a qual cumpre o estabelecido pelo PNE 2014-2024, tão logo devem ser desempenhados projetos de atividades extensionistas pelas IES, executando primordialmente ações de maior relevância em seu meio de inserção. Em consonância ao Art.5º estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Os projetos de extensão, são utilizados como métodos autoavaliativos da IES para aperfeiçoamento do ensino. A avaliação é utilizada como ferramenta de constante atualização dos objetivos do curso, assim como qualificação docente e perfil do egresso, para que possam promover, durante o percurso formativo, diversas formas de conceber práticas inovadoras e manter-se em constante atualização.

As práticas de extensão, ainda conforme a Resolução, compõem até 10% da carga horária dos cursos de graduação de forma que a conhecimento acadêmico possa dialogar com a sociedade por meio do principal instrumento de transformação da acadêmica, o (a)

aluno (a), utilizando-se de uma estrutura que deve ser planejada de acordo com realidade efetiva e constantemente avaliada de forma que possa assegurar resultados nessa interação dialógica.

4.6.6 Estrutura Curricular – Elementos Inovadores

Ao estabelecer as suas expectativas acerca da inovação do currículo, o NDE considerou que a esfera do conhecimento técnico-científico não esgota a tarefa da formação no âmbito do ensino superior, afinal, em todas as modalidades de profissionalização, há ainda a esfera da cultura simbólica, ou seja, cabe também à formação prestada pelas faculdades fornecer ao futuro profissional a capacidade de inserir-se na dinâmica da sociedade em que vai atuar. Esta esfera envolve desde o domínio das diferentes linguagens até a postura ética, passando pela sensibilidade estética e pela consciência política.

Desse modo, do profissional que se forma no CESBA espera-se, minimamente:

1. Que se aproprie do acervo de conhecimentos científicos relativos a seu campo de trabalho;
2. Que domine um conjunto de habilidades técnicas adequadas a sua ação interventiva sobre a natureza e sobre a própria sociedade;
3. Que desenvolva uma sensibilidade a valores culturais necessários para inserir-se ética e politicamente em sua sociedade histórica.

Desse modo, ao buscar inovações para o curso, o CESBA estabeleceu um currículo que possui componentes não engessados para que possam promover, durante o percurso formativo, diversas formas de conceber práticas inovadoras, a saber:

a) **Práticas Interdisciplinares**=> Este componente permite aos alunos estabelecerem um vínculo prático dos conhecimentos adquiridos no eixo comum do curso.

b) **As Práticas Pedagógicas**=> Além dos conhecimentos inerentes à formação geral e específica, esses componentes curriculares abrem a possibilidade de o aluno apropriar-se de conhecimentos por ele construídos e, especialmente, conhecer a realidade escolar.

c) **Tópicos Especiais em Licenciatura em Educação Física**=> Não encontrado em outro currículo no Brasil (da maneira aberta e flexível como no CESBA), os tópicos especiais, do modo como são pensados na IES, se estabelecem não como um conhecimento ou conjunto de conhecimentos a serem adquiridos, mas um espaço de construção em que alunos e professores poderão mediar as suas necessidades por meio do currículo.

d) **Planejamento de Carreira**=> Tema presente em todos os cursos do CESBA, a disciplina visa com que o aluno não apenas conheça a realidade profissional em que vai se inserir, mas inicie um processo de concepção da sua vida profissional.

O CESBA tem consciência de que sua atribuição, ao preparar os profissionais nos diversos campos do mercado de trabalho, não é só repassar uma instrução técnica, mas também assegurar a formação integral dos seus alunos cabe-lhe responsabilidades sociais da qual decorrem exigências específicas:

a) Uma lida rigorosa com o conhecimento, donde a necessidade do investimento na prática de iniciação científica, no domínio de metodologias especializadas de investigação, no compromisso com a competência técnica.

b) Um compromisso ético-político: o profissional de Educação Física a ser formado é antes de tudo uma pessoa, que precisa tornar-se sensível à dignidade humana bem como um cidadão que precisa se comprometer com a democratização das relações sociais, dotando-se de uma nova consciência social.

c) Uma concepção de si mesma como lugar de formação profissional, sem dúvida, mas fundada na construção rigorosa do conhecimento, na qualidade da prática técnica, na sensibilidade ética e política, na construção da cidadania emancipadora. Para tanto, impõem-se uma concepção e uma prática do planejamento curricular e pedagógico do ensino superior que envolva um complexo investimento e que não se dará unicamente

neste Projeto Pedagógico, mas durante a aplicação dele no percurso formativo e na história do curso.

4.6.7 Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física

A estrutura curricular e os conteúdos propostos para o curso tiveram como base a resolução CNE/CES nº 06 de 18 de Dezembro de 2018 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Educação Física.

Dessa forma, há que se destacar que o currículo proposto para o Curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA, reflete a concepção e objetivos que a IES estabeleceu, obedecendo a base das legislações educacionais pertinentes, ao mesmo tempo em que configura uma perspectiva de formação considerando as regiões mais necessitadas do Brasil.

Nesta perspectiva, o currículo a ser desenvolvido busca a constituição dos conhecimentos comuns da Educação Física e o aprofundamento de conhecimentos pedagógicos e das ciências do movimento aplicadas à educação, suscitando a compreensão da realidade educacional e o desenvolvimento da educação.

Segue abaixo Matriz completa do Curso de Licenciatura em Educação Física:

- *Em atendimento à Resolução CNE/CES Nº 06, DE 18 de Dezembro 2018. (Diretrizes Curriculares para o Curso de Educação Física)*
- *Em atendimento à Resolução CNE/CES Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 (Estabelece as Diretrizes para as Atividades de Extensão)*
- *As Atividades Complementares são nomeadas na matriz como Atividades de Complementação Profissional e fazem parte da carga horária do curso.*
- *O Estágio é estabelecido conforme as novas DCNs em que o mínimo é de 20% da carga horária total do curso e se constitui em práticas profissionais com acompanhamento docente, incluindo a indissociabilidade com as atividades de extensão que estão incluídas dentro do estágio com prestação de serviços à comunidade escolar, bem como a partir de Convênios da rede escolar pública e privada.*
- *O TCC, Estágio e AC's são normatizados no PPC do Curso.*
- *As Atividades Práticas são constituídas nos Conveniados e Laboratórios Didáticos.*

1º SEMESTRE

Disciplina	C.H.	
	Teórica	Prática
Filosofia, Ética, Cidadania e Princípios de Direito	60	
Anatomia Humana	60	30
Comunicação Contemporânea	60	
<i>Bases Biológicas e Bioquímicas da Atividade Física</i>	60	30
Planejamento de Carreira	60	
Prática Interdisciplinar I - Mercado de Trabalho para o Profissional em Educação Física	60	
Atividades de Complementação Profissional I	40	
TOTAL 400 H/A		

2º SEMESTRE

Disciplina	C.H.	
	Teórica	Prática
Metodologia da Pesquisa	60	
História e Introdução à Educação Física: Perspectivas Históricas, Legais e Profissionais	60	
Fisiologia Humana e Biofísica	30	30
Neuroanatomia	60	
Citologia, Histologia e Embriologia	30	30
Prática Interdisciplinar II - Educação Física e Sociedade	60	
Atividades de Complementação Profissional II	40	
TOTAL 400 H/A		

3º SEMESTRE

Disciplina	C.H.	
	Teórica	Prática
Estatística e Probabilidade	60	
Homem e Sociedade	60	
Fisiologia do Exercício	30	30
Psicologia em Saúde	60	
Aprendizagem e Controle Motor	30	30
Prática Interdisciplinar III - Práticas Inclusivas em Educação Física e Esportes	60	
Atividades de Complementação Profissional III	40	
TOTAL 400 H/A		

4º SEMESTRE

Disciplina	C.H.	
	Teórica	Prática
Nutrição	30	30

Farmacologia	30	30
Cinesiologia e Biomecânica	30	30
Embriologia e Genética	30	30
Primeiros Socorros	30	30
Medidas e Avaliação em Educação Física	30	30
Prática Interdisciplinar IV - Gestão e Tendências em Academias	60	
Atividades de Complementação Profissional IV	40	
TOTAL		400 H/A

5º SEMESTRE

Disciplina	C.H.	
	Teórica	Prática
Fundamentos, História e Filosofia da Educação	60	
Didática e Metodologia dos Esportes Escolares Individuais	40	20
Didática e Metodologia dos Esportes Escolares Coletivos	40	20
Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira	60	
Pesquisa e Prática Pedagógica I - As perspectivas da profissão docente.	60	
TOTAL		300 H/A

6º SEMESTRE

Disciplina	C.H.	
	Teórica	Prática
Políticas Públicas e Legislação Educacional	60	
Multiculturalismo e Diversidades Étnico-Racial, de Gênero, Sexual, Religiosa e de Faixa Geracional	60	
Pesquisa e Prática Pedagógica II - As perspectivas da Educação Física na Educação Infantil e nas Séries Iniciais	60	
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	60	
Práticas de Extensão Universitária I (Projeto de Extensão Aplicado às áreas de grande pertinência social na Região de Inserção da IES)	120	
TOTAL		360 H/A

7º SEMESTRE

Disciplina	C.H.	
	Teórica	Prática
Educação Física Escolar II: Ensino Fundamental	60	
Educação Física Escolar Inclusiva	60	
Práticas de Extensão Universitária II (Projeto de Extensão Aplicado às áreas de grande pertinência social na Região de Inserção da IES)	120	

Trabalho de Conclusão de Curso I	60	
Estágio Supervisionado I: Educação Infantil e Ensino Fundamental	350	
TOTAL		710 H/A

8º SEMESTRE

Disciplina	C.H.	
	Teórica	Prática
Educação Física Escolar III: Ensino Médio	60	
Educação Física na Educação de Jovens e Adultos	60	
Educação Física Escolar em ambientes não urbanos e em comunidades e agrupamentos étnicos distintos	60	
Optativa	30	
Posicionamento Profissional	30	
Trabalho de Conclusão de Curso II	60	
Práticas de Extensão Universitária III (Projeto de Extensão Aplicado às áreas de grande pertinência social na Região de Inserção da IES)	120	
Estágio Supervisionado II: Ensino Médio – EJA, Educação Especial e Espaços não escolares	350	
TOTAL		710 H/A

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Tópicos Especiais em Educação Física I	30 H/A
Prática de Ensino da Natação	30 H/A
Futebol	30 H/A
Atividade Física na Terceira Idade	30 H/A
Metodologia do Ensino da Dança	30 H/A
Metodologia do Ensino das Lutas	30 H/A
Metodologia do Ensino da Ginástica	30 H/A

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA GERAL

Estágio Curricular Supervisionado	700 H/A
Pesquisa e Práticas Pedagógicas	240 H/A
Extensão Universitária	360 H/A
Demais Componentes Curriculares	2.020 H/A
Total	3.680 H/A

DISTRIBUIÇÃO DAS ETAPAS

Etapa Comum	1.600 H/A
Etapa Específica	2.080 H/A
Total	3.680 H/A

4.7 CONTEÚDOS CURRICULARES

No que concerne aos conteúdos curriculares, o NDE estabeleceu como parâmetro o atendimento às DCN's para o curso, os Núcleos Formativos, o Contexto Educacional em que se estabelece a IES, a inserção regional do curso e o conhecimento dos professores do curso que buscaram inovar e constituir expectativas de atendimento ao que preconizam os objetivos traçados para o curso e o perfil do egresso.

O curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA atende à Diretriz Curricular Nacional do Curso e demais legislações pertinentes, uma vez que:

- A carga horária do curso é de 3.680 horas (Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de dezembro de 2018);
- A IES possui disciplinas ofertadas na modalidade à distância, de acordo com a Portaria Nº 2.117, de 6 de Dezembro de 2019 (Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino)
- Libras está sendo oferecida como disciplina obrigatória conforme Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005);
- O tempo mínimo de integralização é de 8 semestres (4 anos) conforme disposto na Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007;
- Os objetivos do curso e o perfil do egresso atendem ao estabelecido na DCN do curso conforme Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de dezembro de 2018;
- O estágio supervisionado com 700 horas, e as Atividades Complementares com 160 horas;
- De acordo com a DCN do Curso, o Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatório, e está previsto neste PPC e aplicado ao curso;
- Atende ao estabelecido na Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o

Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena) sendo o conteúdo trabalhado nas disciplinas de Comunicação Contemporânea, Homem e Sociedade, Filosofia, Ética, Cidadania e Princípios de Direito; e Fundamentos, História e Filosofia da Educação, nos Seminários e eventos do curso e nas atividades interdisciplinares;

- As Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002) são contempladas nas disciplinas de Comunicação Contemporânea, Homem e Sociedade, Filosofia, Ética, Cidadania e Princípios de Direito;
- Atende à Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos com atividades previstas em todo curso, nas disciplinas de Comunicação Contemporânea, Homem e Sociedade, Filosofia e Ética.
- A carga horária das disciplinas e a carga horária total do curso atende a Resolução CNE/CES nº 3 de 02 de julho de 2007, sendo utilizado a hora relógio de 60 minutos.
- As atividades curriculares de extensão de acordo com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 estão presentes no transcurso dos semestres letivos do curso no componente curricular Projeto Interdisciplinar de Extensão totalizando 360 horas o que representa mais de 10% do total da carga horária do curso para sua integralização.

4.7.1 Conteúdos Curriculares: Desenvolvimento do Perfil Profissional do Egresso considerando a atualização da área do curso

Ao estabelecer o perfil do egresso do curso como um profissional da área de educação física, com capacidade técnica para as diferentes áreas de atuação pedagógica, sempre com anseios sociais e éticos, o NDE buscou a partir dos núcleos formativos já delineados em capítulos anteriores deste PPC, determinar todos os conteúdos passíveis de constituir as ementas de modo que os planos de ensino contemplem o ementário como um todo e possam diversificar ou ampliar os conhecimentos.

Neste sentido, ao invés de descrever de maneira minuciosa cada um dos componentes curriculares, o NDE estabeleceu os conteúdos curriculares de maneira mais global, de

modo que os professores possam construir conteúdos programáticos menos engessados, mas sempre atentos ao cumprimento do ementário.

Essa prerrogativa é essencial para a construção de conteúdos curriculares novos, ou seja, aqueles que se fazem a partir da atualização da área do curso, pois ao possuir uma ementa (conteúdo curricular) menos descritiva e mais global, o professor tem a possibilidade de ampliar os conhecimentos sempre que necessário.

O perfil do egresso bem como os anseios sociais e éticos estão inseridos em várias ementas que vão acompanhando conteúdos específicos.

Destaque também para os Tópicos Especiais em Educação Física I e II que podem mudar os seus temas a qualquer tempo. Todas estas, portanto, poderão também atender às atualizações na área, bem como a configuração do perfil do egresso do curso.

4.7.2 Conteúdos Curriculares: Adequação das Cargas Horárias e das Bibliografias

No que diz respeito às cargas horárias, o NDE teve o cuidado de compor os conteúdos curriculares e adequar a estrutura curricular conforme as suas necessidades.

No que diz respeito às bibliografias, o NDE reuniu-se e adequou as bibliografias considerando como base o mínimo de 3 títulos da bibliografia básica e 3 da complementar. Fez-se tal expectativa levando em consideração a disponibilidade das editoras e o esgotamento de alguns títulos.

Destaque-se o uso da Biblioteca Virtual que será capaz de atender o aluno a qualquer tempo e espaço, desde que possua acesso à internet.

Foram alinhados clássicos da literatura da área e títulos capazes de ampliar os horizontes de conhecimentos dos alunos.

Vale destacar que todas as expectativas estão disponíveis em um relatório que aponta a justificativa e adequação de escolha de cada um dos livros para os conteúdos curriculares do curso.

4.7.3 Conteúdos Curriculares: Os Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e a Educação Ambiental

Além dos aspectos ligados às expectativas profissionais e sociais condicionadas nas perspectivas da tríade ensino-pesquisa-extensão, houve o cuidado em atender plenamente ao que preconizam os Requisitos Legais e Normativos do MEC acerca das diretrizes de temas transversalizados demandados pelos documentos públicos como a Educação Ambiental, os Direitos Humanos e as Relações Étnico-Raciais.

Assim sendo, far-se-á o estabelecimento de temas transversais obrigatórios pela Legislação Educacional de maneira contínua ao currículo, a saber:

- 1) **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.**

A partir deste PPC, os docentes responsáveis pelas disciplinas do currículo e pela constituição dos respectivos planos de ensino serão os precursores do atendimento a essa legislação, a saber:

- a) Disciplina=> **Comunicação Contemporânea**: Será indicado aos professores que utilizem-se de textos para exercícios de leitura e interpretação que abordem os temas relacionados as relações étnico raciais, bem como a valorização e história da cultura afro-brasileira;
- b) Disciplina=> **Homem e Sociedade**: Estabelecida para focar os aspectos sociológicos e antropológicos acerca das relações humanas e da educação, a disciplina deverá abordar direta ou indiretamente as relações étnico-raciais.
- c) Disciplina=> **Multiculturalismo e Diversidades Étnico-Racial, de Gênero, Sexual, Religiosa e de Faixa Geracional**: A disciplina tem como base a história da cultura, as expectativas relacionadas à diversidade e a questão da tolerância no meio educacional, bem como a história da África e das relações entre as diversas etnias.
- d) Disciplina=> **Atividades de Complementação Profissional**: Em todos os

semestres, serão ofertados cursos, seminários e outras atividades que abordem a História da África e as relações étnicas.

2) **Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE N° 2/2012.**

Tendo como norte das ações acadêmicas e pedagógica este PPC, a estrutura curricular permitirá que os professores sejam orientados na constituição dos seus planos de ensino abordando as expectativas socioambientais, a saber:

- a) Disciplina=> **Comunicação Contemporânea**: Será indicado aos professores que utilizem-se de textos para exercícios de leitura e interpretação que abordem os temas relacionados à educação ambiental.
- b) Disciplina=> **Homem e Sociedade**: A disciplina aborda as questões sociológicas e as relações com o meio ambiente.
- c) Disciplina=> **Atividades de Complementação Profissional**: Em todos os semestres, serão ofertados cursos, seminários e outras atividades que abordem a Educação Ambiental.

3) **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012 e no Parecer CP/CNE N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE N° 1, de 30/05/2012.**

- a) Disciplina=> **Comunicação Contemporânea**: os professores serão orientados a proporcionar aos alunos textos de leitura e temas de redação voltados ao debate acerca da defesa dos direitos humanos;
- b) Disciplina=> **Multiculturalismo e Diversidades Étnico-Racial, de Gênero, Sexual, Religiosa e de Faixa Geracional**: a disciplina discute conjuntamente com as questões relacionadas a diversidade, os aspectos acerca dos direitos humanos.
- c) Disciplina: **Políticas Públicas e Direito Educacional**: a disciplina irá discutir a questão dos Direitos Humanos.
- d) Disciplina=> **Atividades de Complementação Profissional**: Em todos os

semestres, serão ofertados cursos, seminários e outras atividades que abordem os Direitos Humanos.

4.7.4 Conteúdos Curriculares: Conhecimentos Inovadores

Primeiramente, o NDE destaca que, atualmente, vive-se numa era tecnológica onde, muitas vezes, a concepção do termo inovação tem sido utilizada de forma enfática, incisiva e determinante, porém equivocada na prática diária, uma vez que tem sido concebida, corriqueiramente, somente como um produto ou equipamento.

Neste sentido, o NDE preparou o currículo e os conteúdos de modo que se possa atender às rápidas descobertas e práticas que surgem no dia a dia na educação. Assim, disciplinas como a Prática Interdisciplinar e as Práticas Pedagógicas já devem ser consideradas inovadoras ao passo que abrem para o curso a flexibilidade de poder inserir sistematicamente novos conhecimentos para os alunos sempre que são divulgados e comprovados na sua eficácia.

Além dos conteúdos acima, o curso traz para o aluno a possibilidade de estudar conhecimentos que não são comuns em cursos de Educação Física (VIDE DISCIPLINAS OPTATIVAS).

Por fim, vale destacar o cuidado na perspectiva da tecnologia que nos leva a repensar a inerente capacidade do ser humano em buscar inovações capazes de transformar seu cotidiano, visando uma melhor qualidade de vida e satisfação pessoal. Dessa forma, o Professor não deve buscar apenas se adequar ao surgimento de novos equipamentos e técnicas, mas de novas mudanças sociais que ocorrem com uma velocidade nunca antes vista.

4.7.5 Componentes Curriculares: Práticas de Extensão

Para definição dos componentes curriculares do curso, o NDE considerou o PNE, que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira por uma década. O Plano Nacional de Educação (2014-2024) tem como objetivo atender a problemas provocados pela desigualdade social, um dos temas centrais das políticas

públicas no Brasil, o qual pode ser considerado um obstáculo no acesso democrático à educação de qualidade.

Dessa forma, as Práticas de Extensão, componente curricular obrigatório, atendem pelo princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e é um processo educativo, interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que tem como objetivo a execução da ação transformadora entre o Ensino Superior e outros âmbitos sociais. Por tanto se devem desenvolver temas, programas e projetos de trabalho que irão colaborar na dupla efetivação pertinente a sua construção, a formação acadêmica do aluno e atender as demandas sociais.

Com isso, podemos afirmar que a inserção, no currículo do curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA, das atividades de extensão representam mais do que atender a estratégia regimentadas do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) e ratificar outras diretrizes legais, expressa a afirmação do compromisso do Ensino Superior com a sociedade, por meio do reconhecimento da Extensão como componente formativo do estudante.

4.7.6 Conteúdos Curriculares do Curso de Licenciatura em Educação Física

1º SEMESTRE

Filosofia, Ética, Cidadania e Princípios de Direito

Conceitos de Filosofia. Moral e Razão. As reflexões filosóficas. O conhecimento científico, a cultura e a ética. Ética, justiça e liberdade. Código de ética. Conselhos de classe. Consciência e participação. Conceitos básicos de ética filosófica. Caracterização e problemática das éticas profissionais. Conduta profissional e áreas de intervenção em educação física. Código de Ética e deontologia da educação física. Fundamentação filosófica: princípios fundamentais da autonomia, beneficência, justiça e não-maleficência. A vida humana, começo do ser individual, o direito à vida. Integridade do ser humano: pessoal, psicológica, corpórea e axiológica.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Ética**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

GALLO, Sílvio. **Ética e Cidadania: Caminhos da Filosofia**. Campinas, SP: Papyrus, 2015

GHIRALDELLI JR, Paulo. **Introdução à Filosofia**. São Paulo: Manole, 2003

Bibliografia Complementar:

PAVIANI, Jayme. **Ética da formação**. Caxias do Sul, RS. Educus, 2016.

WEBER, Max. **Política como vocação e ofício**. Trad. Gabriel Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

MONTEIRO, Luís Ivan. **História da Filosofia contemporânea**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

Anatomia Humana

Introdução. Nomenclatura anatômica. Conceito e divisão. Planos e eixos do corpo humano. Sistema nervoso central e periférico, ósseo e articular, muscular, circulatório, respiratório, digestivo, urinário, reprodutor e seus componentes. Anatomia com perspectivas voltadas à Educação Física - Osteologia: conceitos, estudo dos ossos e acidentes ósseos. Artrologia: Conceitos, tipos de articulações, classificações, elementos articulares, movimentos articulares. Miologia: conceitos, classificações, ação, origem e inserção muscular, inervação.

Bibliografia Básica:

DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlos Américo. **Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar**. 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2011.

EVANS, Nick. **Anatomia da Musculação**. Barueri: Manole. 2007.

MOORE, K. L.; DALLEY, Arthur F.; AGUR, Anne M. R. **Anatomia orientada para a clínica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

Bibliografia Complementar:

ABRAHANS, Peter H. **Atlas Colorido de Anatomia Humana**. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MACHADO, Ângelo B. M.; HAERTEL, Lucia Machado. **Neuroanatomia funcional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2014.

WOLF-HEIDEGGER, G. **Atlas de anatomia humana**. Guanabara Koogan, 2006.

TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. **Corpo Humano: fundamentos de anatomia e fisiologia**. 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

SPENCE, A. P. **Anatomia humana básica**. Manole, 2001.

Comunicação Contemporânea

Tipos e Gêneros Textuais. Coesão e Coerência Textual. A estrutura argumentativa. Prática de Leitura e Produção de Textos. Tópicos Gramaticais da Língua Portuguesa

Bibliografia Básica:

CASTILHO, Ataliba T. de; ELIAS, Vanda Maria. **Pequena Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

FERRARI, Polyana (ORG). **Hipertexto, Hipermissão**: as novas ferramentas da comunicação digital. São Paulo: Contexto, 2017.

SILVIO, Maurício. **O novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa: o que muda e o que não muda**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2009.

Bibliografia Complementar:

FÍGARO, Roseli (ORG). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

KURY, Adriano da Gama. **Português básico e essencial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2018.

SALOMON, D.V. **Como fazer monografia**. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Bases Biológicas e Bioquímicas da Atividade Física

Estudo dos fundamentos básicos, propriedades, classificações e importâncias das principais biomoléculas (aminoácidos, proteínas, enzimas, coenzimas, vitaminas, carboidratos, ácidos graxos e lipídios). A disciplina aborda os principais aspectos estruturais dessas biomoléculas e as suas propriedades físico-químicas enfatizando também as suas relações metabólicas

Bibliografia Básica:

GALANTE, Fernanda.; ARAÚJO, Marcus V. F. de. (orgs). **Princípios da bioquímica para universitários, técnicos e profissionais da área da saúde**. São Paulo: Ridel, 2018. (BV)

NARDY, Mariane B. COMPRI. **Práticas de laboratório de bioquímica e biofísica: uma visão integrada**: 01 GUANABARA KOOGAN. 2019.

DAU, Ana Paula de M. A. **Bioquímica Humana**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. (BV).

Bibliografia Complementar:

MORAN, LAURENCE A.; HORTON, H.ROBERT.; SCRIMGEOUR, K.GRAY, *et al.* **Bioquímica**. 5ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. (BV)

MARIA, Carlos A. B. de.; **Bioquímica Básica: introdução a bioquímica dos hormônios, sangue, sistema urinário, processos digestivos e micronutrientes.** 2ª ed. ampl. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. (BV)

KANAAN, S.; TERRA GARCIA, M. A.; PERALTA, R.H.S *et al.* **Bioquímica Clínica.** 2ª ed. São Paulo: Editora Atheneu, Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2014. (BV).

MARK, Jeremy Berg. **Bioquímica.** 7:GUANABARA KOOGAN. 2015

NELSON, David L. **Princípios de bioquímica de Lehninger:** 6:ARTMED. 2014.

Planejamento de Carreira

Fatores motivacionais e de ambientação do colaborador à organização. Enfoque sistêmico dos objetivos em relação à carreira, estabelecendo a interação entre conhecimento, habilidade e atitude. Objetivos e estruturas do planejamento de carreiras. Construção e características do sistema de administração de carreira a partir da definição dos objetivos da organização. Planejamento de carreira como ferramenta para o desenvolvimento de pessoas e a melhoria dos processos organizacionais. Processo de reestruturação e transformação da qualificação profissional no mundo do trabalho. Tendências e perspectivas para o futuro da gestão de pessoas. Identificação das potencialidades e competências individuais através da análise contextual. Formação de dados para a construção de estratégias e o alcance de objetivos pessoais e organizacionais.

Bibliografia Básica:

BARO, Robert A. **Empreendedorismo uma visão do processo:** 01:CENGAGE LEARNING. 2015.

VERAS, Marcelo Henrique Duarte. **Gestão de carreiras e competências empresariais:** 01:ATLAS. 2014.

ALVIM, J.E Carreira. **Teoria geral do processo:** 22:FORENSE. 2019

Bibliografia Complementar:

SERTEK, P. **Empreendedorismo** [livro eletrônico]/. Curitiba: InterSaberes, 2012. (BV)

RAZZOLINI FILHO, E. **Empreendedorismo**: dicas e planos de negócios para o século XXI. Curitiba: InterSaberes, 2012. (BV)

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo transformando ideias em negócios**: 5:LTC. 2015.

Prática Interdisciplinar I - Mercado de Trabalho para o Profissional em Educação Física

Trata-se de um trabalho estabelecido a partir da constituição e execução de um “Projeto”, orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade e a indiciossabilidade entre a teoria e a prática. Este projeto envolve o estudo e definição do tema: **Mercado de Trabalho para o Profissional em Educação Física**. O trabalho será feito por grupos de 05 a 10 alunos, seguindo os parâmetros do regulamento da disciplina, envolvendo atividades de entrevista com profissionais de educação física, pesquisadas bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um estudo, análise e/ou projeto que abordará os seguintes conteúdos: **Conhecendo a profissão. O profissional de Educação Física. O Mercado de Trabalho na Região de Inserção da Faculdade. As práticas profissionais e as dificuldades do ambiente de trabalho. Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da Faculdade IES para outros cursos e para todos os períodos de Educação Física.**

Bibliografia Básica:

LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SERTEK, P. **Empreendedorismo** [livro eletrônico]/. Curitiba: InterSaberes, 2012.

RAZZOLINI FILHO, E. Empreendedorismo: dicas e planos de negócios para o século XXI. Curitiba: InterSaberes, 2012.

Bibliografia Complementar:

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo transformando ideias em negócios: 5:LTC.** 2015.

PITTS, B. G. **Fundamentos de marketing esportivo: . 1:PHORTE E EDITTORA.** 2002.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (BV)

ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL I

As atividades de Complementação Profissional são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional de Educação Física. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área do curso, na própria Faculdade ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, da discussão de temas contemporâneos nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento dos diversos saberes e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Normas para ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL

Metodologia da Pesquisa

O conhecimento, a ciência e o método científico. A pesquisa científica, ciência e sociedade. O papel da universidade na realidade social brasileira. Metodologia de estudo: caracterização e instrumentalização de trabalhos acadêmicos. Leitura, documentação, referências bibliográficas segundo a ABNT

Bibliografia Básica:

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípios científicos e educativos. 14^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia Científica**: Teoria e Prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. 6^a ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 8.^a ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2015.

Bibliografia Complementar:

BARROS, Aidil de J. P.; LEHFELD, Neide aparecida de S. **Projeto de pesquisa** - propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 2014.

LAKATOS, Eva. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SALOMON, D.V. **Como fazer monografia**. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SEVERIANO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho**. 23^a ed. São Paulo: Cortez, 2007.

História e Introdução à Educação Física: Perspectivas Históricas, Legais e Profissionais

Concepções sobre a Educação Física: conceitos, objetivos, princípios, importância e valores. A Educação Física na história. A Educação Física na Idade Moderna: as grandes correntes contemporâneas e suas origens: Sueca, Francesa e alemã. Os jogos: Fúnebres, Píticos, Nemeus, Ístmicos, Panamericanos e Olímpicos. A Educação Física no Brasil: diferentes concepções e funções. Histórico das principais modalidades coletivas utilizadas na escola. Código de Ética para o profissional de Educação Física

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de. **Introdução à Educação Física**. Contentus, Curitiba, 2020.

SILVA, Marcelo Moraes e; FIGUERÔA, Katiúscia Melo. **Ciências humanas e Educação Física: elementos introdutórios**. Intersaberes, Curitiba, 2021.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil a história que não se conta** :São Paulo Papyrus ,2013.

Bibliografia Complementar:

MELO, Victor Andrade de. **História da educação física e do esporte no Brasil: Panorama e Perspectivas** .São Paulo: Ibrasa ,1999.

MELO, Vitor Andrade . **História comparada do esporte**. Rio de Janeiro :Shape ,2007.

LINHALES, Meily Assbú, SILVA, Giovanna Camila da; SANTOS, Fernanda Cristina dos. **Ortopedia do corpo, eficiência dos gestos, ciência para o esporte: modelos pedagógicos na Educação Física brasileira e na formação de seus professores.** Educar em Revista [online]. 2021, v. 37. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.76991>>. Epub 02 Jun 2021. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.76991>.

Fisiologia Humana e Biofísica

Biofísica e Fisiologia Celular e Homeostasia. Estudo biofísico e fisiológico dos sistemas: Nervoso, Endócrino, Digestório, Cardiovascular, Respiratório e Renal. Radiobiologia.

Bibliografia Básica:

AIRES, M. Fisiologia. 4ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

JHON E HALL . Tratado de fisiologia Médica. 12 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KENNEY, W. Larry; WILMORE, Jack H.; Costill, David. L. Fisiologia do Esporte e Exercício. 5 ed. Barueri: Manole, 2013.

SILVERTHORN, DEE UNGLAB. Fisiologia humana uma abordagem integrada. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DE ANGELIS, R. C.; TIRAPEGUI, J. Fisiologia da Nutrição Humana: aspectos básicos, aplicados e funcionais. São Paulo: Atheneu, 2010.

Bibliografia Complementar:

DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlos Américo. Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar. 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2011.

HOUGLUM, Peggy A; BERTOLI, Dolores B. Cinesiologia Clínica de Brunnstrom. 6 ed. Barueri: Manole, 2014.

PRESTON. Robin R; WILSON, Thade E. Fisiologia ilustrada. Porto Alegre : Editora Artmed, 2014.

Neuroanatomia

Introdução à Neuroanatomia. Divisão do SN. Estudo do Encéfalo. Medula Espinhal. Sistema Nervoso Periférico. Sistema Nervoso Autônomo Sistema Endócrino: principais glândulas, hormônios e seus efeitos

Bibliografia Básica:

MACHADO, Ângelo B.M. **Neuroanatomia funcional**. 03:ATHENEU. 2014.

NETO, João G. V.; FALAVIGNA, Asdrubal. **Neuroanatomia: tomo III**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012. (BV)

SABOTTA, Johannes. Sabotta. **atlas de anatomia humana: cabeça, pescoço e neuroanatomia**.

Bibliografia Complementar:

TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. **Corpo Humano: fundamentos de anatomia e fisiologia**. 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

NETO, João G. V.; FALAVIGNA, Asdrubal. **Neuroanatomia: tomo III**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012. (BV)

DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlos Américo. **Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar**. 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2011 (ONLINE)

Citologia, Histologia e Embriologia

Introdução à citologia, histórico, estrutura e composição da célula. Fisiologia celular. Métodos de estudo. Tecido epitelial. Tecido conjuntivo. Tecido adiposo. Tecido cartilaginoso. Tecido ósseo. Tecido nervoso. Tecido muscular. Células do sangue periférico. Sistema circulatório. Órgãos linfáticos e sistema imunológico. Aparelho digestivo. Glândulas anexas ao aparelho digestivo. Aparelho respiratório. Pele e anexos. Aparelho urinário. Glândulas endócrinas. Aparelho reprodutor feminino e masculino. Órgãos especiais do sentido

Bibliografia Básica:

CESTARO, Débora C. **Embriologia e histologia humana: uma abordagem facilitadora**. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2020.(BV)

MEDRADO, Leandro. **Citologia e Histologia Humana - Fundamentos de Morfofisiológica Celular e Tecidual**. São Paulo: Érica, 2014. (BV)

NORMANN, Carlos A. B. M. **Práticas em biologia celular**. 2:MEDITORA IPA. 2017.

Bibliografia Complementar:

PAPINI, Solange e FRANÇA, Maria. H. S. **Manual de Citologia e Histologia: para estudantes da área da saúde**. São Paulo: Editora Atheneu,2003. (BV)

PIC-TAYLOR, Aline. **Atividades práticas em embriologia**. 01:EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASILIA. 2013.

GODOY, Alessandra Eifer Guerra; LITVIN, Isnard Elman. **Caderno de histologia**. 01:EDUCS. 2014.

Prática Interdisciplinar II - Educação Física e Sociedade

Trata-se de um trabalho estabelecido a partir da constituição e execução de um “Projeto”, orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade e a indiciossabilidade entre a teoria e a prática. Este projeto envolve o estudo e definição do tema: **Educação Física e Sociedade**. O trabalho será feito por grupos de 05 a 10 alunos, seguindo os parâmetros do regulamento da disciplina, envolvendo atividades de entrevista com gestores públicos da área de esportes, pesquisa das bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um estudo, análise e/ou projeto que abordará os seguintes conteúdos: **Os programas públicos de melhoria da qualidade de vida da população a partir da atividade física comunitária na Região de Inserção da Faculdade. As políticas públicas de esporte, lazer e educação física. O profissional de Educação Física. O Mercado de Trabalho no setor público para o Profissional em Educação Física na Região de Inserção da Faculdade. Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da Faculdade IES para outros cursos e para todos os períodos de Educação Física.**

Bibliografia Básica:

BRAMANTE, Antônio Carlos; PINA, Luís Wilson Alves Corrêa; da SILVA, Marcos Ruiz. Gestão de espaços e equipamentos de esporte e lazer. Intersaberes, Curitiba, 2020

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípios científicos e educativos. 14^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. Metodologia Científica: Teoria e Prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

Bibliografia Complementar:

MOREIRA, Wagner Wey. Lazer e esporte no século XXI. Intersaberes, Curitiba, 2018.

AGUIAR, João Serapião de. Educação Inclusiva: jogos para o ensino de conceitos. Campinas, SP: Papyrus, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL II

As atividades de Complementação Profissional são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional de Educação Física. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área do curso, na própria Faculdade ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, da discussão de temas contemporâneos nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento dos diversos saberes e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Normas para ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL

3º SEMESTRE

Estatística e Probabilidade

Variáveis aleatórias discretas; algumas variáveis aleatórias contínuas importantes; introdução à estatística; conceituação de população e amostra; variáveis estatísticas; conceituação de distribuição por frequência; representação gráfica; medidas de tendência central; medidas separatrizes e medidas de distribuição; medidas de assimetria e curtose;

correlação e regressão; introdução à probabilidade; espaços amostrais finitos; probabilidade condicionada e independência; variáveis aleatórias unidimensionais; funções de variáveis aleatórias; noções fundamentais de probabilidade e estatística e suas formas de apresentação e análise.

Bibliografia Básica:

BLAIR, R. Clifford; TAYLOR, Richard A. Bioestatística para ciências da saúde. São Paulo, Pearson, 2013

CASTANHEIRA, Nelson Pereira. Bioestatística. Curitiba, Contentus, 2020.

RODRIGUES, Máisa Aparecida S. (org). Bioestatística. São Paulo, Pearson, 2014.

Bibliografia Complementar:

BOFANI, Fernanda Cesar (org). Matemática e estatística. São Paulo, Pearson, 2014.

LIRANI, Luciana da Silva e OSIECK, Ana Cláudia Vecchi. Bioestatística. Curitiba, Intersaberes, 2020.

MARTINEZ, Edson Zangiacomi. Bioestatística para cursos de graduação da área da saúde. São Paulo, Blucher, 2015

Homem e Sociedade

A sociedade capitalista e suas transformações. Estado e sociedade civil na sociedade contemporânea. Sociedade e organizações no século XX. Fundamentos sociológicos; as organizações como instituições sociais, as classes sociais; a mobilidade social; modernização na Sociologia Clássica; teoria da ação social. Abordagem da Sociologia do Trabalho; relações sociais e relações de trabalho; a organização do processo de trabalho e as relações de trabalho. Crises Sociais e Multiculturalismo. Perspectivas Antropológicas. As relações sociais contemporâneas. Relações Sociais e Étnicas. História e Cultura Afro-brasileiras: as relações de poder.

Bibliografia Básica:

DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociedade**. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2009.

MARTINS, José de Sousa. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2014.

PAIXÃO, Alessandro Ezequiel. **Sociologia Geral**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

Bibliografia Complementar:

LARA, Luís Otávio. **Perspectivas sociológicas**: o papel da comunicação na superação das injustiças sociais. Curitiba: Intersaberes, 2019.

SHÜTZ, Alfred. **A construção significativa do mundo social**: uma introdução à sociologia compreensiva. Petrópolis: Vozes, 2018.

IANNI, OCTÁVIO, **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo, 2004.

Fisiologia do Exercício

Aplicação dos conhecimentos da fisiologia celular, do transporte entre as membranas celulares, do seu equilíbrio iônico e dos potenciais de repouso e de ação juntamente com a transmissão sináptica. Estudo do sistema nervoso autonômico. Estudo da fisiologia dos sistemas ósseo, articular e muscular. Estudo da fisiologia dos sistemas cardiovascular, respiratório, endócrino e do sangue. Fisiologia básica e aplicada do sistema nervoso humano e suas interações com os diversos sistemas orgânicos, com ênfase na aplicação desses conhecimentos na Educação Física

Bibliografia Básica:

AIRES, M. Fisiologia. 4ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

JHON E HALL . Tratado de fisiologia Médica. 12 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KENNEY, W. Larry; WILMORE, Jack H.; Costill, David. L. Fisiologia do Esporte e Exercício. 5 ed. Barueri: Manole, 2013.

Bibliografia Complementar:

DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlos Américo. Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar. 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2011.

HOUGLUM, Peggy A; BERTOLI, Dolores B. Cinesiologia Clínica de Brunnstrom. 6 ed. Barueri: Manole, 2014.

PRESTON. Robin R; WILSON, Thade E. Fisiologia ilustrada. Porto Alegre : Editora Artmed, 2014.

SILVERTHORN, DEE UNGLAB. Fisiologia humana uma abordagem integrada. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DE ANGELIS, R. C.; TIRAPGUI, J. Fisiologia da Nutrição Humana: aspectos básicos, aplicados e funcionais. São Paulo: Atheneu, 2010.

Psicologia em Saúde

Psicologia como ciência: conceituação, campo, divisões e abordagens. Processos básicos do comportamento. Percepção, motivação e emoção. O homem: aspectos psicológicos. Os vínculos afetivos. Perspectivas acerca da psicanálise. Psicologia e Saúde: perspectivas e reflexões. A depressão.

Bibliografia Básica:

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia. 14ª. ed. São Luís. Saraiva. 2008.

BRAGHIOLLI, Eliane Maria *et alii*. Psicologia Geral. 26 ed. Porto Alegre: Vozes. 2015.

GOULART, Íris Barbosa. Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações a prática pedagógica. Petrópolis. Vozes, 2012.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin (Colab.). Desenvolvimento Humano. 12ª ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013

SALVADOR, César Coll (org.). Psicologia da Educação. Porto Alegre. Penso. 2014.

SCHULTZ, D. P.; SHULTZ, S. E. História da Psicologia Moderna. São Paulo: Cultrix, 2004.

Bibliografia Complementar:

BIAGGIO, Ângela M. Brasil. Psicologia do Desenvolvimento. 16 ed. Rio de Janeiro. Vozes. 2014.

CAMPOS, Dinah Martins de Sousa. Psicologia da Aprendizagem. 15 ed. Rio de Janeiro. Vozes. 2016.

GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da Educação. Fundamentos Teóricos e Aplicações à Prática Pedagógica. 16 ed. Petrópolis. Vozes. 2015.

PIAGET, Vygotsky e Wallon – teoria psicogenéticas em discussão. 9 ed. São Paulo: Summus, 1992. Ática, 2000.

SALVADOR, César Coll (org.). Psicologia da Educação. Porto Alegre. Penso. 2014.

TOURRETTE, Catherine;GUIDETTI,Michèle. Introdução à psicologia do desenvolvimento: do nascimento à adolescência. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

Aprendizagem e Controle Motor

Relação teoria e prática em atividades motoras. Introdução ao desenvolvimento motor. Características da maturação e do crescimento físico. Fases e estágios do

desenvolvimento motor. Desenvolvimento motor alterado. Testes para a avaliação do desenvolvimento motor

Bibliografia Básica:

CALVE, Tatiane. **Controle da aprendizagem motora**. Curitiba, Contetus, 2020.

MAGUILL, Richard A. **Aprendizagem motora: conceitos e aplicações**. 5ª ed. São Paulo, Blücher, 2.000.

YABE, Isabela de Gracia. **Crescimento e desenvolvimento motor**. Contentus, Curitiba, 2020.

Bibliografia Complementar:

GOES, Suelen Meira. **Controle e aprendizagem motora: introdução aos processos dinâmicos e aquisição de habilidades motoras**. Curitiba, Intersaberes, 2020.

OLIVEIRA, Anie Coutinho de, e SILVA, Katia Cilene de. **Ludicidade e psicomotricidade**. Ed. Intersaberes, Curitiba, 2017

SPENCE, A. P. **Anatomia humana básica**. Manole, 2001.

Prática Interdisciplinar III - Práticas Inclusivas em Educação Física e Esportes

Trata-se de um trabalho estabelecido a partir da constituição e execução de um “Projeto”, orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade e a indiciossabilidade entre a teoria e a prática. Este projeto envolve o estudo e definição do tema: **Práticas Inclusivas em Educação Física e Esportes**. O trabalho será feito por grupos de 05 a 10 alunos, seguindo os parâmetros do regulamento da disciplina, envolvendo atividades de pesquisa em órgãos e empresas da Região de Inserção da Faculdade, bem como pesquisa das bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um estudo, análise e/ou projeto que abordará os seguintes conteúdos: **A acessibilidade nos locais de Práticas Desportivas na Região de**

Inserção da Faculdade. Entrevistas com profissionais de Educação Física com o objetivo de verificar a preparação dos mesmos para a inclusão nos esportes e educação física. Pesquisa nos órgãos públicos da cidade para verificar as políticas de inclusão da Secretaria de Esporte e Lazer. Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da Faculdade IES para outros cursos e para todos os períodos de Educação Física.

Bibliografia Básica:

GREGUOL, Márcia; COSTA, Roberto Fernandes da (orgs.). **Atividade Física Adaptada: Qualidade de Vida para Pessoas com Necessidades Especiais**. São Paulo: Manole, 01/2013. (BV)

GORLA, José Irineu. **Educação Física Adaptada: o passo a passo da avaliação**. São Paulo: Phorte, 2013. (BV)

GÓES, Maria C. R. de.; LAPLANE, Adriana L. F. de (orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2022. (BV)

Bibliografia Complementar:

ISRAEL, Vera Lúcia & BERTOLDI, Andréa Lúcia Sério. **Deficiência Físico-Motora: interfaces entre educação especial e repertório funcional**. Curitiba: InterSaberes, 2012. (BV)

MONTEIRO, Alessandra Andrea. **Educação física no ensino fundamental com atividade de inclusão: 2:CORTEZ**. 2010.

PACHECO, José; EGGERTSDÓTTIR, Rósa; MARINÓSSON, Gretar L. **Caminhos para a Inclusão**. Porto Alegre: ArtMed, 2007. (BV)

ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL II

As atividades de Complementação Profissional são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional de Educação Física. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área do curso, na própria Faculdade ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, da discussão de temas contemporâneos nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento dos diversos saberes e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Normas para ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL

4º SEMESTRE

Nutrição

Sistema alimentar, alimentação, nutrição, saúde e ambiente. A importância da nutrição na atenção à saúde no Brasil. Temas atuais no campo da alimentação e nutrição. Bases conceituais em alimentação e nutrição; Leis da alimentação; Fundamentos da digestão, absorção, metabolismo e excreção; Nutrientes, fontes e funções; Água, eletrólitos e fibras; Biodisponibilidade, carências e excessos; Alimentos funcionais. Nutrição e planejamento da dieta do adolescente. Nutrição e planejamento da dieta do adulto. Nutrição e planejamento da dieta do idoso. Nutrição e desempenho do atleta. Planejamento de dietas para atletas de diferentes modalidades esportivas. Planejamento de dietas para praticantes de atividades físicas. Alimentação vegetariana e suas implicações nutricionais.

Bibliografia Básica:

DE OLIVEIRA, A.M; TAVARES, A. M. V & BOSCO, S. M.D. Nutrição e Atividade Física: do adulto saudável às doenças crônicas. São Paulo: Editora Atheneu, 2015;

SAWYA, A. L; LEANDRO, C.G & WAITZBERG, D. L. Fisiologia da Nutrição na saúde e na doença. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2018;

WENDLING, N. M. S. Introdução à Nutrição Esportiva. Curitiba: InterSaberes, 2018.

Bibliografia Complementar:

JÚNIOR, A. H. L & LANCHETA, L. O. P. Nutrição e Metabolismo aplicados à atividade motora. 2ª ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2012.

TIRAPEGUI, J. Nutrição, Metabolismo e Suplementação na Atividade Física. 2ª Ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2012.

BACURAU, R. F. P; UCHIDA. M. C & TEIXEIRA, L. F. M. Nutrição Esportiva e do Exercício Físico. 1ª Ed. São Paulo, 2017.

Farmacologia

Conceituação de: Drogas, Fármaco, Medicamento e Remédio, Efeitos Terapêuticos, Colateral e Tóxico; Bases Farmacocinéticas, Farmacodinâmica e Neurotransmissão; Classificação dos Fármacos Segundo o uso Terapêutico na Educação Física; Uso e Abuso de Medicamentos na Prática do Exercício Físico; Neurobiologia da Dependência Química nos Esportes, Medicamentos que Causam Dependência; Prevenção e Possibilidades Terapêuticas para o abuso de Droga na Atividade Física.

Bibliografia Básica:

SANTOS, Maria Ângela dos. **Biologia Educacional**. São Paulo: Ática, 2009.

ROSSETE, C. **Bioética e biossegurança**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

SOARES, Vinícius. **Farmacologia humana**. São Caetano do Sul, Difusão editora, 2017

Bibliografia Complementar:

DAU, Ana Paula de M. A. **Bioquímica Humana**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. (BV).

SANTOS, Vera Lúcia dos. **Biologia aplicada à Educação Física**. Curitiba, Editora Intersaberes, 2019

SILVERTHORN, DEE UNGLAB. **Fisiologia humana uma abordagem integrada**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ZANINI, Antônio Carlos; OGA, Seizi; BATISTUZZO, José Antônio de Oliveira. **Farmacologia Aplicada**. Rio de Janeiro, Atheneu, 2018.

Cinesiologia e Biomecânica

Apresentação e fundamentação das bases anatomofuncionais e biomecânicas do movimento humano e introdução ao estudo, análise e interpretação do desempenho motor e das atividades neuromusculoesqueléticas.

Bibliografia Básica:

HALL, Susan j. **Biomecânica básica**: . 06:GUANABARA KOOGAN. 2014.

ALBUQUERQUE, A. M. **Biomecânica prática no exercício físico**. Curitiba: InterSabereres, 2020.

BRANDÃO, D. C. **Estudando cinesiologia básica aplicada à Educação Física**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2014. (BV)

Bibliografia Complementar:

MOREIRA, D.; RUSSO, A. F. **Cinesiologia clínica e funcional**. São Paulo: Atheneu, 2005. (BV)

SOUZA, R. M. **Biomecânica: aspectos históricos e conceituais**. Curitiba: InterSaberes, 2018.

WOLF, R. **Biomecânica do esporte e exercício**. Curitiba: Contentus, 2020. (BV)

Embriologia e Genética

Aspectos fundamentais do desenvolvimento do embrião e de seus anexos embrionários: da. DNA Recombinante. Genética Molecular e suas aplicações. formação dos gametas à morfologia externa do embrião. Genética e sua importância. Bases citológicas da hereditariedade. Mendelismo e análises de sua extensão. Ligação e permuta gênica. Herança relacionada ao sexo. Mutação. Herança extracromossômica. Alterações cromossômicas estruturais e numéricas e seu significado biológico. Genética de populações. Genética quantitativa. Dogma Central da Biologia Molecular

Bibliografia Básica:

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth D. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: ArtMed, 2013. (BV)

PIC-TAYLOR, Aline. **Atividades práticas em embriologia**. Editora Universidade de Brasília, 2013.

PIMENTA, Célia Aparecida Marques; LIMA, Jacqueline Miranda de. **Genética Aplicada à Biotecnologia**. São Paulo. Érica, 2015. (BV)

Bibliografia Complementar:

SILVA, José Vitor da. **Biossegurança no contexto da saúde**. LÁTRIA, 2013.

Valencia, Fernando Fortes de. **Bioquímica do corpo humano as bases moleculares do metabolismo**. UNESP, 2014.

NORMANN, CARLOS AUGUSTO B. M. **Práticas em biologia celular**. Meditora IPA, 2017.

Primeiros Socorros

Manobra e técnica de socorros. Primeiros socorros e educação física: métodos de prevenção e procedimentos de urgência e emergência relacionados às práticas corporais. Os tipos mais comuns de primeiros socorros relacionados à educação física: situações de distúrbio da consciência, parada cardiorrespiratória, estado de choque, hemorragias, ferimentos e lacerações, afogamentos, intoxicações e lesões ósseas, articulares e tendinosas.

Bibliografia Básica:

GOMES, A. M. Emergência. 2 ed. São Paulo/USP; EPU, 2008.

MISSIANO, F. Guia para situações de emergência. São Paulo: Cultrix, 1997.

OLIVEIRA, Antônio Claudio de; SILVA, Evandro de Sena; MARTUCHI, Sergio Dias. Manual do socorrista. São Paulo : Martinari, 2013.

SANTOS, R. R. & CANETTI, M. D. Manual de socorros de emergência. Rio de Janeiro: Atheneu, 1999.

Bibliografia Complementar:

NOVAES, J. da S; NOVAES, G. da S. Manual de primeiros socorros para Educação Física. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 1994.

STAHLSCHMIDT ,Carla Martinez Menini. CARVALHO, Henrique Penteado de. BAHTEN, Luis Carlos Von. Manual de emergências de pronto -socorro. Curitiba : Juruá, 2010

VIANA, M. S. O. Socorros de emergência: guia básico. Rio de Janeiro: Atheneu, 1999.

Medidas e Avaliação em Educação Física

Estudos biométricos e antropométricos em Educação Física, avaliação da aptidão física relacionada à saúde, medidas e avaliação, testes de habilidades motoras.

Bibliografia Básica:

PITANGA, F. J. G. Teste, medidas e avaliação em educação física e esportes. 4ª ed. Editora Phorte, 2008.

ROCHA, Alexandre Correia . Avaliação Física para treinamento personalizado, academias e esportes uma abordagem didática, prática e atual. São Paulo: Editora Phorte ,2013.

VALE, Rodrigo Gomes (org.). Manual de avaliação do idoso. 1 ed. São Paulo: Ícone, 2016.

FONTOURA, A. S.; FORMENTIN, C. M.; ABECH, E. A. Guia prático de avaliação física: uma abordagem didática, abrangente e atualizada. São Paulo: Phorte, 2011.

Bibliografia Complementar:

ELBAS, Murilo; SIMÃO, Roberto. Em busca do corpo: exercícios, alimentação e lesões. Rio de Janeiro: Shape, 2004.

HEYWARD, Viviane. Avaliação física e prescrição de exercício técnicas avançadas.6ª ed. Porto Alegre : Artmed, 2013.

MONTEIRO, Luís Cláudio; LOPES, Priscilla. Avaliação para atividades físicas. 2 ed. São Paulo: Fontoura, 2009.

Prática Interdisciplinar IV - Gestão e Tendências em Academias

Trata-se de um trabalho estabelecido a partir da constituição e execução de um “Projeto”, orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade e a indiciossabilidade entre a teoria e a prática. Este projeto envolve o estudo e definição do tema: **Gestão e Tendências em Academias**. O trabalho será

feito por grupos de 05 a 10 alunos, seguindo os parâmetros do regulamento da disciplina, envolvendo atividades de pesquisa em academias da Região de Inserção da Faculdade IES, bem como pesquisa das bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um estudo, análise e/ou projeto que abordará os seguintes conteúdos: **A Gestão de Academias. As perspectivas atuais nas academias brasileiras. O Empreendedorismo na Educação Física. Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da Faculdade IES para outros cursos e para todos os períodos de Educação Física.**

Bibliografia Básica:

PRESTES, JONATO. **Prescrição e periodização do treinamento de força em academia.** Manole, 2016.

HEYWARD, Vivian H. **Avaliação física e prescrição de exercício.** ArtMed, 2013.

ROCHA, Alexandre Correia. **Avaliação física para treinamento personalizado, academias e esportes.** Phorte, 2013.

SCHMIDT, Andrea C. M. **Administração financeira.** DCL, 2013.

Thomas, Jerry R. **Métodos de pesquisa em atividades física.** ArtMed, 2012.

VERAS, Marcelo H. D. **Gestão de carreiras e competências empresariais.** Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

BARBANTI, Valdir José. **Teoria e prática do treinamento esportivo.** 1997.

BARO, Robert A. **Empreendedorismo uma visão do processo.** Cengage Learning, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas. Atlas, 2015.

ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL IV

As atividades de Complementação Profissional são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional de Educação Física. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área do curso, na própria Faculdade ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, da discussão de temas contemporâneos nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento dos diversos saberes e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Normas para ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL

5º SEMESTRE

Fundamentos, História e Filosofia da Educação

Origem, caracterização e desenvolvimento histórico da Educação. O sentido do pensamento histórico-filosófico para a Educação. As ideias pedagógicas fundamentais sob a perspectiva das teorias e correntes filosóficas em diferentes contextos: mundial, nacional e local.

Bibliografia Básica:

ARANHA, Maria Lúcia. História da Educação e da Pedagogia: geral do Brasil. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MANACORDA, Mário A. História da educação: da antiguidade aos novos dias. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Dermeval. A PEDAGOGIA NO BRASIL: história e teoria. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval (org.). História e História da Educação: o debate teórico metodológico atual. 4 ed. São Paulo: Autores associados, 2010.

Bibliografia Complementar:

FRANCISCO FILHO, Geraldo. História Geral da Educação. 2 ed. Campinas: Alínea, 2005.

MONTEIRO, A. Reis. História da Educação: do antigo “direito de educação” ao novo “direito à educação”. São Paulo: Cortez, 2006.

ROMANELI, Otaiza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 40 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

Didática e Metodologia dos Esportes Escolares Individuais

Estudos sobre o conceito e abordagens teóricas em Pedagogia do Esporte, relacionados ao desenvolvimento motor individual, com ênfase nas ações motoras envolvidas na execução dos elementos básicos dos esportes; O Esporte como expressão da cultura e suas implicações para o ensino das modalidades esportivas individuais; Conceitos sobre competição e detecção de talentos esportivos; Elementos e estrutura de organização dos esportes individuais. Aspectos didático-pedagógicos e metodológicos associados ao ensino dos esportes individuais. Organização de atividades de ensino dos esportes individuais

Bibliografia Básica:

CAREGNATO, André Felipe. **Pedagogia da Iniciação Esportiva**. Curitiba, Contentus, 2020.

FAVARO, Susana Otília Vilas Boas. **Teorias da Pedagogia do Esporte**. Curitiba, Conteus, 2020.

BACIL, Eliane Denise Araújo, MAZZARDO, Oldemar e SILVA, Michael Pereira da. **Crescimento e desenvolvimento motor**. 2ª ed. Curitiba, Intersaberes, 2020.

Bibliografia Complementar:

GO TANI E CORRÊA, Humberto Cesar. **Aprendizagem motora e o ensino do esporte**. Blucher, 2018.

ORDONHES, Mayara Torres. **Aspectos Pedagógicos aplicados ao esporte em diferentes faixas etárias**. Curitiba, Contentus, 2020.

ROJAS, Paola Neiza Camacho. **Aspecto pedagógico do atletismo** (livro eletrônico) / Paola Neiza Camacho Rojas. Curitiba: InterSaber, 2017. (Série Corpo em Movimento).

Didática e Metodologia dos Esportes Escolares Coletivos

A inclusão de forma reestruturada das modalidades coletivas no meio escolar é uma real necessidade, bem como a identificação de suas diferentes manifestações e processos metodológicos. Tal inclusão, passível de uma releitura no processo didático-pedagógico, implica na reestruturação desde os fundamentos até o planejamento e organização de eventos esportivos na escola. Mantendo uma relação interdisciplinar no que se refere à pedagogia do movimento, abrange modalidades como futsal, vôlei, basquete, handebol, entre outros de menor popularidade

Bibliografia Básica:

CAREGNATO, André Felipe. *Pedagogia da Iniciação Esportiva*. Curitiba, Contentus, 2020.

FAVARO, Susana Otília Vilas Boas. *Teorias da Pedagogia do Esporte*. Curitiba, Conteus, 2020.

BACIL, Eliane Denise Araújo, MAZZARDO, Oldemar e SILVA, Michael Pereira da. *Crescimento e desenvolvimento motor*. 2ª ed. Curitiba, Intersaberes, 2020.

Bibliografia Complementar:

GO TANI E CORRÊA, Humberto Cesar. *Aprendizagem motora e o ensino do esporte*. Blucher, 2018.

ORDONES, Mayara Torres. *Aspectos pedagógicos aplicados ao esporte em diferentes faixas etárias*. Contentus, Curitiba, 2021

MICALISKI, Emerson Liomar *et al.* *Esportes de invasão: ensino - aprendizagem - treinamento*. Contentus, Curitiba, 2021.

Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira

A gênese da escola. As concepções de educação a partir da sociedade moderna. A formação da estrutura social brasileira, a cultura, a política, a economia e a legislação educacional e suas relações com a educação básica no contexto das mudanças conjunturais e estruturais da sociedade brasileira até a atualidade. As tendências educacionais e suas influências no contexto brasileiro. O ensino básico no Brasil e, particularmente, no Estado do inserção do curso, a partir da LDB 9394/96. Parâmetros Curriculares. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. As recentes reformas na educação profissional no Brasil, especificamente, nos níveis médio e técnico. O processo de democratização da instituição escolar e o papel político-social da escola na formação da cidadania. A relação educação versus trabalho e a questão da

profissionalização. As exigências na formação do educador no contexto atual: perspectivas e desafios. A formação política do educador. As novas tecnologias do mundo do trabalho e suas interferências na profissão docente

Bibliografia Básica:

ALARCÃO, Isabel. Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. Porto Alegre: Editora Porto, 2000.

BRASIL: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.9394/96 Brasília:1996

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa;2004.

Bibliografia Complementar:

ROSA, Clóvis. Gestão estratégica escolar. Petrópolis, rio de Janeiro: Vozes, 2004.

LUCK, Heloisa. Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAVIANE, Demerval. Educação Brasileira: estrutura e sistema. Campinas, Autores Associados, 2018

VASCONCELOS. Celso dos S. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 7ª ed. São Paulo: Liberdade Editora; 2006.

Pesquisa e Prática Pedagógica I - As perspectivas da profissão docente.

Tema: As perspectivas da profissão docente.

Produção de um projeto de pesquisa em educação na abordagem da profissão docente. A docência e o desafio da transposição didática na práxis pedagógica. A formação do professor na contemporaneidade: saberes essenciais para a prática educativa.

Análise e discussão de avanços e problemas identificados relativos à profissão de

professor e ao cotidiano escolar. Diálogo reflexivo com a realidade contextual dos alunos e professores, consolidando espaços de interação e socialização de saberes que encaminhem à construção da identidade pessoal, profissional e cidadã do futuro docente.

Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da IES.

Bibliografia Básica:

DEMO, Pedro. **Pesquisa:** princípios científicos e educativos. 14^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia Científica:** Teoria e Prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar:

SAVIANI, Dermeval (org.). **História e História da Educação:** o debate teórico metodológico atual. 4 ed. São Paulo: Autores associados, 2010.

ROMUALDO, Claudio; GIROTTI, Marcio Tadeu; ZUIN, Poliana Bruno (Org's). **Diálogos em Didática:** tecendo histórias sobre o ensinar e o aprender. São Paulo: Ideias e Letras, 2016.

ORDONES, Mayara Torres. **Aspectos pedagógicos aplicados ao esporte em diferentes faixas etárias.** Contentus, Curitiba, 2021

6º SEMESTRE

Políticas Públicas e Legislação Educacional

Política e legislação educacional brasileira para o nível básico: análise contextualizada da atual legislação, da política educacional e dos problemas decorrentes da sua implantação

Bibliografia Básica:

DONATO, Sueli Pereira; MOCELIN, Márcia Regina. **Sistemas de ensino e políticas educacionais**. Curitiba: Contentus, 2020.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; SOUZA, Vânia de Sousa Matias; MILANI, Fernanda Gimenez. **Políticas públicas na Educação Física**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

TERRA, Márcia de Lima Elias. **Políticas Públicas e Educação**. São Paulo: Pearson, 2016.

Bibliografia Complementar:

FREITAS, Jéssica Serra. **Políticas públicas educacionais**. Curitiba: Contentus, 2020.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. 3.ed. **Lazer e esporte**. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípios científicos e educativos**. 14^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Multiculturalismo e Diversidades Étnico-Racial, de Gênero, Sexual, Religiosa e de Faixa Geracional

A diversidade como constituinte da condição humana. Diversidade e questões de gênero. A cultura como universo simbólico que caracteriza os diferentes grupos humanos. A Cidadania. A diversidade étnico-racial com ênfase nas histórias e culturas dos povos indígenas e africanos. A diversidade na formação da cultura brasileira. A diversidade social e as desigualdades econômicas. A educação escolar como catalisadora e expressão das diversidades.

Bibliografia Básica:



IANNI, OCTÁVIO, Raças e classes sociais no Brasil. São Paulo, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

D'ADESKY, Jacques. Pluralismo étnico e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

Bibliografia Complementar:

HASENBALG, Carlos A. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Belo horizonte: UFMG, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo. Bom tempo, 2015.

Pesquisa e Prática Pedagógica II - As perspectivas da Educação Física na Educação Infantil e nas Séries Iniciais

TEMA: As perspectivas da Educação Física na Educação Infantil e nas Séries Iniciais

Disciplina que visa a prática e a interdisciplinaridade entre as disciplinas estudadas no período e em períodos anteriores. Trata-se de uma atividade prático-teórica constituída por um processo de pesquisa *in loco* nas escolas de Bacabeira - MA e Municípios Vizinhos visando fazer um levantamento e análise acerca das condições das quadras, piscinas e outros ambientes de práticas desportivas nas escolas públicas e privadas da região de inserção da IES.

Bibliografia Básica:

DEMO, Pedro. **Pesquisa:** princípios científicos e educativos. 14^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia Científica: Teoria e Prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar:

BARROS, Aidil de J. P.; LEHFELD, Neide aparecida de S. **Projeto de pesquisa - propostas metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 2014.

LAKATOS, Eva. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERIANO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

Aspectos Gramaticais em LIBRAS. Aspectos Morfossintáticos da LIBRAS. Classificadores e parâmetros linguísticos. Prática em diálogos e compreensão da conversação em LIBRAS. Aspectos teóricos e práticos da escrita do Surdo. Novos paradigmas sobre a representação dos signos em LIBRAS através de registro gráfico – SignWriting e outros modelos.

Bibliografia Básica:

QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004. (BV)

SOUZA, Regina Maria de; ARANTES, Valéria Amorim; SILVESTRE, Núria. **Educação de surdos**. São Paulo: Summus, 2007. (BV)



CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira, v. 8. São Paulo: EDUSP, 2006.

Bibliografia Complementar:

BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal. Petrópolis: Vozes, [1986]

PESSANHA, Márlon, COZENDEY, Sabrina e Rocha, Diego Marcell. O compartilhamento de significado na aula de Física e a atuação do interlocutor de Língua Brasileira de Sinais. Ciência & Educação (Bauru) [online]. 2015, v. 21, n.2, pp. 435-456. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1516-731320150020011>>. ISSN 1980-850X. <https://doi.org/10.1590/1516-731320150020011>.

PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA I (PROJETO DE EXTENSÃO APLICADO ÀS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA IES)

Aspectos Gramaticais em LIBRAS. Aspectos Morfossintáticos da LIBRAS. Classificadores e parâmetros linguísticos. Prática em diálogos e compreensão da conversação em LIBRAS. Aspectos teóricos e práticos da escrita do Surdo. Novos paradigmas sobre a representação dos signos em LIBRAS através de registro gráfico – SignWriting e outros modelos.

7º SEMESTRE

Educação Física Escolar II: Ensino Fundamental

Organização dos processos de ensino da Educação Física na educação fundamental: fundamentos históricos, filosóficos, biológicos, psicopedagógicos e socioculturais. As

tendências pedagógicas e suas implicações metodológicas para a Educação Física no Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

DARIDO, Suraya Cristina (Coord.); RANGEL, Irene Conceição Andrade (Coord.). Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

HÉRCULES, Emília Devantel. Diretrizes curriculares e planejamento para a Educação Física Escolar. Curitiba, Contentus, 2020.

ALVES, Maria Luiza Tanure e MOLLAR, Thais Helena. Educação Física Escolar: atividades inclusivas. Phorte Editora, São Paulo, 2013

Bibliografia Complementar:

DARIDO, Suraya Cristina (Coord.); RANGEL, Irene Conceição Andrade (Coord.). Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

HÉRCULES, Emília Devantel. Diretrizes curriculares e planejamento para a Educação Física Escolar. Curitiba, Contentus, 2020.

ALVES, Maria Luiza Tanure e MOLLAR, Thais Helena. Educação Física Escolar: atividades inclusivas. Phorte Editora, São Paulo, 2013

Educação Física Escolar Inclusiva

Organização dos processos de ensino da Educação Física na Educação Especial: fundamentos históricos, filosóficos, biológicos, psicopedagógicos e socioculturais. As tendências pedagógicas e suas implicações metodológicas para a Educação Física Escolar Inclusiva

Bibliografia Básica:

VARA, Maria de Fátima Fernandes & CIDADE, Ruth Eugênia. **Educação Física Adaptada**. Curitiba: Editora InterSabereres, 2020. (BV)

BELTHER, Josilda Maria. **Educação Especial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017. (BV)

MONTEIRO, Alessandra Andrea. **Educação física no ensino fundamental com atividade de inclusão: 2:CORTEZ**. 2010.

Bibliografia Complementar:

GORLA, José Irineu. **Educação Física Adaptada: o passo a passo da avaliação**. São Paulo: Phorte, 2013. (BV)

ISRAEL, Vera Lúcia & BERTOLDI, Andréa Lúcia Sério. **Deficiência Físico-Motora: interfaces entre educação especial e repertório funcional**. Curitiba: InterSabereres, 2012. (BV)

AGUIAR, João Serapião de. **Educação Inclusiva: jogos para o ensino de conceitos**. Campinas, SP: Papirus, 2015. (BV)

PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA II (PROJETO DE EXTENSÃO APLICADO ÀS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA IES)

As práticas de Extensão universitárias serão realizadas através da oferta de projetos de extensão voltados à responsabilidade social da Faculdade e a assuntos relacionados à área de formação do discente.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Regimento e Normas do TCC. Fases da pesquisa científica. Diferença e normalização entre teses, dissertações, monografias e artigos científicos. Métodos de pesquisa e técnicas de pesquisa. Aspectos metodológicos de pesquisa necessários à elaboração de projeto de pesquisa. Regras de apresentação gráfica de projetos de pesquisa. Fontes de pesquisa acadêmico-científica. Formação de citação. Referências bibliográficas. Projeto de pesquisa: construção, normalização integralizando os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação acadêmica. Acompanhamento da elaboração dos Projetos a partir de orientação de docente da área de Direito.

Bibliografia Básica:

BARROS, M.V.G.; REIS, R.S. Análise de dados em Atividade Física e Saúde: demonstrando a utilização do SPSS. Londrina: Midiograf, 2003.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1992.

LIBANEO, J.B. Introdução à vida intelectual. São Paulo: Edições Loyola, 2001, 2ª ed.

Bibliografia Complementar:

MÜLLER, M. S. Normas e padrões para teses, dissertações e monografias. Londrina: Editora UEL, 2002, 4ª ed.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 1993. 19.ed.

THOMAS, J.R.; NELSON, J. K. Métodos de pesquisa em atividade física. Porto Alegre: Artmed, 2003

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

Relação teoria-prática, e relação conhecimento escolar-conhecimento científico; o exercício do olhar e do refletir sobre a prática; análise do discurso escolar; professor reflexivo: competências e desempenho docente; cotidiano escolar. Estágio Supervisionado com foco na Educação Infantil e Ensino Fundamental

8º SEMESTRE

Educação Física Escolar III: Ensino Médio

Organização dos processos de ensino da Educação Física no Ensino Médio: fundamentos históricos, filosóficos, biológicos, psicopedagógicos e socioculturais. As tendências pedagógicas e suas implicações metodológicas para a Educação Física no Ensino Médio.

Bibliografia Básica:

DARIDO, Suraya Cristina (Coord.); RANGEL, Irene Conceição Andrade (Coord.). Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

HÉRCULES, Emília Devantel. Diretrizes curriculares e planejamento para a Educação Física Escolar. Curitiba, Contentus, 2020.

ALVES, Maria Luiza Tanure e MOLLAR, Thais Helena. Educação Física Escolar: atividades inclusivas. Phorte Editora, São Paulo, 2013

Bibliografia Complementar:

Soares *et al.* Metodologia do ensino da Educação Física. 2ª ed. São Paulo. Editora Cortez, 2014.

CARNEIRO, Virginia Bastos. Didática, Curitiba, Contentus, 2021

NASCIMENTO, Rodrigo Ribeiro, SOUZA, Beatriz Gomes de e Franco, Neil. **Deficiências e Educação Física: o contexto escolar em foco.** Educação & Realidade [online]. 2022, v. 47, e115947. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-6236115947vs01>
<https://doi.org/10.1590/2175-6236115947vs02>>. Epub 18 Jul 2022. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-6236115947vs01>.

Educação Física na Educação de Jovens e Adultos

Conceitos. Fundamentos. Educação Física Escolar. Atividades físicas e recreativas para a EJA – Educação de Jovens e Adultos. O papel do professor de educação física na EJA. Alternativas de trabalho na EJA com diferentes contextos socioambientais: organização, realização e avaliação de projetos pedagógicos para a educação física escolar para Jovens e Adultos na EJA. Principais Esportes e Atividades Físicas Escolares aplicados na EJA: História, Regras e Perspectivas Pedagógicas.

Bibliografia Básica:

DARIDO, Suraya Cristina (Coord.); RANGEL, Irene Conceição Andrade (Coord.). Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

HÉRCULES, Emília Devantel. Diretrizes curriculares e planejamento para a Educação Física Escolar. Curitiba, Contentus, 2020.

ALVES, Maria Luiza Tanure e MOLLAR, Thais Helena. Educação Física Escolar: atividades inclusivas. Phorte Editora, São Paulo, 2013

Bibliografia Complementar:

Soares *et al.* Metodologia do ensino da Educação Física. 2ª ed. São Paulo. Editora Cortez, 2014.

CARNEIRO, Virginia Bastos. Didática, Curitiba, Contentus, 2021

AGUIAR, João Serapião de. Educação Inclusiva: jogos para o ensino de conceitos. Campinas, SP: Papyrus, 2015.

Educação Física Escolar em ambientes não urbanos e em comunidades e agrupamentos étnicos distintos



A Educação Física Escolar em contextos rurais. As relações entre a Educação Física e a cultura das diferentes comunidades. Educação Física e os Quilombolas. Educação Física e comunidades indígenas.

Bibliografia Básica:

IANNI, OCTÁVIO, **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

FRITZEN, S. J. **Jogos dirigidos para grupos, recreação e aula de educação física: 36:VOZES**. 2013.

Bibliografia Complementar:

ROTH, K. **Jogos de arremesso: . 1:PHORTE**. 2016

CÓRIA-SABINI, M. A.; LUCENA, R. F. **Jogos e Brincadeiras na educação infantil**. 1ed. Campinas: Papyrus, 2015. (BV)

RAMOS, S. L. V. **Jogos e brinquedos na escola**. 01:RESPEL. 2014

CASTRO, A. **Jogos e brincadeiras para Educação Física : Desenvolvendo a agilidade, a coordenação, o relaxamento, a velocidade e a força**. 2:VOZES. 2014.

HAETINGER, M. G. **Jogos, recreação e lazer**. 2:IESD. 2008.

Posicionamento Profissional

Fundamentação Teórica para reflexão crítica e posicionamento profissional adequado diante do atual mercado de trabalho. O papel determinante do Educador Física na construção de sua trajetória profissional. O papel dos conselhos de classe na construção da trajetória do profissional. O novo contexto de mercado e suas implicações no

planejamento de ações que auxiliam na preparação da construção do projeto de carreira na área da saúde e qualidade de vida. Insumos para a determinação de um posicionamento profissional: o autoconhecimento, mercado de trabalho e o plano de ação. O autoconhecimento e o posicionamento profissional: valores; personalidade; âncoras; interesses e habilidades. A construção do projeto de posicionamento profissional: alinhando objetivos pessoais e profissionais e elaborando um plano de ação. A estratégia e as ferramentas de busca de trabalho: currículo, entrevista de seleção, rede de contatos.

Bibliografia Básica:

FABRI, Andréa Queiroz. **Planejamento Econômico e Mercado:** aproximação possível. Fórum, 2010.

GHOSE, Ajit K. **Emprego:** um desafio global. XIBPEX, 2010.

LUCK, Heloísa. **Planejamento em orientação educacional.** Vozes, 2014.

Bibliografia Complementar:

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. **Trabalhar na Saúde:** experiências cotidianas e desafios para a gestão do trabalho e do emprego. FIOCRUZ, 2011.

NUNES, Antônio J. A. **Industrialização e Desenvolvimento.** Quartier Latin do Brasil, 2005.

NASCIMENTO, EUNICE. **Comportamento organizacional.** IESDE, 2008.

VICENTINI, Paula Perin. **História da profissão docente no Brasil:** representações em disputa. CORTEZ, 2009.

MARQUES, Marci Turi. **Relações interpessoais.** SENAC, 2004.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Constituição de um Trabalho de Conclusão de Curso no gênero Monografia a partir do Projeto de Pesquisa estabelecido no período anterior. Orientação de um docente da área. Defesa Pública de TCC.

Bibliografia Básica:

BARROS, M.V.G.; REIS, R.S. Análise de dados em Atividade Física e Saúde: demonstrando a utilização do SPSS. Londrina: Midiograf, 2003.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1992.

LIBANEO, J.B. Introdução à vida intelectual. São Paulo: Edições Loyola, 2001, 2ª ed.

Bibliografia Complementar:

MÜLLER, M. S. Normas e padrões para teses, dissertações e monografias. Londrina: Editora UEL, 2002, 4ª ed.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 1993. 19.ed.

THOMAS, J.R.; NELSON, J. K. Métodos de pesquisa em atividade física. Porto Alegre: Artmed, 2003

PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA III (PROJETO DE EXTENSÃO APLICADO ÀS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA IES)

Constituição de um Trabalho de Conclusão de Curso no gênero Monografia a partir do Projeto de Pesquisa estabelecido no período anterior. Orientação de um docente da área. Defesa Pública de TCC.

Bibliografia Básica:



ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: ENSINO MÉDIO – EJA, EDUCAÇÃO ESPECIAL E ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

Neste semestre, sob orientação e supervisão docente (da IES e do campo de estágio), os alunos deverão compor o seguinte processo de estágio no Ensino Médio, na EJA e na Educação Especial: 1) Análise da Entidade-Campo de Estágio. 2) Plano de Trabalho. 3) Intervenção-Execução do Plano de Trabalho na Escola. 4) Elaboração e Apresentação de um relatório do Processo interventivo. Os alunos também deverão desenvolver plano de trabalho em ambientes não escolares como organizações não governamentais e/ou para jovens apenados

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO FÍSICA

EMENTA:

Todo o conteúdo programático e metodologia devem ser constituídos no próprio semestre de execução, a partir de prova diagnóstica e/ou dados da formação dos alunos até o momento, visando aplicar conhecimentos e conteúdos que suplantem possíveis deficiências apresentadas pelos mesmos. A disciplina também pode ser constituída para contemplar a preparação dos alunos para o ENADE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo.

PRÁTICA DE ENSINO DA NATAÇÃO

Aperfeiçoamento e aprofundamentos dos quatro estilos da natação. Noções de treinamento técnico-esportivo. Natação para jovens, adultos e terceira idade. Natação e doenças crônico-degenerativas. Regras. Organização de competições.

Bibliografia Básica:

UBILLA, Alexandre e GOMES, Adriano. **Natação quatro estilos: 100 perguntas e respostas sobre natação.** Atheneu, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Morgana Cláudia da. **Aspectos pedagógicos das atividades aquáticas.** Intersaberes, Curitiba, 2020.

APOLINÁRIO, Marcos Roberto *et al.* **Estratégias para o ensino da natação.** Editora Phorte, São Paulo, 2016.

Bibliografia Complementar:

GO TANI E CORRÊA, Humberto Cesar. **Aprendizagem motora e o ensino do esporte.** Blucher, 2018.

ORDONHES, Mayara Torres. **Aspectos Pedagógicos aplicados ao esporte em diferentes faixas etárias.** Curitiba, Contentus, 2020

Wang, Jingjing, Chen, Anping and Xia, Shichao. **ESTABLISHMENT OF SWIMMING POSTURE TEACHING MODEL BASED ON INTEGRATED ALGORITHM (ESTABELECIMENTO DO MODELO DE ENSINO DE POSTURA NA NATAÇÃO BASEADO NO ALGORITMO INTEGRADO).** Revista Brasileira de Medicina do Esporte [online]. 2021, v. 27, n. spe2, pp. 58-61. Available from: <https://doi.org/10.1590/1517-8692202127022021_0019>. Epub 11 June 2021. ISSN 1806-9940. https://doi.org/10.1590/1517-8692202127022021_0019.

FUTEBOL

Histórico e Evolução do Futebol; Abordagem didático-metodológica dos fundamentos do futebol; Iniciação esportiva no Futebol; Futebol e estímulos motores; Fundamentos técnicos e táticos do Futebol; Futebol e cultura no Brasil; Futebol e Mídia; Futebol e gênero; Iniciação esportiva precoce no Futebol;

Regras e organização de jogos e competições.

Bibliografia Básica:

BARROS, Turíbio L. de. **Ciência do futebol**. São Paulo: Manole, 2003.

DRUBSCKY, Ricardo. **O universo tático do futebol: escola brasileira**. Belo Horizonte: Health, 2000.

FRISSELLI, Ariobaldo. **Futebol: teoria e prática**. São Paulo: Phorte, 2001.

Bibliografia Complementar:

MATVEEV, Lev. P. **Treino desportivo: metodologia e planejamento**. São Paulo: Phorte, 1997.

WEINECK, Jungen. **Futebol total**. São Paulo: Phorte, 2002.

PRAÇA, Gibson Moreira *et al.* **ANALYSIS OF NETWORK PROPERTIES AND TACTICAL BEHAVIOR OF U-17 SOCCER ATHLETES WITH DIFFERENT TACTICAL SKILLS** (ANÁLISE DAS INTERAÇÕES E DO COMPORTAMENTO TÁTICO DE ATLETAS SUB-17 DE FUTEBOL COM DIFERENTES CAPACIDADES TÁTICAS). *Journal of Physical Education* [online]. 2018, v. 29, e2938. Available from: <<https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v29i1.2938>>. Epub 04 Oct 2018. ISSN 2448-2455. <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v29i1.2938>.

ATIVIDADE FÍSICA NA TERCEIRA IDADE

Características psicossomáticas na velhice. Fundamentos pedagógicos: planejamento, prescrição de exercícios, avaliação da aptidão física. Benefícios da prática da atividade física. Abordagem didático-metodológica das principais atividades físicas para a terceira idade.

Bibliografia Básica:

DÉA, Vanessa Helena S. Dalla. **Envelhecimento: Informações, Programa de atividade física e pesquisa.** São Paulo: Phorte, 2016.

OKUMA, Silene Sumire. **O idoso e a atividade física: Fundamentos e pesquisas.** Campinas: Papirus, 2012.

MEIRELLES, Morgana. **Atividade física na 3ª idade.** Rio de Janeiro: Sprint, 1997.

Bibliografia Complementar:

WAGORN, Yvonne; et al. **Manual de Ginástica e bem-estar para terceira idade.** São Paulo: Marco Zero, 1993.

LORDA, C. Raúl. **Recreação na terceira idade.** Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

SALIN, Mauren da Silva et al. **Atividade física para idosos: diretrizes para implantação de programas e ações.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia [online]. 2011, v. 14, n. 2, pp. 197-208. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1809-98232011000200002>>. Epub 29 Ago 2012. ISSN 1981-2256. <https://doi.org/10.1590/S1809-98232011000200002>.

METODOLOGIA DO ENSINO DA DANÇA

Histórico e evolução da Dança - Pedagogia do ensino da Dança. Técnicas do movimento corporal aplicado a dança - Noções de estilo, caráter, forma e ritmo - Treinamento do corpo como instrumento de ação e expressão – Coreografias.

Bibliografia Básica:

CONE, Theresa Purcell. Ensinando dança para crianças. Barueri- SP: Manoele, 2015.

KENNEY, W. Larry; WILMORE, Jack H.; COSTILL, David. L. Fisiologia do Esporte e Exercício. 5 ed. Barueri: Manole, 2013.

SAMPAYO, Sonia. Dança, Movimento e Expressão Corporal. São Paulo: Queen Books, 2007.

TADRA, DÉBORA S. A.; FERREIRA, ROSIMARA V. T., ORTOLAN, SABRINA M.; MAÇANEIRO, SCHEILA M.; Linguagem da Dança, 1. Ed. Editora: Intersaberes: Curitiba, 2012. 118p.

Bibliografia Complementar:

KENNEY, W. Larry; WILMORE, Jack H.; COSTILL, David. L. Fisiologia do Esporte e Exercício. 5 ed. Barueri: Manole, 2013.

MARQUES, Isabel. Ensino da dança hoje: textos e contextos. São Paulo: Cortez, 2011.

VIANA, Klauss. A dança. São Paulo: Summus, 2005.

METODOLOGIA DO ENSINO DAS LUTAS

História das Lutas. Classificação e fundamentos técnicos. Diversidade de lutas e cultura. Fundamentos teórico-metodológicos do ensino das lutas. Lutas e Violência. Lutas e cultura corporal. Jogos de Lutas. Mídias, esportivização e Lutas.

Bibliografia Básica:



HERCULES, Emília Devantel e ORDONHES, Mayara Torres. Lutas iniciação e alto rendimento. Curitiba, Contentus, 2020

NUNES, Ricardo João Sonoda e OLIVEIRA, Sérgio Roberto de Lara. Jogos e brincadeiras de lutas. Curitiba, Contentus, 2020

FIGUERÔA, Katiúscia Mello. O ensino das Lutas na Educação Física escolar. Curitiba, Contentus, 2020.

Bibliografia Complementar:

MESQUITA, Chuno. Judô: da reflexão à competição. Rio de Janeiro, Galenus, 2014

COLUMÁ, Jorge Felipe e CHAVES, Simone Freitas. Capoeira e psicomotricidade. Petrópolis, Vozes, 2017

PEREIRA, Manuel Carlos Mesquita Correa. As Lutas na Educação Física Escolar. São Paulo, Editora Phorte, 2018.

METODOLOGIA DO ENSINO DA GINÁSTICA

Origem, evolução e importância das ginásticas. Princípios orientadores e estratégias de ensino dos métodos e sistemas ginásticos. Classificação dos exercícios físicos. Conhecimentos básicos e aplicação dos movimentos corporais em diversas práticas de ginástica. Classificação e manuseio dos aparelhos ginásticos. Abordagem didático-metodológica dos fundamentos da ginástica.

Bibliografia Básica:

AYOUB, Eliana. Ginástica Geral e Educação Física Escolar. 3 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

ARAÚJO, Carlos. Manual em Ajudas em Ginástica. 2 ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2012.

ELBAS, Murilo; SIMÃO, Roberto. Em busca do corpo: exercícios, alimentação e lesões. Rio de Janeiro: Shape, 2004.

GALLARDO, Jorge Sergio Pérez. AZEVEDO, Lucio Henrique Rezende Fundamentos básicos da ginástica acrobática competitiva. São Paulo: Editora autores associados , 2007.

Bibliografia Complementar:

KENNEY, W. Larry; WILMORE, Jack H.; COSTILL, David. L. Fisiologia do Esporte e Exercício. 5 ed. Barueri: Manole, 2013.

MARTINS, Caroline de O. Ginástica laboral no escritório. 2 ed. São Paulo: Fontoura, 2011.

PRESTES, Jonato. Prescrição e periodização do treinamento de força em academias. São Paulo, Manole, 2016.

LINHARES Assbú Meily. A Escola e o Esporte: uma história de Práticas Culturais. São Paulo: Cortez, 2009.

NEIRA, Marcos Garcia. Cultura corporal : Diálogos entre educação física e lazer . Petrópolis: Vozes, 2009.

4.8 METODOLOGIA

Ao conceber as perspectivas pedagógicas acerca do curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física, a Coordenação de Curso e o NDE partiram do pressuposto de que um currículo, por si só, não apresenta garantias de sucesso qualitativo em qualquer âmbito da formação profissional. Dessa forma, partiu-se da lógica de que o alcance dos objetivos do curso e o êxito na construção do perfil do egresso exigem que a Metodologia de Ensino seja adequada a essas finalidades.

Nesse contexto, a consideração às inteligências múltiplas, à auto-estima dos alunos, aos processos interativos, bem como a utilização de recursos tecnológicos modernos permitem imprimir ao processo pedagógico a dinamicidade necessária para ultrapassar a mera transmissão dos conteúdos.

4.8.1 A Metodologia: As relações teoria-prática e as práticas pedagógicas e recursos inovadores

Ao refletir sobre as práticas pedagógicas e a necessidade de vinculação da teoria e prática no curso, o NDE tem como perspectiva que o docente deve sempre se desvincular do papel de “detentor do saber” para o papel de “mediador”. No seu fazer pedagógico o professor deve estar centrado tanto em formar competências, habilidades e disposições de conduta, quanto em relação à quantidade e qualidade de informações a serem apreendidas pelos alunos. Isto significa que necessita estar relacionando o conhecimento com dados da experiência cotidiana, trabalhar com material significativo, para que o aluno consiga fazer a ponte entre a teoria e a prática e fundamentar críticas.

Nesse contexto, o NDE estabeleceu componentes curriculares que deverão obrigatoriamente fazer a relação teoria-prática de maneira plena:

- a) Práticas Interdisciplinares: Além de estudar conteúdos relativos aos temas, os alunos deverão ir a campo para conhecer, analisar e intervir na realidade em que vivem e irão trabalhar.
- b) Estágio Curricular: Além do estudo das teorias que sustentarão o trabalho em campos de estágio, os alunos deverão sempre correlacioná-las para o componente curricular.

Assim, O professor formado pelo CESBA cursará os componentes curriculares da matriz curricular com as seguintes práticas pedagógicas:

- Aulas expositivas com a utilização de recursos multimídia;
- Estudo e discussão de casos oriundos de problemas na área de Licenciatura em Educação Física e da educação brasileira, com abordagem interdisciplinar;

- Desenvolvimento e apresentação de seminários sobre temas específicos de cada disciplina abordando, sempre que possível, conteúdos interdisciplinares;
- Aulas Práticas em Laboratórios Didáticos.

AS AULAS INVERTIDAS

Além disso, no afã de ofertar o curso sob a égide de práticas metodológicas inovadoras, dentre as várias modalidades de ensino-aprendizagem já tradicionais no ambiente acadêmico, o CESBA estabelece neste PPC e em todos os seus cursos de graduação o que é conhecido como a Sala de Aula Invertida, ou, como se aponta na literatura internacional *“Flipped Classroom”*.

Em linhas gerais, o princípio básico desta proposta metodológica é que ocorre uma inversão das aulas consideradas tradicionais, pautadas na clássica preparação do professor para expor conteúdo em sala de aula.

Na Sala de Aula Invertida, os estudantes do CESBA assumem responsabilidades no tocante à sua preparação prévia às aulas, devendo realizar atividades de leitura, pesquisa ou análise de materiais enviados pelos professores antecipadamente.

O acesso ao conteúdo poderá ocorrer por meios variados, como a disponibilização no Canal do Aluno, ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), vídeos postados pelo professor em websites, chats, fóruns, Aluno *Online* ou ferramentas diversas como a constituição de blogs de cada disciplina pelos professores.

A partir da prática de ações colaborativas que antecedem a sala de aula, o professor disporá de mais tempo para o saneamento das dúvidas que surgem ou surgirem no decorrer da leitura do conteúdo e da realização de atividades propostas.

Destaque-se que as experiências pedagógicas com a metodologia Sala de Aula Invertida são amplamente realizadas em diferentes IES com resultados que demonstram as múltiplas possibilidades de abordagem em diversos campos do conhecimento. O eixo central das experiências ampara-se na busca de novos procedimentos didáticos que têm estimulado a permanência dos alunos nos cursos, diminuindo a evasão, tudo a partir de

práticas inovadoras que incentivam a resolução de problemas de forma crítica e com ampla utilização da tecnologia de informação e da autonomia dos alunos.

Desse modo, associa-se a formação de um profissional capacitado e autônomo na produção do conhecimento à formação de um cidadão apto a resolver os problemas de diferenciados contextos sociais.

Além disso, a Coordenação de Curso sensibilizará sempre o corpo docente quanto à seleção de metodologias, para que alunos e professores tenham a oportunidade de vivenciar a cidadania e promover a criticidade em todos os conteúdos previstos para o curso. Neste contexto, as situações de trabalho são extremamente relevantes para a contextualização, razão pela qual dar-se-á preferência por docentes que unam a academia com a experiência prática.

Conforme já citamos, a complementaridade entre as disciplinas e os conteúdos deverão aparecer na relação estabelecida entre os professores através de Práticas interdisciplinares, a partir das pesquisas e projetos feitos por grupos de alunos e orientados por docentes, afinal, por fazer parte da futura rotina na atuação profissional, o trabalho em equipe é um grande e fundamental aspecto a ser priorizado.

Na mesma linha, deve-se lembrar de que considerar as diferenças individuais dos alunos e apoiar o desenvolvimento de interesses e habilidades particulares de cada um é imprescindível, quando se elege a atenção à diversidade como princípio didático. A operacionalização da proposta metodológica pode lançar mão de métodos tradicionais de ensino, tais como aulas expositivas e seminários. Entretanto, o desafio está em propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Neste sentido, a proposta metodológica prevista neste Projeto Pedagógico tem como mote a viabilização da integração dos conteúdos vistos ao longo do curso.

Essa proposta metodológica deve ser de conhecimento de todo o corpo docente para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada, sempre aos finais do semestre nos Seminários Pedagógicos a se tornarem rotineiros no curso.

Para efetivação das propostas metodológicas aqui delineadas, são sugeridas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes semestres;
- Organização de um núcleo de Licenciatura em Educação Física junto à Clínica Escola de modo que permita-se a simulação de situações de trabalho que poderão ser encontradas pelos futuros profissionais; e
- Realização de atividades extracurriculares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional a ser formado.

Em suma, o proceder metodológico planejado neste Projeto Pedagógico, uma vez dirigido para a apropriação do perfil delineado para este curso, estará voltado para a formação de um profissional que sabe fazer e que sabe aprender a aprender, tudo a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação e o trabalho.

4.8.2 A Metodologia nas Atividades da Modalidade EaD

Como apontado na matriz curricular do curso, há a opção da IES pela inserção de componentes curriculares na modalidade a distância no curso.

O AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pelo CESBA é o Google Classroom que possui salas virtuais que promovem encontros síncronos e assíncronos.

O Material didático utilizado pela IES é autoral e, preferencialmente, constituído pelos próprios docentes de cada curso que, *a priori*, são contratados também como docentes e tutores das disciplinas EaD pelas quais são responsáveis.

A operacionalização da proposta metodológica para as atividades EaD pode lançar mão de métodos tradicionais de ensino a distância (apesar da tecnologia, já podem ser considerados tradicionais devido ao avanço das TIC's), tais como apostilas para leituras, videoaulas e chats a partir do AVA. Neste sentido, a proposta metodológica para EaD prevista neste Projeto Pedagógico tem como mote a viabilização da integração dos

conteúdos vistos ao longo do curso, ou seja, não é apenas o meio de interação entre os atores, mas o modo de abordagem dos conteúdos que é determinante na constituição da metodologia ativa também para a EaD.

Nesse contexto, em termos de EaD pode-se estabelecer que serão utilizados os seguintes meios:

- a) Síncronos: Chats e Web Conferências promovidas a partir do AVA.
- b) Assíncronos: Apostilas, Videoaulas, Fóruns de debate, Wikies, Redes Sociais etc.

4.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A relação entre estágio e a formação profissional do professor implica em abordar o processo de construção da profissão no movimento sócio-histórico educacional. O estágio para além dessa relação é uma das principais atividades acadêmicas juntamente às dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

Desse modo, o estágio se configura em um momento de aprendizagem político-pedagógico que proporciona a mediação entre as demandas do (a) acadêmico (a), das escolas e/ou espaços socioeducacionais e da própria IES.

Possibilita ainda, uma efetiva aproximação do (a) acadêmico (a) ao movimento da realidade escolar concreta. Essa aproximação se dá na apreensão e reflexão teórico-crítica da historicidade na relação entre totalidade particularidade-singularidade, desde que compreendido como processo de aprendizagem dos estudantes e que, necessariamente, associe-se à realidade legitimando a construção do conhecimento como um processo social, coletivo e histórico.

O desenvolvimento dessas atividades propicia ao aluno condições de integrar todo o conhecimento que vem sendo adquirido ao longo do curso, além de ter como objetivo, formar um profissional-professor capaz de observar, participar, problematizar e questionar a prática vivenciada, utilizando como parâmetros a aprendizagem nas diversas disciplinas e as inovações tecnológicas para a educação.

Essas atividades colocam o aluno frente a universos diferentes, buscando o diagnóstico, planejamento, elaboração de planos de tratamento e execução de tratamentos, dentro do contexto sociocultural a que estão direcionadas. Com isso, pretende-se criar um modelo formador de professores que esteja integrado à nossa realidade escolar e comprometido com suas efetivas práticas e missão.

Nesse mote, estagiário e orientadores deverão fazer parte da escola conveniada, inclusive participando da sua construção e avaliação a partir dos conselhos de classe que envolvem a escola, professores, alunos, família e sociedade.

O professor assim formado deve compreender que o desenvolvimento da educação é de sua responsabilidade. Desse modo, o estágio não deve ser considerado somente uma mera perspectiva de inserção no mercado de trabalho, e sim uma representação da inserção do (a) acadêmico (a) no mundo do trabalho, como dimensão da formação profissional, potencializadora dos conteúdos, das diretrizes curriculares, como um eixo norteador da produção de conhecimentos.

Ao considerar essas premissas faz-se necessário destacar a opção teórico-metodológica norteadora da política de estágio expressa no projeto político-pedagógico de Licenciatura em Educação Física do CESBA, e que se configura nas ementas das disciplinas de estágio supervisionado, bem como na regulamentação dessa política na IES.

A estruturação do Estágio do Curso fundamenta-se nas diretrizes do estágio estabelecidas pela IES, na Lei 11.788/2008 e nas Diretrizes para os Cursos de Educação Física – Resolução CNE/CES nº 06/2018.

O estágio obrigatório, denominado no CESBA como Estágio Supervisionado, é uma exigência curricular obrigatória e considerada um processo a ser vivenciado pelo (a) acadêmico (a) de Licenciatura em Educação Física, a partir do 7º semestre do curso, considerando o processo pedagógico de aprendizagem estabelecido no Regimento de Estágio Supervisionado do Curso, disponibilizado para consulta no site da IES e no AVA, conforme a descrição sintética a seguir:

Para o Curso de Licenciatura em Educação Física o Estágio Supervisionado possui carga horária referente à 20% da carga horária total do curso, são divididas em 2 partes assim denominadas:

- Estágio Supervisionado I (7º Semestre):
 - Capacitação para o exercício docente em Educação Física com foco na Educação Infantil e no Ensino Fundamental

- Estágio Supervisionado II (8º Semestre):
 - Capacitação para o exercício docente em Educação Física no Ensino Médio, EJA, Educação Especial e Espaços não escolares

Essas dimensões devem ser norteadoras da supervisão de estágio pautadas em instrumentais como: planejamento, elaboração de relatórios fundamentados em pesquisas, reuniões entre outros.

Deverão ser articuladas a supervisão acadêmica e profissional por meio de fóruns e seminários acerca da prática profissional, tendo em vista a articulação e organização dos campos de estágio por políticas sociais e realização de sua síntese.

O Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA é a atividade de aprendizagem da prática docente realizada em situações concretas, vivenciadas em instituições de ensino formal e não-formal, bem como nos sistemas de ensino. Na medida em que consolida a integração entre teoria e prática das diferentes disciplinas oferecidas ao longo do Curso, o Estágio favorece o conhecimento do trabalho multidisciplinar, o contato direto com as instituições educativas, alunos e profissionais docentes dos anos iniciais do ensino fundamental. Além disso, propicia o campo necessário à pesquisa nos variados espaços de atuação do professor.

A disciplina de estágio supervisionado associa a teoria à prática considerando uma análise de sistema global que inclua conteúdos interdisciplinares, possibilitando ao aluno colocar em ações os conceitos teóricos abordados ao longo do curso, levando-o a vivenciar de forma mais efetiva e prática profissional docente, tanto no contexto da

educação formal quanto a não formal, levando-o a desenvolvimento de produção acadêmica e de trabalhos interdisciplinares.

4.9.1 Estágio Curricular Supervisionado: Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho e as Atualizações das Práticas de Estágio

A gestão do Estágio Supervisionado do CESBA se dará em dois âmbitos: a partir das instituições públicas e privadas de ensino e da Coordenação de Curso com um professor responsável pelos estágios.

Nesse contexto, a Coordenação do curso será a responsável por organizar o estágio nas instituições públicas e privadas que possam receber os alunos do curso.

Quanto aos aspectos relacionados à integração da IES com as necessidades e interação com as instituições de ensino, isso se dará a partir da coordenação de estágio do Curso de Licenciatura em Educação Física que ficará responsável pela gestão dos estagiários e da distribuição de orientadores e supervisores para os campos de estágio.

A IES deverá fazer uma via de mão dupla, na qual os órgãos poderão receber o apoio da IES a partir da oferta de cursos de extensão e qualificação profissional aqueles profissionais já inseridos no mercado de trabalho, bem como os órgãos educacionais virem até a IES para palestras e conferências, tudo no intuito de estreitar os laços entre os campos de estágio e o CESBA, bem como analisar com mais precisão os anseios do mundo do trabalho.

Vale destacar as Pesquisas e Práticas Pedagógicas em que os alunos vão a campo conhecer as instituições públicas e privadas de ensino e os anseios e necessidades da região de inserção, o que fará com que já na gênese da formação inicie-se uma expectativa em que o mundo do trabalho e a IES passam a trocar experiências e relações.

Nesse sentido, as atualizações das práticas de estágio se darão naturalmente a partir das interações entre a IES e os campos de ensino, afinal, na via de mão dupla citada, as necessidades das instituições de ensino serão elementos de análise sistemática na IES.

4.9.2 Estágio Curricular Supervisionado: Relação com a Rede de Escolas da Educação Básica

Conforme já explicitado em capítulo anterior, o Estágio Curricular Supervisionado se estabeleceu neste PPC a partir do que apregoa a Resolução CNE-CP nº 02 de 1º de Junho de 2015 e da Lei 11.788 de 2008.

Nesta expectativa, conforme o regulamento do estágio curricular supervisionado anexado a este PPC deve-se obrigatoriamente, formalizarem-se convênios com as Redes Pública e Privada de Educação Básica, prevendo:

- a) Obrigatoriedade de explicitar nos termos de convênio a participação de professores e alunos do curso também nos Conselhos de Classe nos quais se envolvem alunos, professores e comunidade.
- b) Obrigatoriedade de professor-orientador para todos os alunos que farão o estágio supervisionado, sendo este acompanhamento sistematicamente. O professor-orientador, além de orientar um número de alunos que seja compatível com as normas de estágio para que se tenha qualidade, este deverá acompanhar o estagiário também em suas práticas de campo.
- c) Estagiários e Orientadores deverão vivenciar a realidade escolar participando dos conselhos de classe e de reuniões com os professores da escola conveniada. Ou seja, fazer parte da realidade em que se inserem para a prática de estágio.

Desse modo, o Estágio Curricular Supervisionado passa a se constituir não apenas como uma fase ou período de formação do professor, mas de uma oportunidade de devolver às escolas e à comunidade a participação social e histórica que o Ensino Superior tem a obrigação moral de se estabelecer.

4.9.3 Estágio Curricular Supervisionado: Relação entre Licenciandos, Docentes e Supervisores da Rede de Escolas da Educação Básica

Nas expectativas que estabelecem o Estágio Curricular Supervisionado, o curso deverá

incentivar e prever o diálogo contínuo e parceria de trabalho entre os professores-orientadores da IES, supervisores da IES, os estagiários e os professores da escola conveniada (o professor orientador também pode exercer o papel de supervisor).

Nesse viés, o papel do supervisor não se estabelece apenas em avaliar o licenciando em suas atividades de estágio, mas de participar de maneira efetiva na concepção do projeto de estágio e acompanhá-lo na sua efetivação em cada uma das fases em que ele se constituirá (Ensino Infantil; Ensino Fundamental (series iniciais); EJA e Educação Inclusiva).

Trata-se de uma perspectiva em que todos os envolvidos, ou seja, licenciandos, supervisores, orientadores e docentes da escola e professores da IES se unem em uma busca constante de melhorar a educação a partir de uma melhor formação de novos professores.

4.9.4 Estágio Curricular Supervisionado: Relação Teoria e Prática

O Estágio Curricular Supervisionado neste PPC tem como norte a indissociabilidade entre a teoria e a prática na formação de professores de Educação Física para a Educação Básica.

Assim, a constituição do estágio em seu regulamento prevê que o aluno deverá ter cursado ou estar cursando disciplinas que abordam o nível da educação básica em que estiver estagiando, ou seja, os conhecimentos necessários para a prática escolar já devem ser de domínio do aluno para que ele possa se inserir na fase de estágio.

Para o acompanhamento dessa relação entre teoria e prática, os projetos de estágio que irão nortear as atividades desenvolvidas no estágio devem ser fundamentados pelas teorias advindas do currículo do curso perfazendo reflexões críticas entre as atividades a serem desenvolvidas e as teorias educacionais.

Da mesma forma, o relato do estágio já constituído pelo licenciando, deverá prever que as análises das situações vivenciadas na escola sejam refletidas a partir de teorias educacionais e científicas e formalizadas numa produção acadêmica no formato de

relatório de estágio curricular supervisionado construído ao final de cada fase/semestre estagiado.

Destaquem-se que há as Práticas Pedagógicas estabelecidas pelas DCNs que fazem a relação teoria-prática desde o início do primeiro semestre.

4.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL)

No CESBA as Atividades Complementares são nomeadas como Atividades de Complementação Profissional e são caracterizadas como atividades que permitem a flexibilidade e a interdisciplinaridade curricular. Essas atividades serão integrantes do processo de formação do aluno em Licenciatura em Educação Física e integraliza carga horária obrigatória do currículo, em conformidade com as DCNs e o Regimento que rege o processo de constituição das mesmas.

Entende-se por Atividades de Complementação Profissional, atividades técnico-acadêmicas, científicas e culturais, realizadas em contextos pedagógicos e sociais diversificados, desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do Curso.

Essas atividades visam ampliar o processo de ensino e aprendizagem e tem por finalidades:

I – Ampliar o conhecimento curricular, científico e cultural, numa perspectiva multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar;

II – Contribuir na formação específica e geral do aluno de graduação em Licenciatura em Educação Física;

III – Favorecer a experiência em outros espaços pedagógicos e sociais, e culturais;

IV – Favorecer atividades de cunho comunitário e interesse coletivo;

V – Permitir a tomada de decisões segundo interesses e aptidões, de forma a favorecer o exercício da autonomia.

4.10.1 Aderência das Atividades de Complementação Profissional à Formação Geral e Específica

No que diz respeito à Formação Geral do curso, a IES ofertará e incentivará a participação dos alunos em:

a) Cursos e Seminários que abordem temas relacionados à cidadania como Educação Ambiental, Responsabilidade Social, Educação em Saúde e Ética ofertados aos alunos de Licenciatura em Educação Física .

b) Trabalhos de Monitoria.

c) Cursos que visem melhoria das práticas de linguagem e comunicação, incluindo em Língua Estrangeira.

d) Cursos que visem a divulgação e o aprendizado de novas tecnologias.

e) Disciplinas de Formação Geral cursadas em outras IES ou cursos, com conteúdos não integrantes do currículo de Licenciatura em Educação Física do CESBA .

No que diz respeito à Formação Específica do curso, serão reconhecidas carga-horária para aproveitamento de estudos em atividades específicas, ofertadas pelo CESBA e por outras instituições, que visam a qualificação profissional do aluno, incluindo aquelas aderentes aos componentes das ciências do movimento e da educação.

Em termos de Formação Específica do Curso, também serão aproveitadas disciplinas de Formação Específica cursadas em outras IES ou cursos da área de saúde, com conteúdos não integrantes do currículo de Licenciatura em Educação Física do CESBA .

Há que se destacar que nem o Nivelamento Acadêmico e nem as Práticas Interdisciplinares poderão ser aproveitados como carga-horária de Atividades de Complementação Profissional.

4.10.2 Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades de Complementação Profissional

Os integrantes do NDE, em reunião colegiada e discussão com o CONSUP da IES explicitaram suas angústias em relação à concepção e gestão das AC's em outras instituições, nas quais vislumbraram que, quando relegadas ao final do curso a obrigatoriedade de apresentação das cargas horárias, tanto alunos quanto IES acabavam passando por cima de regulamentos e fazendo dissonâncias acerca da razão da existência de tal componente curricular.

Desse modo, em termos de inovação, no CESBA as AC's se constituirão de maneira semestral, como ocorre com outros componentes curriculares, com obrigatoriedade de efetivação de uma determinada carga horária semestral para que se possa ascender ao próximo semestre.

Com isso, a IES tem a obrigação de ofertar mais eventos de extensão e pesquisa, bem como os alunos deverão frequentar com maior assiduidade e desempenho essas atividades diversas.

Outrossim, as atividades complementares são planejadas no início de cada semestre, atividades estas que vão desde a semana acadêmica de Licenciatura em Educação Física, até cursos de formação específica.

Em termos de gestão, deve-se destacar também que a coordenação geral em conjunto com a secretária acadêmica para as AC's. que forma uma comissão, semestralmente (ao final de cada semestre), para organizar e publicar o edital que orienta os alunos quanto aos prazos, critérios de avaliação e demais aspectos relacionados à apresentação dos documentos comprobatórios. Esta mesma comissão fica responsável pela avaliação das Atividades de Complementação Profissional apresentadas pelos discentes e, em seguida, submete os resultados para homologação pelo colegiado.

Essa Comissão de Análise de Atividades de Complementação Profissional tem como atribuições:

I – Elaborar e orientar os alunos sobre os critérios para pedidos de aproveitamento de estudos;

II – Divulgar, após deliberação do colegiado, as atividades aceitas como complementares e as respectivas cargas horárias para aproveitamento de estudos, entre os alunos e professores;

III – Estabelecer e divulgar o cronograma de aproveitamento das atividades e tabela de pontuação, para atribuição de carga horária;

IV- Receber e analisar os pedidos com a documentação comprobatória pertinente do aluno na Secretaria Acadêmica;

V – Definir a concessão de aproveitamento de estudos e respectivas cargas-horárias; e encaminhar o resultado para as instâncias acadêmicas devidas até o registro de validação no semestre letivo;

VI – Supervisionar o desenvolvimento das Atividades de Complementação Profissional em consonância com o Projeto Político Pedagógico do Curso;

VII – Fazer cumprir o calendário de Atividades de Complementação Profissional do Curso de Licenciatura em Educação Física ;

VIII – Julgar as solicitações não contempladas no regulamento, após deliberação o Colegiado do Curso

4.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Conforme já apontamos em outros capítulos deste Projeto de Curso, o Trabalho de Conclusão de Curso CESBA está estabelecido a partir da constituição e defesa pública de uma monografia versando sobre tema/problema relacionado à área de Licenciatura em Educação Física.

O trabalho será feito em duas fases precisas: TCC I em que os alunos devem fazer um projeto definindo tema, problema, método, referencial etc.; e o TCC II em que os alunos

desenvolvem o projeto de pesquisa e constituem uma monografia defendendo-o publicamente com banca formado por, no mínimo, 3 docentes.

No CESBA os alunos têm a possibilidade de desenvolver seus temas com antecedência nos cursos, afinal todos eles possuem em suas matrizes curriculares disciplinas com projetos integradores em que os alunos pesquisam problemas de suas áreas já no início dos cursos. Isso é fundamental para que se chegue ao final do curso com capacidade de síntese e raciocínio acadêmico já bem concretizado.

O NDE do curso tem plena convicção da suma importância que possui o TCC para a formação acadêmica, afinal é nesse trabalho que o acadêmico mostrará para a instituição o que aprendeu no decorrer do curso. Além disso, contribuirá para o avanço científico e tecnológico não só do seu curso, mas também da profissão que escolheu. É através desse trabalho que o CESBA consegue detectar algumas qualidades que farão do acadêmico um bom profissional, dentre elas medir o conhecimento específico, autonomia, capacidade e senso investigativo, bem como a flexibilidade de um candidato à vaga de emprego ou para um curso de pós-graduação.

O TCC é de fato importante, pois nele estará presente um trabalho único, que mostra um conteúdo aprofundado, capaz de mostrar problemas e apresentar soluções, como também o desenvolvimento de novas abordagens, a fim de contribuir para o desenvolvimento e crescimento da área estudada, da profissão escolhida e até mesmo o desenvolvimento da sociedade.

4.11.1 O Repositório para os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC

É fato que uma instituição de Ensino Superior estabelece seu crescimento e qualidade acadêmica a partir de uma longa trajetória e, esta, se faz mediante a construção e arquivamento de sua história.

Desse modo, é de suma importância que os Trabalhos de Conclusão de Curso sejam guardados sistematicamente em um repositório, afinal eles contarão a história do curso e a trajetória qualitativa da IES com o passar dos anos a partir das trocas de conhecimento e disseminação científica acadêmica.

Além disso, é de suma importância que os próprios alunos tenham os seus trabalhos divulgados digitalmente para consulta por outras IES e alunos de outros períodos, afinal a ciência e a construção do conhecimento se dá a partir do diálogo e não a partir da investigação e solução solitárias de problemas.

Desse modo, será prática e obrigatório que os alunos aprovados no TCC tenham seus trabalhos publicados em uma revista eletrônica que se estabelece como repositório ao tempo em que aproveita e constitui divulgação de publicações dos seus alunos no site institucional.

OBS* VIDE AS REGRAS NO REGULAMENTO DO TCC.

4.12 ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Conforme pode ser verificado na matriz curricular do curso, as atividades de Extensão são curricularizadas conforme preconiza a nova legislação educacional do ano de 2018 e a própria lei que constitui o PNE – Plano Nacional de Educação.

Desse modo, desde o início do curso, alunos e professores se envolvem com a comunidade e devem promover diversos projetos de extensão comunitária envolvendo desde a formação cidadã da população, até o auxílio em necessidades da comunidade, na medida de suas limitações acadêmicas e profissionais.

Essas atividades serão computadas por um órgão específico que instituirá certificados que serão anexados ao dossiê dos alunos e farão parte do cômputo da carga horária da matriz curricular vigente e, conseqüentemente, do seu histórico escolar.

Assim, além de cumprir a legislação vigente, o curso também estabelece de maneira concreta e eficaz a necessária interrelação que deve existir entre a Faculdade e comunidade em que se insere, sendo um processo de mão dupla durante o percurso formativo do aluno.

4.13 APOIO AO DISCENTE

Além do acesso educacional, o CESBA tem plena preocupação com a permanência de seus alunos no ensino superior, para tal, a partir da nova gestão passou-se a configurar novas políticas institucionais de apoio ao aluno.

Todas as políticas institucionais de apoio ao discente advêm da atualização no ano de 2019 do documento público e político da IES, ou seja, no seu PPI – Projeto Pedagógico Institucional. Além disso, dadas às mudanças advindas do desenvolvimento da sociedade, tais políticas não podem ficar presas e fixas em um único mote, mas sim repensadas a cada dia, inerentes a flexibilidade que a IES deve ter em todos os âmbitos para se adaptar as movimentações sociais e econômicas que, conseqüentemente, refletem na vida de toda a comunidade acadêmica.

Conforme o artigo 26, parágrafo 1º, da Declaração Universal de Direitos Humanos, o acesso à Educação Superior deve ser baseado no mérito, capacidade, esforços, perseverança e determinação mostradas pelos que a buscam. A Educação Superior deve ser oferecida em qualquer idade e para quaisquer pessoas, com base nas competências adquiridas anteriormente. A igualdade de acesso, pois, não admite qualquer discriminação em termos de raça, sexo, idioma, religião, ou de condições sociais e de deficiências físicas.

Por outro lado, o CESBA tem a consciência de que além do acesso é preciso pensar na permanência dos alunos no Ensino Superior. Para tanto entra em pauta o desenvolvimento de soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem nas condições de permanência.

Tanto a atenção dispensada ao binômio acesso/permanência, como as definições da Política Institucional para o Ensino, no que se refere à formação dos acadêmicos, implica a superação dos obstáculos enfrentados pelos mesmos. Isso deu origem ao Programa Institucional de Apoio aos Discentes de forma a contribuir tanto em termos de acesso, como de permanência dos alunos na IES.

O Programa Institucional de Apoio ao Discente é constituído e organizado a partir do Centro de Apoio ao Estudante – CAE. Essa coordenação é a responsável pela gestão de

núcleos que se responsabilizam pela viabilização de ações voltadas às políticas institucionais de apoio ao estudante da IES.

Estabelecido a partir do PPI – Projeto Pedagógico Institucional, o Programa Institucional de Apoio ao Discente é constituído e organizado a partir da Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE. Essa coordenação é a responsável pela gestão de núcleos que se responsabilizam pela viabilização de ações voltadas às políticas institucionais de apoio ao estudante.

4.13.1 Centro de Apoio ao Estudante – CAE

O Centro de Apoio ao Estudante tem por missão acolher o aluno em suas expectativas e necessidades psicossociais, socioeconômicas, de integração, de convivência e de sociabilidade. Desenvolve políticas, promove ações e presta serviços de apoio que contribuem para a consolidação do seu vínculo, de percursos formativos e de permanência na Faculdade.

Em suma, o trabalho do CAE se constitui no procedimento de intervir em problemas resultantes de várias ordens entre o estudante e a Faculdade. Sempre que o estudante sente dificuldades de ordem acadêmica ou financeira que venham a dificultar a sua permanência no CESBA, antes de solicitar o trancamento, cancelamento ou outro tipo de interrupção do curso, ele é orientado a procurar o Centro de Apoio ao Estudante para um diálogo franco e aberto, com o objetivo de encontrar meios para manter-se estudando. No mesmo mote, faz-se a constante análise do desempenho acadêmico dos estudantes, momento em que se torna possível auxiliá-los também na adaptação à vida acadêmica ou no sentido de dirimir possíveis deficiências advindas do ensino básico.

Para tornar possível esse apoio ao Estudante, o CAE é constituído por um Coordenador geral responsável pela gestão dos vários órgãos envolvidos no programa de apoio ao estudante, dentre eles, além do apoio psicopedagógico e da ouvidoria, se constituem os Núcleos, a saber:

- a) Ouvidoria;
- b) Núcleo de Atendimento Psicopedagógico;

- c) Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento;
- d) Núcleo de Estágio e Carreira;
- e) Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria.
- f) Programa de Acompanhamento ao Egresso
- g) Centro Acadêmico

4.13.1.1 Ouvidoria

A Ouvidoria do CESBA foi criada para ser um canal de comunicação entre os acadêmicos, professores, funcionários, e a comunidade em geral. É também o local onde o cidadão pode manifestar democraticamente sua opinião sobre os serviços prestados pela Instituição.

Trata-se de um órgão democrático e independente que não pode e não deve receber quaisquer influências ou intervenção da Mantenedora, Diretoria ou de quaisquer membros que constituem a comunidade acadêmica.

Dado o aspecto democrático e a necessidade de adaptação e sensibilização ao uso das novas tecnologias de informação, por decisão colegiada, o órgão passou a ter também o acesso em meio eletrônico. Tudo com o objetivo de evitar constrangimentos e preservar o sigilo das informações e das pessoas envolvidas. Constitui-se então, em um canal direto para recebimento e tratamento de reclamações e/ou críticas, denúncias, sugestões e/ou elogios, com o propósito de qualificar a prestação de serviços. O contato pode ser feito pelo site da IES.

O ouvidor recebe as informações e as repassa aos órgãos responsáveis que darão pareceres acerca do caso, devolvendo-as ao ouvidor que, em seguida, entra em contato com o interessado. Constitui-se assim, um processo de lisura e de democracia frente à instituição. Nenhuma mensagem da ouvidoria deixa de ser respondida e ao final de cada semestre, faz-se o levantamento dos tipos de solicitações que se fizeram presentes no órgão. Dessa forma, constitui-se além de um órgão de apoio ao Estudante e à Comunidade, uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

4.13.1.2 Núcleo de Atendimento Psicopedagógico

O CESBA conta com um Setor de Apoio Psicopedagógico, coordenado por um profissional em Psicologia. Trata-se do órgão de apoio ao Estudante responsável por intervir, a partir de ferramentas da psicologia, em todo e qualquer problema de ordem de aprendizado, interacional ou afetiva enfrentados por alguns acadêmicos em sua vida na IES. Além de o próprio aluno poder diretamente buscar o auxílio do núcleo, o encaminhamento pode ser indicado por qualquer membro da comunidade acadêmica. No entanto, a maior responsabilidade de vislumbre dos possíveis atendidos pelo apoio psicopedagógico fica a cargo da Coordenação de Curso e do CAE – Centro de Apoio ao Estudante.

O estudante, enquanto ser principal no processo educativo, vê-se confrontado no percurso universitário por um conjunto de desafios e obstáculos inerentes a esta etapa de transição para a vida profissional. Por essa razão, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico se propõe a realizar um trabalho amplo, procurando construir um espaço de identificação daquelas dificuldades, sejam de ordem institucional ou pessoal do discente, para lhe possibilitar ultrapassar de forma eficaz as tarefas resultantes da vida acadêmica.

No atendimento são acolhidas situações em que o processo de aprendizagem pode ser maximizado, através da ressignificação das interações do aluno com seus grupos, com a família e com a Faculdade.

O trabalho do Núcleo está em consonância com os propósitos da Instituição de Ensino visto que a reconstrução da identidade e descoberta de potencialidades dos alunos resulta no seu reconhecimento como pessoa integrada, cognitiva e emocionalmente, o que possibilita um equilíbrio no processo de sua formação profissional.

São objetivos do Núcleo de Apoio Psicopedagógico:

- Atender as demandas dos alunos, buscando soluções para problemas presentes nas relações do processo ensino-aprendizagem;
- Avaliar as situações relacionadas com problemas e dificuldades de aprendizagem;

- Promover a elevação da autoestima do aluno, da autoconfiança e maturidade necessárias à autorregulação do processo ensino-aprendizagem, fazendo-o perceber suas potencialidades;
- Auxiliar na recuperação de seus processos internos de apreensão da realidade nos aspectos cognitivo, afetivo-emocional e dos conteúdos acadêmicos;
- Despertar o potencial criativo, cooperativo e motivacional dos alunos da Instituição, durante o tempo em que permanecerem na Faculdade;
- Apoiar o estabelecimento de relações de convívio salutar no ambiente acadêmico, oportunizando o desenvolvimento de soluções através de ações participativas no processo ensino-aprendizagem;
- Atender e encaminhar a psicoterapias em outras instituições, alunos e ou seus familiares, bem como professores que necessitem destes serviços, através da indicação de clínicas ou Postos da rede estadual e municipal e outros serviços de saúde;
- Subsidiar a gestão universitária sobre a adoção de medidas administrativas e ou realização de eventos que contribuam para a solução de problemas pertinentes a relação ensino – aprendizagem e potencializem valores e competências discentes e docentes.

Dentre as atividades do Núcleo Psicopedagógico destacam-se:

- Acolhimento do novo aluno e do novo professor (diferenciando da aula inaugural, com a contribuição de representantes do administrativo e das coordenações – manuais do aluno e do professor, aspectos legais relativos ao Reg. Interno, frequência, relação professor-aluno, avaliações, entre outros.)
- Apoio psicopedagógico a alunos e professores, objetivando a intervenção nas dificuldades referentes ao processo educativo, através do debate sobre a condução didático-metodológica, a relação professor-aluno ou a relação interpessoal entre colegas;
- Encaminhamento de alunos a Psicólogos e clínicas quando diagnosticada a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico prolongado (problemas de ordem

afetiva, luto, isolamento social, desenraizamento geográfico, transição para o ensino superior, ansiedade, depressão, pânico, entre outros);

- Orientação aos pais e ou docentes envolvidos no processo de ressignificação da aprendizagem;
- Contribuição para o aumento do nível de informação sobre meios e recursos à disposição do estudante, quer ao nível da comunidade universitária, quer no aspecto da sociedade civil e em geral;
- Implementação de palestras, análises filmicas e debates para desenvolver no aluno posturas proativas que favorecem o encontro consigo mesmo, bem como o estabelecimento de metas, propósitos de vida e definição de objetivos profissionais. (Temas previstos: Princípios éticos, importância da família na busca da autorrealização, Saúde Mental e Trabalho, entre outros);

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico se constitui como um espaço por excelência de contato e debate, com um Psicólogo, em segurança e num contexto de confidencialidade. O serviço é mantido gratuitamente pela Faculdade e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, o psicólogo deverá orientar de acordo com a necessidade do usuário e ou encaminhar questões à Coordenação de Curso ou Direção Acadêmica para resolução de problemas dessa ordem. O atendimento pode ser individualizado ou em grupo. A demanda pode ser espontânea ou encaminhada pelos dirigentes e ou docentes da faculdade.

Os atendimentos são realizados em pré-aula ou durante o expediente da Faculdade em local específico e divulgado semestralmente aos alunos. Cada sessão de apoio deve durar no máximo uma hora, realizadas com regularidade ou não, de acordo com a especificidade de cada área de intervenção em que se enquadre.

O serviço de apoio deve contribuir para a melhoria das relações dos alunos e professores com a academia, despertando-lhes para a importância da sua participação no processo ensino-aprendizagem, bem como do equilíbrio intrapsíquico e desenvolvimento de competências individuais para a excelência profissional.

Há que se destacar que a partir dos relatórios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico enviados semestralmente à Direção Acadêmica da IES, faz-se possível a constituição de uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

4.13.1.3 Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento

As experiências durante os primeiros dias na Faculdade são muito importantes para a permanência no ensino superior e para o sucesso acadêmico dos estudantes. O modo como os alunos se integram ao contexto do ensino superior faz com que eles possam aproveitar melhor (ou não) as oportunidades oferecidas pela instituição, tanto para sua formação profissional quanto para seu desenvolvimento psicossocial.

Estudantes que se integram acadêmica e socialmente desde o início de seus cursos têm possivelmente mais chances de crescerem intelectual e pessoalmente do que aqueles que enfrentam mais dificuldades na transição ao Ensino Superior.

Há que se destacar que a experiência universitária não se resume à formação profissional e para aqueles jovens que concluem o ensino médio e ingressam logo em seguida em um curso superior, a vida acadêmica tem um impacto que vai além da profissionalização, pois o ingresso em uma Faculdade é, ao menos potencialmente, uma experiência estressora para os jovens estudantes, principalmente por ser hoje o ingresso no Ensino Superior uma tarefa de desenvolvimento típica da transição para a vida adulta, dentre outros anseios que dificultam a sua adaptação.

Sabedora dessa problemática e ciente da sua responsabilidade, a Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE estabeleceu um núcleo responsável única e exclusivamente para fornecer apoio ao ingressante na IES. Trata-se do Núcleo de Relacionamento e Integração Estudantil, responsável por promover a interlocução inicial entre a Faculdade e o estudante, principalmente no que diz respeito a sua adaptação à nova realidade educacional em que se insere.

Além das informações prestadas nos primeiros dias da vida acadêmica, dentre as ferramentas constituídas para esse apoio, destaca-se a Semana de Ambientação Acadêmica que acontece durante os primeiros dias do período letivo.

Os alunos ingressantes participam de uma série de eventos a fim de integrá-los já de início ao CESBA, desde as “boas-vindas” nos portões da IES, o encaminhamento às salas de aula, até a explicitação dos aspectos que são inerentes ao ensino superior e que dificultam a adaptação dos alunos no ambiente acadêmico.

Dentre as ações inerentes à Semana de Ambientação Acadêmica, destacam-se:

- Indicações das salas de aula.
- Visita aos órgãos da Faculdade, desde a biblioteca até as coordenações de curso.
- Palestras magnas com professores e profissionais das áreas pública e privada que transmitem um pouco da experiência e da motivação de escolha profissional de cada um.
- Leitura e indicação do Manual do aluno para os novos alunos da graduação.
- Explicações acerca das normas acadêmicas.
- Apresentação do vídeo institucional.
- Apresentação dos gestores dos órgãos como a Coordenação de Pesquisa, Extensão, etc.
- Explicações acerca do Programa de Nivelamento pelos Coordenadores.
- Apresentação das Práticas Interdisciplinares.
- Apresentação do site da IES.
- Atividades de Complementação Profissional.

Este Núcleo também é o responsável por administrar e auxiliar as coordenações de curso no que diz respeito ao Nivelamento Acadêmico.

Além disso, o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento fornece dados para constituir o processo ou política de retenção da IES.

4.13.1.4 Da Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Conforme já apontamos em outros capítulos deste Projeto de Curso, a IES definiu em suas políticas que o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento e o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica, junto com as coordenações de curso e colegiados, são os responsáveis por propor ações de intervenção e solução para o atendimento pleno de pessoas com necessidades especiais no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação.

Assim, a partir da solicitação de atendimento pelas coordenações e colegiados, o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento, junto com o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica buscam atender todas as prerrogativas de inclusão e acesso ao ensino superior, conforme segue:

- a) Busca de métodos para a apreensão dos conteúdos curriculares por todos os alunos;
- b) Inserção de tecnologias como tradutores de telas, tradutores de LIBRAS, transcrições de Braille etc. para todos os alunos que necessitem de atendimento especial;
- c) Gravação de conteúdos curriculares em áudio para alunos que possuem limitações visuais;
- d) Dentre outras.

4.13.1.5 Políticas de Retenção

Preencher as vagas dos cursos de graduação é condição fundamental para a sustentabilidade do Plano de Desenvolvimento Institucional, no entanto é preciso ir além e buscar o melhor aluno possível, aquele mais preparado para aprender e para contribuir como discente, envolvendo-se com a sua formação até o final, sem evadir.

Da mesma forma, é necessário que se estabeleçam meios de mapear a evasão escolar e constituir ferramentas que possibilitem a formação integral dos alunos nos cursos.

Sabedores dessas nuances do Ensino Superior, os responsáveis pelo Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento são responsáveis por constituir os dados, políticas e práticas de retenção na IES. O órgão desenvolve estudos, análises e compor diagnósticos da evasão nos diferentes cursos, programas e atividades do CESBA, com base na identificação de fatores internos e externos de maior impacto.

Além disso, o Núcleo acompanha e monitora, de forma sistemática, o comportamento da evasão na Faculdade, com base em instrumentos e indicadores estabelecidos para esse fim, fornecendo dados aos vários Núcleos e Coordenações Acadêmicas para que se possam intervir positivamente no anseio dos alunos em terminar os seus cursos de graduação.

4.13.1.6 Núcleo de Estágio e Carreira

Trata-se do órgão de apoio responsável por promover a articulação e negociação entre empresas, instituições, coordenações de curso e alunos na busca de vagas e condições para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório.

Além disso, divulga vagas, organiza e executa a inscrição de candidatos de estágio e vagas de trabalho, bem como informa e orienta sobre os requisitos e condições legais para a realização de estágios e realização do programa de voluntariado acadêmico.

O CESBA tem feito um excelente trabalho de convênios com as mais variadas empresas e órgãos, dessa forma são muitas as vagas já disponibilizadas para estágios em órgãos, empresas e prestadoras de serviço. A partir disso, o Núcleo de Estágio se responsabiliza pela divulgação das vagas a partir do site da IES ou dos murais espalhados pela Faculdade.

De extrema importância é o trabalho conjunto entre o Núcleo de Retenção e o Núcleo de Estágio, afinal com a detecção de um problema, faz-se relevante a possibilidade de

intervenção ao ponto de solucioná-la, sempre que possível, para que o aluno não abandone a Faculdade por questões financeiras.

4.13.1.7 Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria

Trata-se do setor responsável pelo acompanhamento e distribuição dos programas de bolsas estudantis, programas de incentivo e descontos.

Dentre os vários programas utilizados pelo CESBA podemos citar:

a) Bolsa de Monitoria

- Como contraprestação pelo número de horas dedicadas às atividades de monitoria remunerada (15 ou 20 horas/atividades semanais), o monitor receberá, a título de bolsa-auxílio, um desconto incidente sobre as mensalidades escolares.
- A função de monitoria visa despertar, no corpo discente, o interesse pela carreira de magistério, além de colaborar para a integração os corpos discente e docente, concretizando os objetivos educacionais estabelecidos pelo PPI do CESBA.
- É compromisso do monitor realizar um plano de estudos e atividades, em conjunto com o professor orientador, que o capacite ao aprimoramento de sua formação acadêmica e lhe dê condições de auxiliar o professor no planejamento das aulas e trabalhos, bem como na orientação de alunos para o bom desenvolvimento da atividade educacional.
- O acesso à monitoria ocorre após publicação de edital específico destinado aos alunos que tenham aprovação na disciplina em que pretendem ser monitores e que não tenham ocorrência de penalidade disciplinar.
- Findo o prazo de exercício da monitoria, os monitores podem retornar à monitoria mediante novo concurso, para nova disciplina.
- O monitor exerce suas atividades durante o semestre letivo em que foi classificado.
- A monitoria não implica vínculo empregatício, e suas atividades são regidas por contrato específico a ser celebrado com a instituição.
- As atividades de monitoria podem ser validadas como atividades acadêmicas complementares nos cursos de graduação.

b) Bolsa de Iniciação Científica

O Programa de Iniciação Científica tem por finalidade:

- Incentivar a participação dos estudantes de cursos de graduação do CESBA no Programa Institucional de Iniciação Científica, para que desenvolvam o pensamento e a prática científica sob a orientação de Professores Pesquisadores;
- Estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes dos cursos de graduação nas atividades de iniciação científica;
- Qualificar recursos humanos para os programas de pós-graduação e aprimorar o processo de formação de profissionais para o setor produtivo;
- Estimular o incremento da produção científica institucionalizada;
- Despertar no acadêmico a vocação para a pesquisa.

As bolsas de iniciação científica são concedidas aos alunos que satisfizerem os requisitos:

- Estar regularmente matriculado em curso de graduação do CESBA.
- Ter sido aprovado integralmente no primeiro período do curso de graduação e não estar no último período, exceto nos casos de renovação de bolsa;
- Apresentar bom desempenho acadêmico, não tendo reprovações nas disciplinas correlatas às áreas do projeto de pesquisa;
- Anexar declaração informando não ter vínculo empregatício;
- Anexar declaração informando não ter concluído qualquer outro curso de graduação;
- Anexar declaração informando não ser bolsista de qualquer outro programa remunerado.

Cada aluno selecionado deve assumir os compromissos de:

- Executar, individualmente, o plano de trabalho aprovado, dedicando 10 (dez) horas semanais (no caso de bolsa parcial) ou 20 (vinte) horas semanais (no caso de bolsa integral) ao desenvolvimento da pesquisa;
- Apresentar, para apreciação da Coordenação de Iniciação Científica os resultados parciais e finais da pesquisa;

- Fazer referência à sua condição de integrante do Programa Institucional de Iniciação Científica do CESBA nas publicações e trabalhos apresentados;
- Apresentar relatório técnico-científico semestral e relatório final dos resultados obtidos, bem como o de Atividades de Complementação Profissional;
- Entregar resumo e/ou monografia para ser publicado nos anais do Simpósio de Desenvolvimento Regional do CESBA, contendo os principais resultados da pesquisa.

C) Bolsa de Trabalho CESBA

- A Faculdade, dentre outros atendimentos ao aluno, possui um programa de bolsa de trabalho administrativo interno, vinculado à coordenação de Estágios e o departamento de Recursos Humanos da IES.
- Todos os alunos regularmente matriculados em cursos de graduação ofertados pelo CESBA podem candidatar-se a uma bolsa de trabalho administrativo interno (estágio), observando os prazos e critérios publicados em Edital.
- O aluno que fizer jus a bolsa, através de seleção, deve assinar um contrato, conforme modelo padrão da Coordenação de Estágios nos mesmos moldes e prerrogativas instituídas para o estágio não curricular.
- A carga-horária a cumprir pelo aluno estagiário-bolsista é de, no mínimo, 20h semanais, de acordo com o horário estipulado pela Instituição, com vistas a sua necessidade.
- O aluno tem direito a uma bolsa de desconto do valor da mensalidade, descontados mês a mês, a partir do mês subsequente ao início da atividade como bolsista.
- O contrato pode ser renovado a cada semestre, tendo como referência à avaliação semestral da atuação do estagiário-bolsista.
- O contrato pode ser cancelado por ambas as partes, desde que comunicado com o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.

d) Programa Universidade Para Todos – PROUNI

O Programa Universidade para Todos PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que destina à concessão de bolsas de



estudo integrais e bolsas de estudo parciais (meia-bolsa) para os cursos de graduação, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. É um benefício concedido ao estudante, na forma de desconto parcial ou integral sobre os valores cobrados pelas instituições de ensino privadas. O CESBA opta pelo Programa PROUNI e oferece bolsas de estudo integrais e Parciais.

e) FIES

O Programa de Financiamento Estudantil - FIES é destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

O programa foi criado em 1999 para substituir o Programa de Crédito Educativo PCE/CREDUC. A única forma de ingresso no Programa é mediante participação em Processo Seletivo de candidatos ao financiamento através do Site da Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br), de modo a garantir a democratização do acesso ao FIES e, conseqüentemente, ao ensino superior.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, têm como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária, garantindo a prioridade no atendimento aos estudantes em situação econômica menos privilegiada. Os financiamentos do FIES são concedidos somente para estudantes regularmente matriculados em curso de graduação que tenha sido positivamente avaliado pelo Ministério da Educação MEC. Até 70% do valor do curso poderá ser financiado, podendo o estudante optar por um percentual menor ou reduzir o mesmo após a contratação.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, trouxeram transparência ao Programa, que tem como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária.

4.13.1.8 PAE – Programa de Acompanhamento do Egresso

O Programa de Acompanhamento do Egresso – PAE, anexado ao PDI, é um instrumento que possibilita a avaliação continuada do CESBA, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos e do seu desenvolvimento na educação continuada.

Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimenta pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Sendo assim, estabeleceram-se os seguintes objetivos do Programa:

- Avaliar o desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- Manter registros atualizados de alunos egressos;
- Promover intercâmbio entre ex-alunos;
- Promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à formação do ex-aluno, e que, pela própria natureza do mundo moderno, está em constante aperfeiçoamento;
- Promover a realização de eventos direcionados a profissionais formados pela instituição;
- Fornecer ferramentas de reavaliação dos currículos dos cursos e dos programas e políticas da IES;
- Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho e acompanhar sua vida profissional como forma de atualização do PPC;
- Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma;
- Incentivar à leitura de acervos especializados, disponíveis na biblioteca, bem como a utilização de laboratórios, cujo acesso as dependências da instituição acontece por meio de documento expedido pela instituição.
-

Além disso, a instituição lida com as dificuldades de seus egressos e colhe informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Sendo assim, o programa se constitui como um órgão responsável pelos egressos na instituição, juntamente com o Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Comissão Própria de Avaliação, intensificando ações para acompanhar os egressos dos cursos e fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências.

Dessa forma, o PAE se estabelece como um instrumento para a necessária interação instituição-empresa-sociedade.

4.13.1.9 Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos

Conforme pode ser vislumbrado no regimento geral da IES, há o incentivo para a formação de centros ou diretórios para a representação estudantil no âmbito da IES, conforme segue:

Art. 141º - Por sua vontade e necessidade, o corpo discente poderá constituir como órgão representativo os Diretórios Acadêmicos, regidos por Estatutos por eles elaborados, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Único - O Diretório Acadêmico somente pode exercer suas funções quando registrado, na forma da lei, e em regular funcionamento.

Desse modo, a partir de ofício formalizado de solicitação de espaços na IES e suporte técnico, os estudantes podem formar centros ou diretórios acadêmicos no âmbito do CESBA que os incentiva para tal ação a partir de banners explicativos sobre a sua importância e/ou artigos no site institucional.

O CESBA tem plena consciência de que a representação estudantil dentro da Instituição de Ensino Superior está voltada para a necessidade de jovens construir sua participação na política estudantil, que contribui para sua identificação de necessidades

junto aos processos de formação, auxiliando a qualificá-los através de uma participação ativa junto aos segmentos das diversas instâncias da instituição educativa, tendo como meta a formação alicerçada em valores sólidos, conforme se apregoa a própria missão da IES voltada ao desenvolvimento social e acadêmico.

O estímulo à formação de representações estudantis é imprescindível no CESBA, haja vista a construção política de seus estudantes recair sobre a própria qualidade dos serviços prestados na IES. Logo, os centros ou diretórios acadêmicos são, também, ferramentas de gestão para a IES, afinal a construção de uma IES se dá a partir do diálogo político de suas instâncias, seja em IES privadas ou públicas, afinal a finalidade de ambas está centrada no âmbito público.

4.14 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O processo de avaliação institucional foi consolidado no CESBA a partir dos semestres subsequentes ao primeiro vestibular. A avaliação institucional está firmada no âmbito do SINAES, com uma CPA – Comissão Própria de Avaliação plenamente constituída como um órgão independente, democrático e estabelecido como a mais importante ferramenta de gestão participativa da IES.

As avaliações da CPA ocorrem semestralmente no que diz respeito à auto avaliação dos cursos de graduação e são centradas em 03 escopos: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura. No entanto, uma vez ao ano, geralmente no segundo semestre letivo, realiza-se o processo de Avaliação Institucional, mais abrangente, em conformidade com as dez dimensões da Lei.

A Metodologia detalhada do Processo de Avaliação Institucional no CESBA tem início com a Campanha de Sensibilização, para estimular os corpos docente, discente e técnico-administrativo, a partir da construção da credibilidade da mudança e do comprometimento de todos com o futuro da Instituição.

Para essa etapa, essencial no processo, são impressos e distribuídos cartazes, banners e folders, divulgando a campanha. Além disso, o site institucional é um dos meios para divulgar e sensibilizar os envolvidos no processo.

Em seguida, constitui-se a fase de avaliação em si, a partir da aplicação de questionários on-line.

Auxiliados pelo departamento de informática da IES, todos os dados são coletados pela própria CPA, de modo isolado e sigiloso, objetivando garantir a fidedignidade do processo.

Após a coleta e estatística dos resultados, são elaborados relatórios que, em momento específico, são entregues à Direção Acadêmica e aos gestores de curso, além da Diretoria Administrativo-Financeira para informações sobre o corpo técnico-administrativo. Os resultados são consolidados em formas de fragilidades e potencialidades e, em conjunto, por meio de reuniões, é feita a apreciação e discussão sobre os mesmos, tomando-se como base os relatórios da autoavaliação interna. Nesta ocasião, são estudados os mecanismos para o saneamento das deficiências apontadas, o que gera a constituição de outro documento chamado de “Projeto de ações”, cujo objetivo é o acompanhamento das ações que podem ser executadas em curto, médio ou longo prazo. Adota-se, ainda, como parâmetro, os relatórios da avaliação de autorização e reconhecimento dos cursos, pois, assim, é possível cruzar informações, observando a evolução das ações desenvolvidas e a redução dos pontos avaliados como negativos.

Posteriormente, é feita a divulgação dos resultados à comunidade acadêmica, atividade realizada pelo setor de marketing, que uma vez acionado pela CPA e pela Direção, viabilizará, democraticamente, a disseminação dos resultados por meio de cartazes ou informativos, anúncios que especificam os pontos fortes e fracos, e informam, a exemplo dos pontos fracos, quais já foram reparados e como a instituição está trabalhando para extinguir os que ainda não foram.

Através dos formulários se consegue perceber se a IES e os cursos atendem às demandas necessárias não só para a satisfação dos seus alunos, mas para alcançar resultados satisfatórios sobre o nível de aprendizado, uma vez que pelo processo de autoavaliação se pode identificar a qualidade e entrega dos planos de ensino, o grau de exigência das avaliações, a articulação das disciplinas com outras (interdisciplinaridade),

dentre outras informações que auxiliam no alcance de resultados positivos no âmbito dos cursos de graduação.

4.14.1 As Avaliações Internas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica

A partir dos resultados das avaliações internas (CPA e Coordenação de Curso), são considerados o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão em nível do Curso.

Há que se considerar que são levados em consideração não apenas os resultados advindos da CPA, mas as percepções do Colegiado do Curso, da Coordenação de Curso e do Centro de Apoio ao Estudante – CAE.

Todos esses elementos resultam em um diagnóstico global e após a sua sistematização, são trabalhados em diferentes etapas, a saber:

- reuniões de trabalho do Colegiado do Curso para elaboração do planejamento semestral;
- reuniões específicas para conhecimento detalhado das informações e dos dados apresentados pelo diagnóstico da situação real do curso: pontos fortes e pontos fracos (incluem-se aqui dados e informações coletados pelo próprio curso e pela CPA);
- reuniões conjuntas entre a coordenação de curso e a Diretoria Acadêmica para a análise conjunta das variáveis e indicadores contemplados no diagnóstico dos diferentes componentes curriculares do curso com o objetivo de intervir positivamente na formação dos alunos;
- reuniões colegiadas para a identificação de variáveis e indicadores específicos, que porventura não sejam contemplados pelo Sistema de Avaliação Institucional interna;
- desenvolvimento e avaliação contínua dos Planos de Ensino para a melhoria permanente do curso e sua capacidade de inovação e de reflexão crítica; e

- reuniões conjuntas, envolvendo o corpo docente, o corpo discente e a equipe de suporte técnico-administrativo, para proceder, por meio de uma atitude crítica e autorreflexiva, à avaliação do processo de autoavaliação empregado pelo curso no período letivo correspondente.

Numa perspectiva processual, essas atividades e reuniões de trabalho são realizadas no transcorrer do semestre letivo, cujo cronograma de atividades é estabelecido no início de cada semestre e de maneira extraordinária conforme as resoluções de problemas emergenciais ou aplicação de novos indicadores e/ou procedimentos no âmbito do curso.

Dessa forma, o projeto de autoavaliação a ser empregado no Curso caracteriza-se, assim, como um ciclo que toma corpo e se justifica como um processo conjuntivo-formativo que visa implementar medidas concretas para o constante aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura do curso.

4.14.2 As Avaliações Externas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica

São entendidas como avaliações internas pela gestão do curso: as avaliações in loco promovidas nas autorizações e reconhecimentos dos cursos por equipes de avaliadores do INEP e o ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

Os resultados advindos das avaliações in loco se constituem de relatórios que analisam a organização didático-pedagógica, o corpo docente e a infraestrutura do curso. Neste sentido, o CESBA entende que esses documentos não podem ser relegados unicamente à mantenedora ou gestão superior da IES, mas para toda a comunidade acadêmica.

Assim, sempre que ocorre uma avaliação in loco e a disponibilização dos respectivos relatórios, a gestão do curso divulga amplamente esse documento junto à toda a comunidade acadêmica.

De posse de tais resultados, reuniões colegiadas são estabelecidas de modo a suplantar as deficiências apontadas nos relatórios, bem como a disseminação junto à comunidade acadêmica das ações estabelecidas em razão dos relatórios.

No que concerne ao ENADE, o curso deverá divulgar amplamente os resultados junto à comunidade acadêmica de modo que alunos, professores e funcionários, por meio de reuniões colegiadas, apontem soluções para melhoria da qualidade do curso e da IES.

Ao final, a apropriação desses resultados por todos, é constituída como uma ferramenta imprescindível e eficaz de gestão em que todos participam e são responsáveis pelas suas vidas acadêmicas e de outrem.

4.15 CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEaD

Em razão da inserção de disciplinas na modalidade EaD, em cumprimento à Portaria Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019, no curso presencial, o CESBA optou por constituir uma Coordenação de Educação a Distância- CEaD, nomeado como Centro de Educação a Distância, haja vista a junção de equipe multidisciplinar necessária ao pleito. A coordenação tem como atribuições gerenciar as atividades no âmbito do ensino a distância nos cursos presenciais e manter uma mediação com outros órgãos da IES, da mesma forma com alunos, professores, tutores e profissionais contratados para ações relativas ao ensino a distância.

A CEaD é responsável em elaborar, executar e acompanhar todas as atividades correspondentes à educação a distância na IES:

- Coordenar a equipe multidisciplinar, formada por docentes, pesquisadores, tutores, design instrucional e outros colaboradores;
- Promover integração com a secretaria acadêmica da IES;
- Acompanhar as atividades dos tutores;
- Gestão administrativa necessária à realização das disciplinas EaD, bem como a seleção de profissionais e outros serviços técnicos;
- Executar a atividade de Coordenação pedagógica, considerando o acompanhamento de plano de aula, material proposto para as disciplinas e ferramentas que contemplem a relação ensino-aprendizagem;

- Promover a o planejamento para a elaboração de videoaulas, atividades e conteúdos adicionais das atividades a distância, em conjunto com os respectivos professores;

- Elaborar e estimular o desenvolvimento de recursos pedagógicos e objetos virtuais de aprendizagem adequados às atividades EaD;

- Implantar a construção contínua de materiais de comunicação e materiais didático-pedagógicos compatíveis com a identidade visual institucional em diálogo com a setor de marketing da IES;

- Estimular e Promover a capacitação de profissionais (professores-EaD, professores-conteudistas e professores-tutores);

- Apoiar os profissionais para parametrização dos conteúdos a serem produzidos;

- Acompanhar andamento dos serviços avaliando equipamento e tecnologia dispensada.

4.16 ATIVIDADES DE TUTORIA

As atividades *online* têm tutoria *online* que visam mediar o processo pedagógico junto a estudantes. Também compete ao professor/tutor o domínio do conteúdo específico das disciplinas sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação a conteúdos específicos.

Atua como mediador na preparação dos alunos para o pensar, assim devem estimular as capacidades investigadoras dos discentes. Elabora e define o material didático, a ser utilizado em cada disciplina. Acessam o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA de forma remota.

As disciplinas oferecidas pelo CESBA na modalidade EaD são estruturadas em unidades semestrais que se constituem em módulos estabelecidos de diversos recursos,

inicialmente com textos e videoaula e, conforme cada plano de aula, outras ferramentas, incluindo encontros síncronos por meio de web conferência.

Desta forma, o Professor/Tutor faz:

- Disponibilização do material da disciplina para os alunos: (Material de Estudo: videoaula, caderno de conteúdo/aplicação, lista de exercício);
- Orientação das dúvidas de conteúdo dos alunos;
- Abertura e mediação dos Fóruns de discussão;
- Corrigir as questões abertas das avaliações presenciais, de acordo com o gabarito elaborado pelo Docente e suas instruções.

Agindo assim, dinamiza a interação entre os alunos, quanto otimiza a experiência de aprendizagem planejada para as disciplinas, devendo acessar o AVA diariamente, ou seja, não deve permanecer mais de 24 horas sem acessar a sala de aula e contatar os alunos – exceção feita aos feriados nacionais e aos finais de semana.

4.17 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

O CESBA tem plena consciência da importância do capital humano, afinal na atual conjuntura das concorrências nas organizações educacionais, competimos muito mais em função dos bens intangíveis do que em função dos tangíveis. O capital humano, tornou-se fundamental para as organizações que desejam manter-se competitivas e, o seu desempenho é um fator de sucesso. Entra-se em uma nova era, onde o conhecimento e a informação estão se tomando mais importantes que o capital financeiro.

Nas instituições de ensino, que melhor caracterizam-se como empresas do conhecimento, na atual sociedade, as pessoas diretamente ligadas com o processo de ensino – seja este presencial ou a distância – são encaradas como o diferencial competitivo da mesma.

Portanto, é necessário que os professores/tutores no processo de educação a distância, mesmo nos cursos presenciais, possuam uma ampla quantidade de competências, uma

vez que o desempenho dos tutores é fator fundamental no desempenho da atividade em EaD.

Nesse sentido, as competências que podem ser identificadas pelo CESBA como necessárias ou desejáveis para o professor/tutor são as competências comportamentais e técnicas, sendo competências comportamentais: a organização, planejamento, proatividade, automotivação, capacidade de síntese e análise, empatia, equilíbrio emocional, flexibilidade, assiduidade, comprometimento, liderança e criatividade. Já as competências técnicas a serem identificadas são: conhecimento das rotinas de trabalho, conhecimento em informática básica, ambiente virtual de ensino-aprendizagem, conhecimento pleno da disciplina ministrada, conhecimento sobre educação a distância/sobre o curso que trabalha, relacionamentos interpessoais, comunicação (oral/escrita) e trabalho em equipe.

Para tal, antes mesmo de iniciar o seu trabalho efetivo de ministrar as aulas, o CESBA seleciona e capacita os seus professores/tutores considerando a busca por essas competências e habilidades, constituindo ferramentas como questionários para pesquisa, inclusive dentro do seu banco de valores já em atividade no Ensino Presencial.

Outro fator de extrema importância é o manual do professor/tutor que não é um instrumento engessado, mas sempre reavaliado conforme as situações vislumbrados durante o processo de ensino aprendizagem e o cotidiano dos cursos. A CPA, por sua vez, é um órgão de extrema importância nesse viés.

Vale destacar também o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica do CESBA que realiza suas pesquisas sobre o perfil dos professores/tutores buscando determinar as competências e habilidades a eles configuradas e as necessidades de capacitação.

Por fim, salienta-se que, as competências listadas também não são estanques, mas sim um simples ponto de partida fundamental para um bom desempenho das atividades do professor/tutor, portanto, o desenvolvimento destas é de grande importância para o aprimoramento da função. Deve-se assim, elaborar e executar como o passar do tempo uma avaliação de desempenho por competências a fim de identificar os pontos fortes e os pontos a melhorar de cada professor/tutor, fazendo com que haja um aprimoramento contínuo do mesmo.

4.18 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC’s – NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Sabedora da necessidade da inclusão digital em razão das necessidades da sociedade globalizada, o curso de Serviço Social tem a sua disposição para uso a partir de reserva, ou quando necessário ao aluno, o laboratório de informática que possui toda estrutura necessária para a formação e inclusão digital dos alunos.

Vale destacar que é disponibilizada rede wi-fi em toda a extensão da Faculdade de modo que alunos, professores, funcionários e comunidade em geral possam usufruir dos serviços de internet de maneira gratuita no âmbito da comunidade acadêmica.

A IES utiliza o sistema acadêmico [estudoflex.inforgeneses \(Gflex\)](http://estudoflex.inforgeneses.com.br) que permite o acesso, inclusive remoto a partir do site da IES de todas as necessidades da vida acadêmica, no qual todos os acadêmicos, funcionários e professores possam acessar os seus canais (canal do aluno, biblioteca, administrativo etc.) a partir de seus celulares ou tablets, tendo acesso contínuo as suas vidas na instituição de modo mais sintético e objetivo do que o acesso ao sistema como um todo.

Ressalte-se também que a IES possui um ambiente virtual de aprendizagem que é utilizado tanto para a constituição de atividades de cursos de curta duração diversos, necessários para o cumprimento das Atividades de Complementação Profissional, como nas disciplinas do curso como ferramenta de ensino-aprendizagem.

As necessidades de recursos de hardware e software são implementadas de acordo com as necessidades de cada curso.

Vale destacar que no que concerne às acessibilidades metodológica e instrumental, foram disponibilizados vários programas no laboratório de informática da IES para a inclusão de alunos com limitações de estudo, como o DOSVOX.

4.19 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM-AVA: MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES, TUTORES E ESTUDANTES

O AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem é o *locus* de convergência de estratégias e meios de aprendizagem para as atividades EaD nos cursos presenciais, sendo projetado com interface amigável, intuitiva e de fácil navegação para favorecer a aprendizagem o AVA utilizado pelo CESBA é o Google Classroom.

No AVA do CESBA, os materiais didáticos se articulam numa arquitetura pedagógica previamente planejada. O desenvolvimento das disciplinas conta com Atividades para serem realizadas pelo aluno, em cada disciplina, utilizando a ferramenta Fórum no AVA e também a entrega de trabalhos ou exercícios.

Assim, no que diz respeito aos cursos presenciais do CESBA, a metodologia de educação a distância a aprendizagem é garantida através de:

- Material didático: material de apoio, vídeo aulas, exercícios e fóruns;
- Acervo bibliográfico na BV;
- Tutoria com profissionais especializados nos conteúdos em estudo;
- Provas presenciais obrigatórias;
- Participação em atividades *online*, por meio do AVA.

Assim, a interação entre os diversos membros envolvidos no processo ensino aprendizagem das atividades EaD se dá através do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para efetivar essa interlocução, é utilizado os seguintes recursos:

- Ambiente Virtual de Aprendizagem, com recursos de fórum, chat, caixa de mensagens, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, objetos de aprendizagem, planos de ensino, planos de aula, videoaulas, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- Encontros presenciais quando necessários para revisão de conteúdos nas disciplinas EaD;
- Telefone;
- E-mail.

Através desses recursos, o aluno tem acesso ao conteúdo das disciplinas e aos tutores, que mediam o processo de aprendizagem. As videoaulas têm como principal objetivo apresentar em formato de imagem e som o conteúdo disponível no Material Impresso, em formato de texto, e no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Cada disciplina possui um docente. A função deste professor/tutor é de planejar o conteúdo programático, disponibilizar o material de apoio, elaborar temas para os Fóruns de Discussão, propor objetos de aprendizagem, gravar as videoaulas que são disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os professores/tutores são responsáveis por toda a mediação do processo de ensino-aprendizagem que acontece no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Entre suas responsabilidades, está à moderação dos Fóruns de Discussão, proporcionando a interação entre os próprios alunos e entre aluno e o professor/tutor. Nos Fóruns, os alunos emitem suas opiniões, constroem argumentos, dirimem dúvidas relacionadas ao conteúdo disponibilizado e revisam conceitos.

Os professores/tutores tem até 48 horas para responder eventuais dúvidas e postar suas considerações a respeito das discussões. Os temas dos Fóruns são pré-definidos pelo professor responsável pela disciplina.

Os professores/tutores, uma vez por mês, também estão à disposição dos alunos, presencialmente, nas salas de aula do CESBA, em dias e horários dos encontros pré-definidos. O principal objetivo dos encontros presenciais nas disciplinas EaD é promover a interação entre os alunos e coordenar as atividades previstas para os encontros presenciais, previstas no planejamento de cada disciplina, sejam elas teóricas ou práticas.

4.20 MATERIAL DIDÁTICO

O material didático para a modalidade de ensino a distância nos cursos presenciais do CESBA é focado na aprendizagem. O estudante utiliza este material como instrumento de estudo, e sendo assim os conteúdos foram elaborados para ter uma organização que facilite sua aprendizagem.

Durante as aulas, o aluno conta com recursos síncronos e assíncronos para se estabelecer o processo de ensino aprendizagem. Recursos como: Material de apoio, contendo todo o conteúdo por disciplina, e videoaulas sobre as disciplinas são disponibilizados na plataforma do curso e ambientes virtuais com ferramentas de comunicação.

Além do material de apoio, são disponibilizadas atividades a serem desenvolvidas diariamente pelo aluno, dicas de livros, texto, pesquisas para aprofundamento dos estudos. O material de apoio é organizado por unidades/aula.

O aluno conta com os recursos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem, o ambiente usado pelo CESBA é, conforme já apontamos, o Google Classroom em uma versão customizada e adaptada às suas necessidades para melhor atendê-los. O aluno por meio de um registro de usuário e senha tem acesso a todas as discussões por disciplina do conteúdo trabalhado na aula.

Através destes ambientes os alunos têm acesso a:

- Fóruns de discussão, tópicos;
- Interação via chat para bate-papo;
- Materiais, enquetes, visitar links, fazer atividades *online*, wiki, material complementar, etc. a partir das orientações dadas pelos professores eles poderão interagir e participar das atividades *online*, acompanhado pelos professores e tutores.

Nas videoaulas o aluno possui tanto uma apresentação da disciplina quanto o professor abordando o conteúdo de cada unidade, estas são trabalhadas de forma reflexiva, propondo questões acerca do conteúdo estudado.

A partir da aplicação do projeto de confecção de toda a sua estrutura para a Educação a Distância, o CESBA grava suas aulas. Ressalta-se que estas aulas são gravadas de forma multimidiática, que é um recurso de interação visualmente com o aluno estreitando ainda mais a relação professor aluno.

4.21 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Além das autoavaliações do curso que possibilitam conhecer a percepção dos alunos acerca do ensino-aprendizagem, o CESBA opta pela avaliação do ensino-aprendizagem por disciplina.

A avaliação formal do ensino-aprendizagem, por disciplina, é realizada bimestralmente, por todos os alunos, cabendo a cada professor identificar e aplicar as melhores sistemáticas de avaliação conhecidas, que sejam adequadas ao conhecimento e às características das turmas que estão sendo avaliadas. O que se estimula é que as avaliações constituam mais uma oportunidade de crescimento do conhecimento, ao invés de momentos de repetições de informações decoradas.

Vale ressaltar que o Curso está sempre atento aos procedimentos de avaliação externos, como o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Para tanto, o curso indica aos professores que sejam contemplados os conteúdos nas avaliações no formato semelhante ao exigido pelo ENADE.

A avaliação da aprendizagem obedece a normas específicas, estabelecidas pelo Regimento Geral do CESBA, de acordo com a forma de organização dos cursos, ou seja, neste caso, por disciplinas.

A avaliação do rendimento escolar do aluno é realizada em cada disciplina ou atividade acadêmica, no decurso do período letivo, abrangendo diferentes ações ou iniciativas didático-pedagógicas sendo 60% a partir de provas bimestrais e 40% do rendimento avaliado a partir de exercícios, trabalhos, holismo ou outros instrumentos e procedimentos definidos pelo professor.

O Sistema de avaliação do rendimento escolar estabelece duas avaliações semestrais, que são compostas por provas, trabalhos, seminários, resenhas críticas, *positions papers*, *one minute paper*, entre outras avaliações que em conjunto ou isoladamente constroem a avaliação bimestral.

Para o primeiro bimestre, a avaliação total importa em 50% do peso total da média final, e a avaliação do segundo bimestre também representa 50% da avaliação total, constituída por uma média ponderada das duas avaliações bimestrais.

O aluno que não alcançar média final mínima para a aprovação, pode se submeter ao Exame Final, desde que sua média geral no semestre, não tenha sido inferior a 4,0 (quatro).

Assim, para a aprovação sem exame o aluno deve perfazer média final 7,0 (sete) e, com exame final 5,0 (cinco), como condição mínima para seguir adiante no curso.

Apesar de se tratar de um componente curricular com status de disciplina, as Atividades de Complementação Profissional não são avaliadas da mesma maneira que as outras disciplinas do currículo: as horas são validadas pela Coordenação de curso responsável e, posteriormente, lançados os aproveitamentos no histórico do aluno, devendo o mesmo constituir um número x de atividades no semestre, para poder galgar de período.

Vale destacar também que disciplinas como as Práticas Interdisciplinares, TCC e Estágio Supervisionado possuem características próprias de configuração avaliativa.

4.21.1 A Avaliação e a Autonomia do Aluno

Conforme especificado acima, 40% do peso avaliativo de cada semestre é estabelecido a livre escolha do professor que é o gestor da disciplina ou componente curricular. Neste sentido, há considerável espaço nas regras estabelecidas pela IES para que o professor possa desenvolver procedimentos avaliativos em que coexista a participação ativa dos alunos no processo, como seminários e apresentação de trabalhos.

Além disso, deve-se considerar que o NDE do curso tem plena consciência de que não deve ser dissociada a metodologia de aprendizado do processo avaliativo. Com isso, a regra já apresentada no capítulo sobre a metodologia configurada a partir das aulas invertidas ou *flipped classroom* são essencialmente interligadas: no momento em que o professor determina o estudo individual pelo aluno antes da explicitação ou exposição dos conteúdos pelo docente, já se configura ali uma abertura para que a avaliação possua um nível satisfatório de autonomia do aluno.

O NDE parte do princípio de que a palavra autonomia significa faculdade de se governar, caminhar por sua própria vontade, o que nos leva a pensar num modelo de administração do aprender por parte do aluno, do tempo e espaço (autogestão) durante a vida acadêmica dos estudantes, e quando se refere ao aprender pelo sistema de aulas invertidas, o sujeito que possui autossuficiência tem mais possibilidade de lograr êxito.

O aluno enquanto gestor dos seus estudos caminha sozinho, com seus próprios pés, enfrentando os desafios e descobertas que estão ali diante de si, o que não significa deixá-los sentirem-se abandonados pelo professor ou incapazes de seguir a frente, esse poder de gerir seu próprio estudo é um fator preponderante, posto que, a avaliação deve ser vista e colocada em prática como uma ferramenta que visa o avanço e o melhoramento do processo ensino e aprendizagem, e para isso deve-se dar relevância para as atividades que apontam e exercitam para a conquista da autonomia, permitindo aos envolvidos neste artifício uma postura proativa.

4.21.2 A avaliação e a disponibilização de informações aos discentes e o Planejamento de Ações Concretas para a Melhoria da Aprendizagem

Para que os alunos possuam a autonomia avaliativa citada na seção anterior, faz-se necessário que exista, por parte dele, um entendimento pleno acerca dos objetivos das aulas invertidas, dos trabalhos diferenciados de avaliação como seminários, pesquisas etc.

Nesse sentido, o NDE estabelece a obrigatoriedade no curso da entrega e discussão do plano de ensino para os alunos, afinal somente a partir de tal prerrogativa pode-se constituir uma relação de autonomia avaliativa plena.

Ademais, essa perspectiva se estabelece como a concretização do que inferimos em outros momentos do Projeto Pedagógico: a necessidade de indissociabilidade entre a metodologia e o processo avaliativo.

Da mesma forma, é necessário que a cada trabalho realizado em sala de aula, os alunos sejam informados sobre os objetivos da sua aplicação, bem como de ampla discussão individual, quando necessário, do conceito inferido pelo professor ou medição do conhecimento atingido pelo aluno.

Somente desse modo, a avaliação extrapola o papel de ser simplesmente um medidor da aquisição de competências e habilidades do aluno, para ser uma ferramenta de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, um plano de ensino também não pode ser completamente engessado, mas dar vazão para que os professores possam durante o semestre letivo reavaliar suas ações de modo a planejarem e replanejarem a eficácia ou não das ferramentas avaliativas e poder modificá-las sempre que necessário.

4.22 NÚMERO DE VAGAS

São ofertadas 100 vagas anuais do Curso de Licenciatura em Educação Física, no período noturno.

Há um estudo de implantação das vagas disponibilizado à toda a comunidade acadêmica. (VIDE ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO DISPONIBILIZADO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS)

4.22.1 Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para Adequação das Vagas em Relação ao Corpo Docente

Para a captação e adequação das vagas ao corpo docente disponível, o NDE e a gestão do CESBA estabeleceu os seguintes procedimentos:

QUALIDADE E PERFIL DO CORPO DOCENTE:

- a) Estudo do perfil de professores da área disponíveis na Região de Bacabeira-MA;
 - Professores que já ministraram aulas em outras IES;
 - Professores que possuam titulação mínima de especialização;
 - Professores inseridos no mercado de trabalho.

- b) Preferência por professores que unam a academia ao mercado de trabalho, ou seja, professores que tenham experiência prática em suas profissões, no que concerne ao componente curricular a ser ministrado no curso;
- c) Preferência por professores que tenham total aderência em suas formações no que diz respeito aos componentes curriculares que ministrarão no curso;
- d) Preferência por professores que unam os itens a e b com uma titulação *stricto sensu*;
- e) Professores que tenham carga horária disponível acima das horas de suas disciplinas para a ocupação de afazeres extra-aulas como a gestão de núcleos e coordenações como estágio, TCC, Atividades de Complementação Profissional etc.;
- f) Professores que venham de municípios próximos de modo que as atividades na IES não tenham contratempos com longos deslocamentos;
- g) Professores com experiência de magistério superior em outras IES;
- h) Professores que tenham carga horária disponível para assumir disciplinas com o crescimento do curso e a relação de vagas anuais.

QUANTIDADE

- a) Número de professores que além de possibilidade de disciplinas do curso em tela, também possam assumir disciplinas em outros cursos da IES. Essa ação é imprescindível para que o professor tenha um salário maior no CESBA do que em outras IES que venha a ofertar seus serviços e assumir relativa quantidade de vagas.
- b) Número de professores suficiente para atender ao NDE do curso e ao Colegiado, indiferente ao número de vagas a ser ofertado.
- c) Número de professores suficiente para atender aos dois primeiros anos do curso, considerando o número de vagas e o número de professores disponíveis no mercado.

d) Número de professores suficiente para atender à oferta semestral de suas disciplinas, dada a perspectiva de vagas com duas entradas anuais via processo seletivo. Por exemplo, se o professor ministra uma disciplina no primeiro semestre, a mesma disciplina será ofertada no segundo semestre com uma nova entrada de turmas.

e) Número de professores suficiente para atender às cargas horárias parcial e integral para formação de NDEs, atendimento de núcleos etc.

De posse dos dados acima, o NDE determinou a continuidade da possibilidade de oferta de 100 vagas anuais no curso, considerando o número de professores disponíveis e aqueles que podem se deslocar de lugares mais distantes como na Região Metropolitana. Essas perspectivas aqui discriminadas estão disponíveis no relatório do NDE acerca da adequação do corpo docente para o curso.

Deve-se ressaltar que os estudos tiveram a participação da comunidade acadêmica limitada ao processo de reconhecimento do curso (coordenadores de curso, gestores e funcionários)

4.22.2 Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para adequação das vagas à Infraestrutura Física e Tecnológica

Para determinar as 100 vagas estipuladas para o curso, o NDE constitui o seguinte processo:

QUANTIDADE E QUALIDADE

a) Conforme a necessidade de infraestrutura foi-se definindo a qualidade das salas de aula e dimensões capazes de atender as vagas do curso.

b) A disponibilidade de espaço da biblioteca e a quantidade de bancadas e computadores também determinou o número de vagas passíveis de ser solicitadas.

c) A quantidade de livros passível de ser adquirida pelo orçamento da mantenedora também influenciou o número de vagas a ser solicitado.

d) As dimensões do prédio no que tange à circulação de alunos determinou o número de vagas solicitadas.

e) O número de salas de aula disponibilizadas para o curso, considerando os dois primeiros anos de oferta determinaram o número de vagas solicitadas.

f) A relação entre o espaço do terreno e a necessária ampliação para os anos seguintes do curso (após o quarto semestre de oferta) impactaram também sobre a escolha do número de vagas ofertada.

Deve-se destacar que o estudo acima só se tornou possível a partir da projeção da mantenedora para todos os espaços da IES, tanto no projeto do prédio, quanto do orçamento passível de ser investido no curso.

4.23 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

O Curso de Licenciatura em Educação Física da IES possui convênios com as Secretarias Municipal e Estadual, seja no âmbito de regularizar o acesso às escolas para a efetivação das atividades de Práticas Pedagógicas, seja para o Estágio Supervisionado.

Essa parceria propicia a execução e a supervisão dos estágios e as atividades práticas e acadêmicas realizadas nas escolas da cidade e região.

Possuí também parceria com a creche Etecba Kids LTDA.

4.24 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

As Atividades Práticas de Ensino para as Licenciaturas não podem ficar relegadas unicamente ao Estágio Supervisionado.

Assim, para que os acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação Física possam ter um espaço para a realização efetiva de práticas de ensino, uma visão mais ampla e consciente da importância dos conteúdos ministrados, bem como ser inseridos naturalmente no processo de iniciação científica e conhecer a realidade educacional na qual irão se inserir e garantir o vínculo prático-teórico, além de estabelecer uma inter-

relação entre os conhecimentos e um melhor entendimento dos saberes que lhes são transmitidos cotidianamente, a cada semestre são desenvolvidos trabalhos interdisciplinares que visam a articulação entre as disciplinas cursadas.

Destaque-se que esses componentes curriculares se constituem como disciplinas inseridas a cada semestre propiciando ao aluno a necessária autonomia de aprendizado.

A disciplina se constitui em dois momentos: horas/aula de estudo teórico sobre temas contemporâneos em educação que proporcionam reflexão acerca da própria prática docente, tudo previamente definido no Projeto Pedagógico (podendo ser alterados conforme a necessidade do curso), e horas/aula de Prática em que os alunos relacionam o tema e o que leram e aprenderam sobre o mesmo, com a soma da busca de entendê-lo sob a égide do contexto profissional ou, mesmo, no cenário educacional em que se inserem em âmbito geral. Trata-se de aproximar o aluno dos sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos.

Nos semestres em que se incluem os componentes curriculares em questão, os alunos desenvolvem sob a orientação dos professores e tutores diversos projetos de pesquisa e de inserção no meio escolar, tendo como produtos desta proposta o desenvolvimento e execução de projetos voltados para área educacional, a produção de relatórios técnicos, a apresentação de projetos e a prática profissional, cujo objetivo principal é a aplicação prática dos conteúdos aprendidos em sala de aula e a inclusão dos acadêmicos no meio educacional.

Ressalte-se que a Prática como componente curricular é normatizada por regimento e manual próprios, disponibilizados no site da IES e anexado aos documentos institucionais para consulta de toda a comunidade acadêmica.

5 DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE

5.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

O NDE – Núcleo Docente Estruturante inicial do Curso de Licenciatura em Educação Física foi constituído por professores que serão lotados no curso, todos com grande experiência e titulação.

As atribuições do NDE são, entre outras:

- Atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos,
- Discutir e propor mecanismos de interdisciplinaridade;
- Acompanhar e propor mecanismos e a forma de integralização das Atividades de Complementação Profissional;
- Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- Acompanhar as avaliações do corpo docente, por meio da Avaliação Institucional;
- Planejar mecanismos de preparação para avaliações externas conduzidas no sistema SINAES.

COMPONENTES DO NDE – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Obs.* Atendendo a Resolução CONAES n. 01 de 17 de julho de 2010:

- **Mínimo de 5 docentes;**
- **Mínimo de 20% de professores em tempo integral;**
- **Mínimo de 60% de professores com formação stricto sensu.**

Quadro 1 – Composição do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física da Faculdade CESBA.

Professor	Titulação	REGIME DE TRABALHO
Wanderson Gomes Robson	Especialista	Integral
Evelyn Feitosa Rodrigues	Mestre	Integral
Poliane Dutra Alves	Mestre	Integral
Jurema Lopes de Castro Filha	Mestre	Integral
Willian Leitão de Vilhena	Especialista	Integral

Nesse sentido, destaque-se que este PPC é fruto da gestão articulada da Coordenação de Curso com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), contando com a colaboração dos docentes, dos discentes e de toda comunidade. Foi elaborado adotando-se como referência o PPI, o PDI, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Superior (Lei nº 9.394/96), as diretrizes curriculares nacionais para a organização e funcionamento dos cursos superiores e demais normas legais que regem a oferta da educação superior.

Assim sendo, possui orientações estratégicas para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas do Curso, sempre referenciadas pela missão da Instituição, por sua vocação e objetivos, pela legislação vigente, e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserida.

5.1.1 NDE: Os Estudos e a Atualização Periódica do PPC

Para compor o Projeto Pedagógico, o NDE designado para o curso iniciou seus estudos a partir dos dados que foram constituídos para a justificativa de oferta do curso.

Conforme pode ser visto no início deste projeto, houve primeiro a determinação das necessidades sociorregionais que implicaram em um perfil de egresso e objetivos do curso inter-relacionados, sempre tendo como norte, conforme já explicitado, em primeiro lugar as DCNs para o curso e as novas demandas do mundo do trabalho, como aquelas que citamos em várias partes deste documento.

Após a construção da matriz curricular e outros anseios do curso, o NDE estabeleceu a metodologia de ensino e as formas de avaliação do ensino-aprendizagem. Conforme já foi explicado no capítulo relativo às ferramentas de avaliação e a perspectiva avaliativo-formativa do curso, houve uma preocupação tangível no estudo empreendido para compor o PPC na verificação do impacto do sistema de avaliação da aprendizagem sobre o cumprimento dos objetivos do curso, bem como o estabelecimento do perfil do egresso.

Tais aspectos podem ser vislumbrados a partir de atas de reuniões e em vários tópicos deste projeto que aponta para um estudo aprofundado acerca do município e da configuração de um público-alvo para o curso compatível com a região.

No que diz respeito à atualização periódica deste documento, faz-se necessário que se explicita que, mesmo antes de receber a visita in loco para o curso, o NDE já efetivou mudanças no documento e no curso, inclusive aquelas que buscam deixar o curso e este projeto mais próximo do que determina o novo instrumento de avaliação externa do INEP.

5.1.2 NDE: Os Procedimentos para Permanência dos Membros do NDE Até o Ato Regulatório Seguinte

Como medida para concretizar a permanência dos membros do NDE no acompanhamento e atualização do PPC de forma a culminar até o reconhecimento do curso, foi determinado pela IES que nenhum dos membros do NDE seja contratado como horista, ou seja, todos terão carga horária no formato integral ou parcial. Isso irá fazer com que se mantenha um maior vínculo com a IES e ao curso.

Além disso, deve-se salientar o diálogo com os outros cursos da IES, sendo que se dará preferência de disciplinas gerais para professores já presentes no CESBA. Esse procedimento de trabalhar em vários cursos aumenta a carga horária do professor e faz com que ele mantenha vínculos somente com o CESBA, não necessitando empregar-se em outras IES e outras cidades, possibilitando maior dedicação ao curso.

Da mesma forma, destaquem-se programas da IES como o Programa de Incentivo à produção acadêmica que possibilitará com que professores mestres e doutores possam ter incentivos para a publicação e, logo, permanecer de forma mais concreta nas atividades do CESBA.

Vale destacar também a necessidade de docentes para Núcleos como Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação, Tecnologia e Inovação Pedagógica. Esses afazeres extra aulas, são também formas de manter o professor na IES para que não necessite trabalhar em outras IES, dedicando-se prioritariamente aos cursos e ao CESBA .

5.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Há uma equipe multidisciplinar no CESBA responsável pela Educação a Distância, dado o fato de inserir disciplinas EaD nos cursos presenciais.

Desse modo, centraremos esta seção no que tange à equipe estabelecida inicialmente para o CEaD que atualmente é formada por profissionais de diferentes competências, envolvidas no desenvolvimento de disciplinas na modalidade a distância.

São atribuições da equipe multidisciplinar: concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para a EaD; avaliação e validação do material didático para as disciplinas na modalidade EaD; elaboração do plano de ação para o ensino à distância, documento que determinará as implantações e processos de trabalhos a serem formalizados no âmbito da EaD.

Com apoio tecnológico do setor de Tecnologia da Informação, a equipe multidisciplinar trabalha com a finalidade de garantir a qualidade de todo o processo de ensino e aprendizagem, desde a criação, produção, distribuição e monitoramento, até a avaliação da disciplina à distância, promovendo a autoaprendizagem, a aprendizagem significativa, ativa e colaborativa, suportadas pelo uso sistemático das ferramentas tecnológicas de informação e comunicação.

No quadro abaixo são apresentados os profissionais que, além dos tutores e professores, compõem a equipe multidisciplinar, com sua respectiva formação e função no CEaD do CESBA:

FUNÇÃO	NOME	FORMAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
Suporte de TI	WESLEY DA SILVA RODRIGUES	Graduado em Ciências	Gerenciar a distribuição de recursos ao mesmo tempo que gerencia as demandas do campo estrutural das unidades. Coordenar os aspectos tecnológico da IES

Suporte AVA	WANDERSON MARTINS SOUSA	Graduado em Biomedicina	Gerir as informações e dar suporte técnico aos professores/tutores e aos discentes na operacionalização da Plataforma Google Classroom; Propor e promover toda a capacitação dos professores/tutores e dos discentes na operacionalização da Plataforma; Criar os padrões estéticos e operacionais para todas as disciplinas na Plataforma Google Classroom, disponibilizá-los aos professores/tutores e treiná-los.
Secretaria Geral Acadêmica	CLEIDINALVA REIS PAIVA	Graduada em Pedagogia	Gestão dos processos de matrícula, rematrícula e documentação acadêmica
PROFESSOR/TUTOR (05 professores/tutores representando todos os cursos)	THEMIS ALEXSANDRA S. BEZERRA BUNA; EVERALDO DOS SANTOS ALMEIDA; CHRISTIANNE MARIE NAHUZ DE MIRANDA; KEYLLYANNE DESTERRO CARDOSO; DELSO DE JESUS CARDOSO CORREIA	Graduada em Direito; Graduado em Letras; Graduada Pedagogia; Graduada Pedagogia; Graduado em Filosofia	Mediar, didática e pedagogicamente, as atividades de ensino e de aprendizagem oportunizadas nos diversos ambientes, tendo como referência o conteúdo específico das disciplinas de cada curso.

5.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

O CESBA tem plena consciência de que não basta fornecer apenas horas/aula a um docente ou gestor para que a expectativas positivas de uma gestão de curso seja efetivada.

Assim, são prerrogativas da gestão do curso o estabelecimento semestral de um plano de ação subsidiado por indicadores que advém tanto da avaliação da CPA, como do envolvimento de outros órgãos que agem direta ou indiretamente com o curso em questão.

O CESBA parte da perspectiva que, da mesma forma que ocorrem em alguns setores em que a gestão pode ser concebida de forma mais processual e mecanizada como na infraestrutura, contabilidade etc., a gestão dos cursos de graduação muitas coisas também podem estabelecer um processo de formalização, como no caso do sistema de aprovação com base nas notas da avaliação de uma disciplina e no cumprimento efetivo de conteúdos programáticos.

Porém, há aspectos e ações que são mais subjetivos, como a questão motivacional dos alunos ou o acompanhamento do nível de envolvimento do corpo docente no curso. Justamente no lado mais acadêmico é que se sente necessidade de ferramentas de apoio (mas não de mecanização) da gestão do processo de ensino-aprendizagem.

Este trabalho se foca no coordenador de curso por diversas razões. Este é um papel com diversas atribuições operacionais, como organizar horários, contratar professores e orientar a matrícula dos alunos. Contudo, entende-se que sua maior importância é dar uma “identidade” para o curso, mantendo consistente sua linha de ensino e coerente com o Projeto Pedagógico do mesmo. Juntam-se a isto diversas obrigações ligadas às questões econômicas, como viabilização de laboratórios de ensino e atingimento de metas de ocupação de salas de aula e ações de integração das atividades de extensão e pesquisa da IES, acompanhamento e evolução do Projeto Pedagógico do curso e envolvimento com mecanismos de avaliação externa.

Dada essa grande importância da coordenação do curso, há sempre um esforço de formar uma equipe de coordenadores respeitando os seguintes critérios:

- Professores com formação acadêmica correspondente a mestre/doutor e/ou, minimamente, cursando um programa *Stricto Sensu* na área do curso;
- Professores com, pelo menos, 3 anos de experiência acadêmica e não -acadêmica;
- Professores com dedicação integral ao curso e à Instituição (40 horas);
- Professores capazes de liderar processos acadêmico-pedagógicos envolvendo professores e estudantes;
- Professores integrados à comunidade local ou que tenham um perfil agregador, capazes de facilitar a localização e a contratação de bons profissionais, estabelecimento de convênios, fixação de imagem institucional positiva da Instituição etc.;
- Professores interessados em conhecer o projeto dos estudantes, as demandas do mercado de trabalho e as necessidades da comunidade para, de alguma forma, fortalecer os programas educacionais que a Instituição oferece;
- Professores aptos a selecionar, produzir ou a utilizar informações que subsidiem os processos decisórios que envolvem sua função;
- Professores com boa capacidade de comunicação oral e escrita.

Para o Curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física, bem como nos outros cursos de graduação da IES, serão constituídas atuações e atribuições divididas em categorias passíveis de conduzir positivamente o curso e a modernização dos Projetos Pedagógicos: funções de natureza Política, Gerencial, Acadêmica e Institucional.

a) Funções de Natureza Política:

- O Coordenador do Curso exercerá o papel de grande divulgador do curso tanto no plano interno – junto a estudantes e a professores – quanto no plano externo – junto aos potenciais empregadores e a comunidade/sociedade.
- Negociará com os dirigentes condições que multipliquem as possibilidades de execução de projetos capazes de ampliar a aprendizagem do corpo discente.

- Motivará estudantes e professores para a busca de qualidade acadêmica.

b) Funções de Natureza Gerencial:

- Supervisionará a qualidade e a suficiência das instalações da IES para o curso; dos equipamentos dos laboratórios; do acervo da biblioteca e da adequação da política de uso dos espaços e equipamentos.
- Conhecerá e contribui para os controles da Secretaria: registro de faltas e de notas, matrículas, cumprimento de prazos etc.
- Formulará fluxos de comunicação e de processos que contribuam para a agilidade das ações e a eficácia dos resultados.

c) Funções de Natureza Acadêmica:

- Contribuirá para a concepção, execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso na direção e sua explícita articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Integrará os professores e estimula a articulação das disciplinas da grade curricular – tanto no plano horizontal quanto vertical – e dos programas curriculares e extracurriculares que, de alguma forma, envolvam as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Liderará o programa de avaliação com a preocupação de identificar pontos frágeis e de formular alternativas de superação de tais debilidades.
- Estimulará os programas que reforcem os projetos acadêmico/profissional dos estudantes, o projeto pedagógico do curso e o PDI: programa de monitoria, programa de iniciação científica, execução das Práticas Interdisciplinares, programas de consultoria vinculados ao Núcleo de Práticas etc.

d) Funções de Natureza Institucional:

- Contribuirá para a imagem interna e externa do curso e da Instituição.

- Encontrará meios de ampliar a empregabilidade dos egressos.
- Firmará contratos, convênios e parcerias que ampliem os espaços de aprendizagem dos estudantes, os espaços profissionais dos egressos e a credibilidade da Instituição junto à sociedade.
- Procurará ser ativo em todos os processos que envolvam a autorização, reconhecimento e avaliação periódica do curso que coordena.

Dessa forma, há que se destacar que o CESBA terá na sua organização administrativa e acadêmica um coordenador responsável pela articulação, formulação, e execução de cada projeto pedagógico de Curso.

O coordenador escolhido para fazer a gestão do Curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA possui uma formação que lhe permite ter domínio do desenvolvimento do projeto pedagógico do seu curso.

5.3.1 Experiência Profissional, de Magistério Superior e Gestão Acadêmica do Coordenador

A coordenação do curso de Licenciatura em Educação Física está sob a égide do professor Wanderson Gomes Robson, que possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal do Maranhão (1997). Prof. Especialista em Ensino da Educação Física e Esportes (PUC/Minas). Áreas de atuação: Ensino Superior, Educação Física Escolar, Esportes e Lutas.

5.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO

A Instituição reconhece a Coordenação do curso como uma liderança importante para a concepção, a execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico dos cursos que oferece.

Desse modo, no caso do Curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA, o coordenador de curso possui o regime que permite se dedicar aos afazeres de gestão do curso.

Vale destacar que o coordenador foi inserido no NDE do curso, bem como no colegiado, tudo com o objetivo de possibilitar a gestão e acompanhamento de alunos, docentes e do PPC.

O Coordenador do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física possui contrato nos moldes da CLT, com regime integral de 40 horas semanais.

5.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

Por se tratar de um curso em fase de reconhecimento, os parâmetros relacionados à adequação da titulação do corpo docente do curso em relação ao perfil do egresso ensejado são estabelecidos por meio de relatório constituído pela coordenação do curso em diálogo com as instâncias acadêmicas e administrativas da IES.

Trata-se de relatório que justifica a escolha do corpo docente inicial do curso, considerando:

- a) formação aderente às disciplinas que serão ministradas sejam elas propedêuticas ou específicas do curso;
- b) experiência no magistério superior, de modo que o docente possua capacidade para analisar os conteúdos curriculares do componente curricular a ele designado e deste determinar os conteúdos programáticos a serem utilizados, bem como ampliar qualitativamente as bibliografias estabelecidas para a disciplina;
- c) preferência por docente com experiência prática de mercado, de modo a precisar positivamente o perfil do egresso ensejado para o curso;
- d) formação preferencialmente *stricto sensu*, pois desse modo esses docentes poderão analisar com profundidade os conteúdos curriculares a eles designados, explicitando aos alunos a importância destes para a suas formações profissionais, acadêmicas ou cidadãs,

bem como elevar o senso crítico desses alunos em relação aos conhecimentos ministrados, proporcionando a eles literatura que ultrapasse os limites daquelas designadas no PPC.

e) professores com titulação constituída a partir de pesquisa acadêmica para que possam, não apenas “ensinar” os conteúdos curriculares, mas fomentar nos alunos a “construção” dos conhecimentos. Para tal, adicional à qualidade das aulas propostas, os professores podem e devem formar grupos de estudos e proporcionar publicações no âmbito das suas áreas no CESBA.

Obs.* Para proporcionar esse ambiente de construção de conhecimentos e autonomia dos alunos, conforme já fora explicitado em outras seções deste PPC, o CESBA estimula as metodologias ativas para uso em todos os cursos de graduação, bem como fornece subsídios institucionais para a publicação acadêmica, como por exemplo as revistas eletrônicas no site institucional.

Dessa forma, o corpo docente do Curso de Licenciatura em Educação Física é constituído por docentes com formação específica e titulação compatível aos conteúdos ministrados, à natureza das atividades acadêmicas que desenvolve, às características do contexto da região, e à concepção do curso.

Da mesma forma, os professores são estimulados à educação continuada, tanto pelo oferecimento, pelo CESBA, de cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, de cursos de extensão e pela facilitação e subsídio para a inscrição em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e, também para participações em eventos e apresentações e publicações de trabalhos em geral.

A Instituição também oferece apoio à pesquisa dos seus Docentes, através da Coordenação de Pesquisa que tem por objetivo promover o desenvolvimento de investigações científicas e destina-se aos professores de todos os cursos do CESBA .

Assim, pode-se determinar que são atribuições do corpo docente:

- ministrar o ensino das disciplinas e assegurar a execução da totalidade do programa aprovado, de acordo com horário pré-estabelecido;

- registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos;
- elaborar, para cada período letivo, os planos de ensino de sua disciplina e submetê-los à Coordenação do curso e ao Colegiado de Curso;
- responder pela ordem nas salas de aula, pelo uso do material e pela sua conservação;
- cumprir e fazer cumprir as disposições referentes à verificação do aproveitamento escolar dos alunos;
- fornecer à Coordenação dos Professores as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, dentro dos prazos fixados pelo órgão competente;
- comparecer às reuniões dos colegiados aos quais pertence;
- propor à Coordenação do curso medidas para assegurar a eficácia do ensino e da pesquisa; e
- realizar e orientar pesquisas, estudos e publicações, de acordo com o plano aprovado pela Entidade Mantenedora e submeter-se periodicamente à avaliação da Coordenação do curso e da Direção Acadêmica;
- analisar sistematicamente o componente curricular de modo a melhorar a sua eficácia, inclusive com a indicação de novas bibliografias e métodos de ensino-aprendizagem.

Para ingresso na Faculdade e no curso os professores serão selecionados pelo Coordenador.

Os requisitos exigidos para a docência são:

a) Titulação acadêmica=> Privilegia-se os candidatos com melhor titulação, compatível com as disciplinas a serem ministradas. A titulação mínima aceitável é a de especialista.

b) Formação não acadêmica=> Privilegia-se os candidatos com maior formação, ainda que não acadêmica (treinamentos empresariais, cursos de extensão, cursos de atualização, entre outros).

c) Experiência acadêmica=> Privilegia-se candidatos com maior e melhor experiência acadêmica.

d) Experiência profissional=> Para disciplinas mais específicas de Licenciatura em Educação Física o requisito experiência é fundamental, já para as disciplinas de formação geral, a experiência em Licenciatura em Educação Física é um requisito eliminatório, mas um requisito desejado.

(OBS* VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO E PERFIL DO CORPO DOCENTE DISPONIBILIZADO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS À COMUNIDADE ACADÊMICA E AO MEC)

A titulação específica do corpo docente do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física do CESBA estão representados nas tabelas, a seguir:

TITULAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Doutorado	1	10%
Mestrado	4	40%
Especialização	5	50%

4º SEMESTRE		
Disciplina	Docente	Titulação
Projeto Integrador III	Flor de Maria Araújo Mendonça Silva	Doutora
Atletismo I	José Ribamar Soares Ribeiro	Especialista
Medidas e Avaliação em Educação Física	Jurema Gonçalves Lopes de Castro Filha	Mestre
Metodologia do Ensino da Educação Física	Wanderson Gomes Robson	Especialista
Prática de Ensino da Educação Infantil	Willian Leitão de Vilhena	Especialista
6º SEMESTRE		
Disciplina	Docente	Titulação

Metodologia do Ensino do Basquetebol	Antônio Gilson de Sousa Silva	Especialista
Libras	Érika Elvira de Araújo Martins	Especialista
Legislação e Organização da Educação Básica;	Everaldo dos Santos Almeida	Mestre
Planejamento e Avaliação;	Everaldo dos Santos Almeida	Mestre
Atletismo II	José Ribamar Soares Ribeiro	Especialista
Metodologia do Ensino do Handebol	Poliane Dutra Alvares	Mestre
Estágio II	Willian Leitão de Vilhena	Especialista
8º SEMESTRE		
Disciplina	Docente	Titulação
TCC	Evelyn Feitosa Rodrigues Vieira	Mestre
Política e Gestão da Educação	Everaldo dos Santos Almeida	Mestre
Atividade Física Na 3ª Idade	Jurema Gonçalves Lopes de Castro Filha	Mestre
Organização Esportiva – Optativa II	Wanderson Gomes Robson	Especialista

***Obs.: Lotação de Docentes responsáveis pelas disciplinas da matriz das turmas vigentes do semestre 2022.2 do CESBA**

5.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

Da mesma forma que se busca permitir uma maior dedicação do coordenador à IES, para o corpo docente é estipulada as mesmas prerrogativas.

Para tal, busca-se contratar, preferencialmente, os professores em regime integral e parcial.

Tal distribuição é estabelecida de modo que o docente possa atender de maneira plena aos seus alunos, participar de reuniões colegiadas, planejar os processos de ensino-aprendizagem e a avaliação dos alunos. Ademais, busca-se fornecer aos professores atividades extra-aulas de modo que se envolvam também nas questões institucionais como, por exemplo, o atendimento de núcleos como os de pesquisa e extensão,

relacionamento estudantil e nivelamento, tecnologia e inovação pedagógica ou a condução de laboratórios didáticos.

Essas expectativas são delineadas semestralmente a partir de planilha que apresenta das atribuições individuais de cada professor para o semestre, documento descritivo disponível para consulta por docentes e gestão da IES na coordenação de curso.

Os docentes contratados em regime de tempo parcial terão 25% de sua carga horária dedicados a atividades extraclasse, atendimento aos alunos do curso, planejamento didático-pedagógico, desenvolvimento de atividades de extensão, entre outras atividades, conforme já destacamos.

Quadro 2 – Regime de trabalho do corpo docente do curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física da Faculdade CESBA.

Docente	Titulação	Regime
Antônio Gilson De Sousa Silva	Especialista	Parcial
Érika Elvira de Araújo Martins	Especialista	Parcial
Evelyn Feitosa Rodrigues	Mestre	Integral
Everaldo dos Santos Almeida	Mestre	Parcial
Flor De Maria Araújo Mendonça Silva	Doutora	Parcial
José Ribamar Soares Ribeiro	Especialista	Parcial
Jurema Gonçalves Lopes de Castro Filha	Mestre	Integral
Poliane Dutra Álvares	Mestre	Integral
Wanderson Gomes Robson	Especialista	Integral
William Leitão De Vilhena	Especialista	Integral

REGIME	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Parcial	5	50%
Integral	5	50%
Horista	-	-

5.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

Conforme já fora destacado em outras partes deste PPC, além das perspectivas relacionadas à qualidade do docente para acompanhamento das questões pedagógicas,

conteudistas e avaliativas dos alunos, dá-se preferência na IES à docentes que reúnam a academia com a experiência de mercado.

Essas expectativas podem ser vislumbradas no mesmo relatório de adequação docente disponibilizado para consulta na coordenação, bem como pelas atas dos colegiados superiores e NDE.

(OBS* VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO E PERFIL DO CORPO DOCENTE DISPONIBILIZADO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS À COMUNIDADE ACADÊMICA E AO MEC)

5.7.1 Plano de Carreira Docente

A IES tem protocolado o seu Plano de Carreira Docente. Entre os aspectos levados em consideração quando da composição do Plano de Carreira Docente – PCD destacam-se: titulação, regime de trabalho, substituições, experiência acadêmica e experiência profissional não-acadêmica, mérito pelo trabalho desenvolvido e continuidade do processo de atualização.

A Instituição tem a titulação como principal critério para progressão na carreira docente e, neste sentido, procura desenvolver uma política de qualificação que incentive o docente a continuar seus estudos de pós-graduação.

Outros importantes fatores que podem ser considerados para a progressão na carreira docente são a produção e a publicação de obras técnico-científicas, resultantes dos trabalhos de investigação dos professores e estudantes.

5.7.2 Qualificação do Corpo Docente

A IES tem delineado a partir do seu PDI a preocupação constante com qualificação de seu corpo docente, afinal isso vai eclodir exatamente no objetivo maior de promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, o CESBA incentiva os seus professores a se qualificarem a partir dos seus próprios cursos de pós-graduação, afinal ofertará especializações *lato sensu*.

Acrescente-se a essa expectativa, o apoio constante a capacitação a partir de cursos *stricto sensu*.

5.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

Primeiramente, há que se destacar que o CESBA tem plena consciência de que o exercício da docência no ensino superior não deve ser compreendido apenas como um ato de ministrar aula, pois diante das necessidades acerca da formação profissional, o conceito vai muito além.

A mobilidade social e as mudanças emergentes do mercado de trabalho exigem que o profissional docente no ensino superior esteja atento a tudo que configura a formação do seu aluno.

Nesse contexto, o mesmo relatório que determina e justifica a escolha dos docentes no curso no que tange à titulação e experiência profissional, também aponta as expectativas acerca da preferência do curso à contratação de docentes com experiência no magistério superior.

Para adequação do corpo docente, buscaram-se professores que em suas experiências no ensino superior tivessem relação estreita com o perfil do egresso ensejado na IES.

Além disso, questões como a capacidade de análise das dificuldades dos alunos, prática didática acessível e sensibilidade na indicação de ações que promovam a melhoria da qualidade em se apreender os conteúdos curriculares, bem como características como a habilidade de apresentar exemplos contextualizados, foram perspectivas inerentes às entrevistas feitas com os professores escolhidos para o curso.

As expectativas dos docentes foram estabelecidas também considerando o conhecimento e prática para lidar com avaliações formativas, tudo para que os resultados advindos dos alunos possam servir como ferramenta para redefinir a prática docente.

Foram assertivas também na escolha dos professores a capacidade de liderança e as produções acadêmicas.

(OBS* VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO E PERFIL DO CORPO DOCENTE DISPONIBILIZADO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS À COMUNIDADE ACADÊMICA E AO MEC)

5.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Da mesma forma que foi procedido com os docentes, antes de iniciar a captação dos tutores para as disciplinas que serão ministradas na modalidade EaD, a coordenação estabeleceu um estudo de modo a configurar o perfil necessário para estabelecer um perfil de tutores para cada uma das disciplinas.

Vale ressaltar que todos os tutores que trabalham no curso possuem experiência no exercício da tutoria.

(VIDE RELATÓRIO DISPONÍVEL NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS)

5.10 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

A Coordenação do Curso constituiu o regulamento que estabelece as responsabilidades e a atuação do Colegiado do curso.

Dentre outras várias questões, o regimento prevê:

- a) Representatividade dos segmentos envolvidos no curso: professores e alunos;
- b) Reuniões ordinárias com registro das decisões colegiadas;
- c) Fluxo semestral que determina a avaliação do seu desempenho e práticas sistemáticas de gestão do curso.
- d) Dado ao fato de que se trata de um processo de reconhecimento, os órgãos já possuem ampla representatividade, inclusive com a presença de alunos.

Então, neste momento, o Colegiado do Curso de Graduação é composto pelo Coordenador do Curso e por docentes, além da representação estudantil.

Ao Colegiado, na forma como ele é instituído, compete o seguinte:

- a) propor e executar atividades e promover a articulação em nível interno e em nível das relações entre os cursos da mesma área da instituição;
- b) aprovar o plano de atividades de curso;
- c) promover a articulação e a integração das atividades docentes;
- d) propor providências de ordem didática, científica e administrativa aos órgãos da Administração Superior;
- e) opinar sobre a realização de programas de ensino, pesquisa e extensão;
- f) responsabilizar-se pela elaboração de projetos de pesquisa de extensão na área de competência, coordenar e supervisionar sua execução;
- g) desenvolver e aperfeiçoar metodologias próprias para o ensino das disciplinas de sua competência;
- h) distribuir aos membros do corpo docente encargos de ensino, pesquisa e extensão;
- i) responsabilizar-se pelo oferecimento das disciplinas relacionadas com o setor específico do saber que define o âmbito de sua competência;
- j) elaborar as ementas, os programas e os planos de ensino para as disciplinas de sua competência;
- k) avaliar o desempenho individual de cada docente;
- l) participar de programa ou projetos de pesquisa e extensão de natureza interdisciplinar;
- m) promover e coordenar seminários, grupos de estudos e outros programas para o aperfeiçoamento docente e discente;

- n) avaliar, ao final do semestre, os programas relativos ao curso;
- o) constituir comissões especiais para assuntos específicos;
- p) acompanhar a expansão do conhecimento nas áreas de sua competência através de intercâmbio com centros de pesquisadores que desenvolvam trabalhos inovadores e através do incentivo à participação dos docentes em eventos científicos e culturais nas respectivas áreas de especialização;
- q) exercer as demais atribuições que se incluam, de maneira expressa ou implícita, no âmbito de sua competência;
- r) fazer indicação para admissão do pessoal docente.

O Colegiado de Curso, presidido pelo (a) Coordenador (a) de Curso, reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por semestre. As normas para funcionamento desses colegiados são as que estão estabelecidas em Regimento próprio do Colegiado do curso.

O colegiado do Curso de Graduação é constituído pelos seguintes membros:

Membro	Categoria
Wanderson Gomes Robson	Coordenador
Evelyn Feitosa Rodrigues	Docente
Poliane Dutra Alves	Docente
Jurema Lopes de Castro Filha	Docente
Willian Leitão de Vilhena	Docente
Joseana Mayra Cunha Pires	Discente

5.11 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE PROFESSORES/TUTORES DO CURSO

O professor/tutor é o responsável tanto pelo ambiente virtual (tutor a distância), quanto pelos encontros pedagógicos para avaliações ou revisões, assim este ator do processo

de ensino-aprendizagem acompanha o aluno no desenvolvimento das atividades. O professor/tutor é o responsável, também, pelo planejamento e acompanhamento das atividades no ambiente virtual e nos encontros presenciais.

Os professores/tutores são da área de conhecimento na qual atua e ainda é capacitado para melhor atender o aluno no desenvolvimento das atividades. Estes profissionais durante toda a sua atuação contam com o apoio da coordenação de curso e suporte de apoio ao ambiente virtual, assim são realizados encontros e reuniões para verificação do acompanhamento das atividades, estes encontros são importantes para avaliar qualitativamente o trabalho desenvolvido, bem como se necessário, redimensionar as atividades.

LISTA DE TUTORES DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO CESBA

TUTOR	TITULAÇÃO	DISCIPLINA EAD
Everaldo Dos Santos Almeida	Mestre	Legislação e Organização da Educação Básica; Política e Gestão da Educação; Planejamento e Avaliação
Flor De Maria Araújo Mendonça Silva	Doutora	Projeto Integrador III

Obs.: Lotação de Tutores responsáveis pelas disciplinas da matriz das turmas vigentes do semestre 2022.2 do CESBA.

PERCENTUAL DE TUTORES COM TITULAÇÃO LATO SENSU	PERCENTUAL DE TUTORES COM TITULAÇÃO STRICTO SENSU
0%	100%

5.11.1 Relação Docentes e Tutores– por Estudante

NÚMERO DE ESTUDANTES/ VAGAS	TOTAL DE DOCENTES E TUTORES	NÚMERO DE VAGAS POR DOCENTES E TUTORES
100 vagas (Cem)	10	10

5.12 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

Conforme pode ser verificado pelo relatório de escolha do corpo docente, houve da parte da IES a preferência por professores com ampla produção acadêmica.

Porém, é sabido por todos (as) a dificuldade em se publicar trabalhos no Brasil e no mundo, bem como unir as atividades de Ensino com as atividades de Pesquisa.

Assim, a IES constituiu de revistas acadêmicas na área do curso de modo que os docentes possam aumentar os seus escores de publicações, bem como divulgar os trabalhos e os conhecimentos produzidos nos cursos de graduação.

Vale destacar também que a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física permitirá que em vários semestres as áreas e disciplinas realizem Práticas Interdisciplinares cuja pesquisa permitirá mobilizar o conjunto de saberes e experiências vividos a cada período, tanto por professores, quanto por alunos.

Cada disciplina será aproveitada na medida em que o seu conjunto de teorias, conceitos e instrumentais de análises forneçam ferramentas para o desenvolvimento de uma pesquisa comum em determinadas ênfases.

Dessa forma, somos sabedores que a pesquisa, e a decorrente produção científica e tecnológica terão um grande aumento no decorrer dos semestres do curso.

Torna-se igualmente importante ressaltar que a pesquisa tem um papel singular na formação dos docentes e discentes.

A Faculdade possui uma Coordenação específica de Pesquisa e Iniciação Científica, a qual publicará semestralmente edital convocando para apresentação de projetos.

5.13 INTERAÇÃO ENTRE PROFESSORES/TUTORES E COORDENADORES

Primeiramente, há que se destacar que com o advento da Pandemia do COVID-19 todas as instituições de Ensino passaram a utilizar largamente a webconferência, o que mudou por completo e facilitou em muito os mecanismos de interação entre os participantes do processo de ensino-aprendizagem. No caso das disciplinas EaD, esta interação entre professores/tutores, coordenadores e até mesmo alunos tornou-se extremamente fácil, ademais, ainda existem os grupos de WhatsApp que promovem a interação automática entre as pessoas.

Dessa forma, há a obrigatoriedade de ao menos 2 (duas) reuniões semestrais, na semana pedagógica, entre esses atores do processo educacional: professores/tutores e Coordenadores de cursos, visando o alinhamento entre os conteúdos e o trabalho ensejado pelos docentes para cada uma das disciplinas.

Da mesma forma, há que se considerar que a CPA avalia todas as disciplinas EaD, trazendo para dentro da análise e do planejamento a expectativa de todos os atores envolvidos no processo educacional.

Porém, apenas reuniões conjuntas não são suficientes para estabelecer a rotina entre os atores, então, parte-se inicialmente da explicitação de quem são os atores definidos desse processo: Coordenador de Curso, Professor/Tutor, e Coordenador do CEaD.

Interação: Coordenador de Curso X Professor/Tutor

Segundo a proposta do CESBA, o coordenador de curso é o responsável pelo gerenciamento e acompanhamento das disciplinas EaD quanto à adequação ao projeto pedagógico do curso (acompanhamento do professor). Sendo assim, cabe ao coordenador de curso gerenciar o trabalho realizado pelo professor/tutor.

A interação entre coordenador de curso e professor/tutor ocorre em vários momentos e de formas diferentes.

A primeira forma a ser citada é através de reuniões presenciais para relato de problemas e soluções, assim como compartilhamento de experiências entre professores/tutores de diferentes disciplinas.

Há ainda na forma síncrona, o meio de reuniões através de software de comunicação. No caso do CESBA é utilizado o *meet* que pertence ao Google Classroom para comunicação *online* ou chat disponível pelo sistema acadêmico.

Uma outra maneira de interação é através de e-mails. Porém, um agravante aqui é o fato de os e-mails ficarem misturados com outros que não são de mesmo assunto, dificultando o acesso futuro e a sua utilização como histórico.

Então, a solução adotada é a criação no AVA ou no WhatsApp de uma sala chamada "Sala de Coordenação". Nesta sala são inseridos tanto o coordenador do curso, como professores/tutores.

Com base na atuação dos professores/tutores na sala de coordenação através de fóruns e o registro das discussões, o processo de gestão das várias disciplinas e principalmente o acompanhamento das dificuldades enfrentadas pelos professores/tutores, são identificadas e sanadas a contento evitando maiores prejuízos para o aluno e garantindo a qualidade do acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem.



Na sala de coordenação ou grupo de coordenação para EaD são disponibilizados além de fóruns outros recursos como arquivos para download, enquetes, questionários de avaliação, entre outros.

A garantia da disponibilidade de material em um local único e a possibilidade de estabelecer troca de informações e compartilhar problemas e soluções é de grande valia como uma forma de garantir uma mesma metodologia em diferentes disciplinas. Isto garante a identidade do curso independente da disciplina ou área do professor.

6 DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA

6.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

O curso conta com gabinetes de trabalho para os professores que exercerão atividades em Tempo Integral no curso e, assim, poderem ter condições de desenvolverem trabalhos em condições de comodidade e privacidade.

Tais gabinetes estão localizados próximos à sala de professores, tudo com boas condições com relação ao mobiliário, acústica, iluminação, ventilação e limpeza.

Assim, pode-se dizer que os gabinetes contam com os seguintes recursos:

- computadores com acesso à internet
- impressora ligada à rede
- armário para a guarda de materiais de expediente e utensílios pessoais
- porta com chaves que garantem a privacidade no atendimento aos alunos e no planejamento de suas atividades.

OBS: Todos os gabinetes são equipados com mesas cadeiras e utensílios de escritório.

6.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

Na IES, há o cuidado para que o coordenador de curso possa atender os alunos e professores de maneira satisfatória, bem como constituir os trabalhos rotineiros de ordem da gestão acadêmica.

Por isso, o Curso de Licenciatura em Educação Física possui uma sala exclusiva para a coordenação de curso, com todo o material de escritório, ar-condicionado, computador, impressora e acesso à internet.

Além disso, o coordenador possui acesso diferenciado aos recursos de TI da IES, pois o mesmo possui acesso irrestrito ao sistema acadêmico e ao banco de dados, tudo com a perspectiva de gerenciar o curso a partir de dados advindos do sistema como notas, desempenho, recursos etc.

Além disso, sabedora do volume de trabalho burocrático que incide sobre uma coordenação de curso, a IES fornecerá uma secretária acadêmica para atender ao curso.

6.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

Vários estudos já constataram que a produtividade e a qualidade do trabalho realizado estão diretamente relacionadas com as boas condições do ambiente em que se desenvolvem as atividades. Para que o trabalhador se sinta bem em seu ambiente de trabalho é preciso que ele usufrua de uma situação descrita como Conforto Ambiental. Este conforto ambiental é relativo, pois cada pessoa reage de forma diferente a estímulos externos. No entanto é possível criar um ambiente de trabalho que satisfaça as condições de conforto da grande maioria das pessoas que nele trabalham.

Nesse contexto, o CESBA tem plena consciência da necessidade de se estabelecer um padrão de conforto para o trabalho docente que se inicia antes de entrar na sala de aula.

Assim, no CESBA há um grande esmero pela sala dos professores, que está assim constituída:

- Mesa de Reuniões para a interação entre os docentes;
- Água filtrada de qualidade excelente;
- Abastecimento contínuo de café;
- Acesso à internet;
- Ar condicionado;
- Cadeiras confortáveis;
- Computadores para uso dos docentes;
- Armário para a guarda de materiais;
- Secretárias docentes para auxiliar nas mais diversas atividades.

6.4 SALAS DE AULA

Uma boa qualidade de ensino não só depende da capacitação dos professores, mas também das condições físicas das salas de aulas, ambientes em que os mesmos interagem com os alunos. Já que existe relação direta da qualidade e da produtividade

com o ambiente de trabalho, pode-se afirmar que as salas de aulas precisam prover os alunos e professores de condições saudáveis, garantindo a espontaneidade de uma das atividades mais importantes para a sociedade.

Ciente dessa necessidade para alcançar os seus objetivos institucionais, o CESBA constitui todas as instalações de forma que possuam espaço físico adequado e estejam em boas condições com relação ao mobiliário, acústica, iluminação, ventilação e limpeza.

Abaixo estão descritas algumas especificações como:

⇒ ACÚSTICA

Todas as salas de aula são dotadas de boa audição interna.

⇒ ILUMINAÇÃO

Todas as salas de aula possuem iluminação artificial.

⇒ CLIMATIZAÇÃO

Todas as salas de aulas são climatizadas.

⇒ MOBILIÁRIO

Todas as salas de aula possuem: Carteiras para alunos e mesas e cadeiras para Professores.

⇒ LIMPEZA

As salas de aulas e as áreas livres dispõem de cestas para coleta de lixo e são mantidas limpas.

⇒ RECURSOS TECNOLÓGICOS

As salas de aula possuem data-shows disponíveis (a partir de reserva na coordenação de TI) e acesso à internet em todas as salas.

6.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O acesso dos alunos a equipamentos de informática é feito a partir de um laboratório de informática.

O Laboratório de Informática se constitui para uso em aulas práticas e para que os estudantes aprimorem seus conhecimentos técnicos e executem trabalhos acadêmicos.

A permanência dos estudantes é acompanhada por monitores, em tempo integral, com a finalidade de orientá-los, de acordo com as necessidades instrucionais.

Outrossim, deve-se destacar a quantidade grande de computadores disponíveis na biblioteca para o uso de pesquisa e trabalhos acadêmicos.

O acesso aos equipamentos do Laboratório de Informática será realizado por ordem de chegada, enquanto houver disponibilidade desses.

Além disso, há wifi disponível em todos os espaços da IES.

6.6 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

Os laboratórios de formação básica atenderão às disciplinas de formação básica do curso que são abordadas nos quatro primeiros semestres do curso (tronco comum).

Eles permitem a realização de experiências práticas, projetos e pesquisas orientadas aos alunos no currículo inicial.

Afinal, é imperativo que alunos possam comprovar os resultados teóricos obtidos através de experiências práticas, inclusive nas fases iniciais do curso.

Esses laboratórios, além de bem equipados, estão afinados com a proposta base, ou seja, ambientes dedicados que permitem a concentração de ideias e objetivos muito bem definidos para a produção de conhecimento e pesquisa, pois a utilização de equipamentos e tecnologias atuais nos procedimentos e na estrutura traz como consequência um processo de aprendizado racional e rápido.

Além disso, esses laboratórios devem ainda ter como propósito, contribuir para a formação de indivíduos tecnologicamente atualizados e competentes.

Para o curso de Licenciatura em Educação Física estão previstas atividades acadêmicas a serem desenvolvidas nos laboratórios, sempre sob a supervisão de pessoal qualificado. A coordenação de curso encarrega-se de acordar com os professores os horários que devem utilizar o parque de equipamentos e desenvolver práticas discentes.

Os Laboratórios de Formação Básica serão:

- a) Laboratório de Anatomia
- b) Laboratório de Microbiologia
- c) Avaliação Física

6.7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR

TOMBAMENTO, ACESSO E CONSULTA:

Toda a bibliografia do curso de Licenciatura em Educação Física está devidamente tombada e com acesso tanto aos alunos, quanto aos professores e gestores do curso, seja no âmbito físico (softwares de gestão da biblioteca) ou digital (web).

ATUALIZAÇÃO DO ACERVO:

A atualização do acervo é feita semestralmente a partir da indicação dos professores responsáveis pelos componentes curriculares na semana pedagógica e enviado à mantenedora para compra.

Da mesma forma, é disponibilizada toda a plataforma digital da Pearson integralmente para que os professores possam pesquisar os livros que se adequam as necessidades do curso.

Outrossim, livros como Vade Mecum etc, são atualizados atualmente pela própria biblioteca a partir de pedido de compra à mantenedora que já possui reserva de orçamento anual previsto para tal.

De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo bibliográfico e não-bibliográfico, os critérios de seleção e aquisição adotados são os seguintes:

- Adequação do material aos objetivos do curso e das disciplinas;
- Autoridade do autor e editor;
- Atualização e qualidade do material com idioma acessível aos clientes;
- Conhecimento do acervo;
- Uso de instrumentos auxiliares (catálogos de distribuidores de material informacional).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Para o curso de Licenciatura em Educação Física o CESBA deu preferência às bibliografias virtuais, em razão da rápida atualização que se fazem tais suportes digitais o que é extremamente necessário ao curso em tela. Outrossim, deve-se destacar a própria característica da IES de busca por se diferenciar como uma instituição que busca na inovação e na inclusão tecnológica a marca e o diferencial também dos seus alunos.

Desse modo, o NDE se reuniu e fez a indicação de cada um dos livros utilizados para o curso, sendo que todos estão tombados e devidamente referendados em relatório disponível para a comunidade acadêmica e MEC – Ministério da Educação.

Para cada componente curricular foram escolhidos o mínimo de 3 títulos para a bibliografia básica e 3 para a complementar, mas que devem ser atualizados sistematicamente a cada semestre pelo colegiado, conforme as necessidades do curso.

(VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR DO CURSO)

6.8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

(VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR DO CURSO)

6.8.1 Periódicos

No que tange às Revistas de circulação que são necessárias para atualização das notícias acerca da movimentação e descobertas científicas na área da educação e dos Periódicos Especializados.

Neste sentido, o curso disponibiliza na biblioteca virtual e no site institucional o acesso às revistas indexadas de maior circulação e indicadas pelos docentes para que os alunos possam pesquisar e se utilizar do material, inicialmente conforme segue (a lista é atualizada sistematicamente):

BASE DE DADOS	ISSN	QUALIS	LINK	Periodicidade
REVISTA MOTRICIDADE	2182-2972	B1	http://revistas.rcaap.pt/motricidade	Trimestral
REVISTA MOVIMENTO	0104-754X	A2	http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/index	Publicação contínua
FITNESS & PERFORMANCE JOURNAL	1676-5133	B4	http://www.fpjournal.org.br/revistas.php	Trimestral
REVISTA BRASILEIRA DE BIOMECÂNICA	1518-8191	B2	http://citrus.uspnet.usp.br/biomecan/ojs/index.php/rbb/index	Semestral
REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA E MOVIMENTO	0103-1716	B2	https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM	Trimestral
REVISTA PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DO DESPORTO	1645-0523	B4	https://rpcd.fade.up.pt/entradaPT.html	Quadrimestral
REVISTA BRASILEIRA DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	2175-3598	B2	http://www.revistas.usp.br/jhgd/about	Quadrimestral
REVISTA BRASILEIRA DE PRESCRIÇÃO E FISIOLÓGIA DO EXERCÍCIO	1981-9900	B3	http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex	Bimestral
REVISTA DA EDUCAÇÃO FÍSICA/UEM	2448-2455	B1	http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis	publicação contínua
REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE	2179-3255	B1	http://rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/search/advanced	Anual

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE	1981-4690	B1	http://www.revistas.usp.br/rbefe	Trimestral
REVISTA BRASILEIRA DE ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE	2317-1634	B2	http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS	publicação contínua
REVISTA BRASILEIRA DE MEDICINA DO ESPORTE	1806-9940	A2	http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_1517-8692/lng_pt/nrm_iso	bimensalmente
REVISTA BRASILEIRA DE REABILITAÇÃO E ATIVIDADE FÍSICA	2238-5428	B5	http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/rbraf	Não divulgado
Revista Motrivivência	2175-8042	B2	http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/index	Trimestral
Motriz. Revista de Educação Física. UNESP	1980-6574	B1	http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/motriz/issue/view/760	Trimestral
CONEXÕES: Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP	1983-9030	B3	http://polaris.bc.unicamp.br/seer/fef/archive.php	publicação contínua
Lecturas: Educación Física y Deportes Revista Digital	1514-3465	C	http://www.efdeportes.com/	mensal
Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte	1980-6892	B3	http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef	Semestral
Revista Licere	1981-3171	B2	http://www.eeffto.ufmg.br/licere/home.html	
Arquivos em Movimento	1809-9556	B4	https://revistas.ufrj.br/index.php/am	Semestral
Revista Paulista de Educação Física	2003-1220	B2	http://www.revistas.usp.br/rpef	publicação contínua

6.9 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às dependências da IES, o CESBA constituiu políticas que visam a acessibilidade e atendimento prioritário.

Trata-se de um Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário que tem como objetivo promover a acessibilidade e inclusão de acadêmicos deficientes matriculados na instituição, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações, bem como oferecer o atendimento prioritário e tratamento especial para acadêmicos e usuários em geral em situações que os impossibilitem de frequentar as aulas ou de constituir processos dentro da IES.

Entende-se por acadêmicos com necessidades especiais aqueles que apresentam problemas de deficiência física/motora, sensorial visual e auditiva; Atendimento Prioritário aquele dispensado às gestantes, aos idosos e pessoas com crianças no colo; Tratamento Especial aquele dispensado aos acadêmicos que por motivo de saúde fica impossibilitado de frequentar às aulas.

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS OFERECIDOS

A instituição no que se refere a infraestrutura e serviços oferecidos, considerando os dispositivos legais existentes, proporciona aos seus acadêmicos a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos acadêmicos e das edificações, a saber:

Para Usuários Com Deficiência Física/ Motora:

- I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do acadêmico permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo, como: salas de aulas, laboratórios, sanitários, biblioteca, copiadora, cantina, serviços administrativos, coordenações e áreas de convivência.
- II. Acesso ao andares através de rampas ou elevadores.
- III. Delimitação de vagas em estacionamento na porta da faculdade.
- IV. Construção de rampas com corrimão, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- V. Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, sinal de emergência, sanitário especial e barras de apoio.

VI. Colocação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para os usuários com Deficiência Visual:

I. Mapeamento dos espaços de circulação – da entrada e calçada da faculdade até o seu interior.

II. Identificação dos espaços acadêmicos em braile

III. Colocação de anel tátil nos corrimãos

IV. Placa de início e final de corrimãos.

V. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

a) Computador com teclado Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;

b) Gravador e fotocopadora que amplie textos;

c) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;

d) Software de ampliação de tela do computador;

e) Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;

f) Lupas, régua de leitura;

g) Scanner acoplado a computador;

h) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para os usuários com Deficiência Auditiva:

I. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, apoio aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva.

II. Haverá serviços de tradutor e intérprete da LIBRAS, quando necessário e outras iniciativas, como:

a) Colocação de LIBRAS como componente curricular obrigatório;

b) Oferta de cursos de LIBRAS para docentes terem conhecimento acerca da singularidade linguística da pessoa surda, manifesta em sua produção escrita, e de como deve considerá-la em situações de avaliação;

c) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;

d) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita;

- e) Presença de profissional intérprete de LIBRAS em todas as reuniões de que participem surdos;
- f) Incentivo para que os bibliotecários conheçam LIBRAS;
- g) Garantia da divulgação de informações aos docentes para que se esclareça especificidades linguísticas dos surdos.

Os Meios de Comunicação e Informação:

Sabe-se que os recursos tecnológicos, multimeios, multimídias, jornal, celular, blogs, produções audiovisuais, leituras youtube, vídeos, rádio, quadrinhos, livros etc., estão sendo utilizados com maior frequência nos espaços acadêmicos, exigindo da equipe pedagógica capacitações que possibilitarão sua mediação na aprendizagem de forma mais segura e eficaz.

Para que todos tenham acesso às novas tecnologias de informação e comunicação será garantida à equipe pedagógica capacitações frequentes e além disso, outras ações, tais como:

- a) Disponibilização de recursos visuais multimídias através da tecnologia da informação e comunicação.
- b) Atualização do site institucional para atender condições de ampliação da tela e texto, melhorando a acessibilidade do site.
- c) Disponibilização de telefone com transmissão de textos.
- d) Implantação de sinalização nas rotas de fuga e saídas de emergência com informações visuais e sonoras para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- e) Providências para manutenção e sinalização das vias de circulação interna da instituição.
- f) Implantação de sinalização, incluindo mapas táteis, para deficientes visuais.

Faz-se necessário oportunizar momentos de ajuda técnica especializada à equipe pedagógica quanto às orientações para o uso de multimeios e mídias adaptadas na didática docente para o acadêmico com surdez que acessibilizarão o conteúdo curricular, em nome da educação de qualidade para todos.

A faculdade se compromete a organizar sala com recursos multifuncionais que se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos discentes dos cursos da

instituição, onde se realizarão atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

Nessas salas, os discentes poderão ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, sendo que o número de acadêmicos por docente no atendimento educacional especializado deve ser definido, levando-se em conta, fundamentalmente, o tipo de necessidade educacional que os acadêmicos apresentam.

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

Fica garantido atendimento prioritário, conforme dispositivos legais, às gestantes e idosos. Essa prática inclui:

- a) Divulgação, em lugar visível, do direito ao atendimento prioritário.
- b) Disponibilidade de assentos de uso preferencial sinalizados.
- c) Preferência no atendimento.

TRATAMENTO ESPECIAL

Existem casos excepcionais em que o acadêmico incapacitado de frequentar os trabalhos escolares, nos termos da Lei, para resguardar o seu direito à Educação, terá assegurado um regime de exercícios domiciliares. Esse tratamento especial consiste na atribuição, ao acadêmico, de exercícios domiciliares, com indicação e acompanhamento docente, para compensar sua ausência às aulas. Igualmente, a critério da Coordenação do Curso o acadêmico poderá prestar, em outra época, os exames que ocorrerem no período de afastamento.

Podem se beneficiar deste regime de tratamento especial:

- a) acadêmicos portadores de afecções congênitas ou adquiridas, doenças infectocontagiosas, traumatismos ou outras condições mórbidas que impeçam, temporariamente, a frequência às aulas, “desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes” e que “a duração não ultrapasse o máximo ainda admissível,

em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico”, incluindo, entre outros, os quadros de “síndromes hemorrágicas, asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas etc. (Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, convalidado pelo Parecer CNE/CEB n. 6, de 7 de abril de 1988;

b) alunas grávidas, a partir do 8º (oitavo) mês de gestação e durante 3 (três) meses. O início e o fim do período permitido para o afastamento será determinado por atestado médico apresentado a instituição. Em casos excepcionais mediante comprovação também por atestado médico, poderá ser aumentado o período de afastamento, antes e depois do parto. Será sempre assegurado, a essas acadêmicas, o direito de prestar os exames finais (Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975).

7 ANEXOS

7.1 REGULAMENTO DAS DISCIPLINAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES (EIXO COMUM) E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS (EIXO ESPECÍFICO)

1. DAS CARACTERÍSTICAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

Tratam-se de unidades curriculares que compõem o processo curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA.

Por suas especificidades e características, a elaboração das disciplinas Práticas Interdisciplinares e Práticas Pedagógicas reger-se-á por este regulamento específico.

1.1. Da Carga – Horária

No Curso de Licenciatura em Educação Física, a carga horária semestral das disciplinas Práticas Interdisciplinares e Práticas Pedagógicas constituir-se-á de horas/aula divididas e previstas da seguinte maneira:

- a) ***Parte das horas/aula semestrais para estudo do tema pelo aluno e orientação dos professores.***
- b) ***Parte das horas/aula de Prática como Componente Curricular que se estabelecem a partir de atividades práticas articuladas entre dos órgãos públicos e ou privados (aqueles que estiverem conveniados com o CESBA) que constituam interesse de pesquisa e aprofundamento de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas de Licenciatura em Educação Física, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos.***

Obs.* Ao final do semestre o aluno deverá expor os trabalhos nas dependências da IES na semana de Práticas, devidamente constituída em calendário escolar no início do semestre letivo do Curso, visando socializar os resultados do trabalho.

Obs.** O professor da disciplina será responsável por coordenar e constituir o cronograma e horários da socialização dos trabalhos.

2. DO OBJETIVO GERAL

As Prática Interdisciplinares e Práticas Pedagógicas, em cada um dos períodos ofertadas na estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física, tem por objetivo geral: Proporcionar aos alunos o encontro com o cenário da Educação Física Escolar e das Escolas, bem como com as singularidades culturais das quais fará parte.

Esses componentes curriculares também têm por meta possibilitar ao discente a intercomunicação entre as disciplinas estudadas aplicando e traduzindo os conhecimentos teóricos, técnicos e práticos, adquiridos durante sua formação acadêmica, traduzindo-os de forma concreta na elaboração de um projeto específico para melhor compreensão da realidade em que se insere social e profissionalmente.

3. DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Aproximar o aluno do seu ambiente de trabalho;
- b) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre as disciplinas estudadas, numa perspectiva curricular horizontal e vertical;
- c) Promover atividades de investigação e coleta de informações;
- d) Despertar nos discentes o gosto e a prática da investigação científica;
- e) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- f) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados nas disciplinas teóricas;
- g) Registrar as conclusões dos participantes do projeto por meio de banner, artigos, exposição dos resultados em mural e do projeto nos meios de comunicação como internet e jornal, tudo com o norte de disseminar o conhecimento e a prática autônoma de estudos e tomada de decisão.
- h) Possibilitar a aplicação dos conhecimentos teóricos, técnicos e práticos dos fundamentos da ética e da responsabilidade social, da didática, da metodologia científica no contexto escolar;
- i) Compreender a natureza e a forma da prática nas escolas;
- j) Estudar e entender a educação do ponto de vista pessoal e social;

- k) Fomentar o desenvolvimento da prática socialmente responsável adquirida durante sua formação acadêmica, traduzindo-a de forma concreta na elaboração de um projeto específico para melhor compreensão da realidade;
- l) Exercitar o trabalho em equipe, divisão de tarefas, bem como das responsabilidades assumidas;
- m) Vivenciar o ambiente escolar, bem como suas especificidades regionais.

4. DAS NORMAS PARA ELABORAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPES

4.1 – Para a realização do componente curricular, o aluno deverá estar regularmente matriculado na disciplina de mesmo nome.

4.2 - O projeto prático interdisciplinar deverá ser elaborado em equipe, entre 05 (cinco) no mínimo e 08 (oito) integrantes no máximo.

PARÁGRAFO ÚNICO: A composição dos grupos será definida pelos alunos em formulário anexo a este regulamento, bem como a indicação do professor responsável pelas disciplinas Práticas Interdisciplinares e Práticas Pedagógicas.

4.3 - As equipes formadas serão orientadas pelos professores das disciplinas em questão e, quando necessário, por outros docentes do curso em acordo com a coordenação de curso.

4.4 - O tema proposto no semestre poderá ser indicado pelo docente, desde que aprovado pela coordenação de curso. Os temas / títulos deverão ser definidos pelos professores; ou, ainda, poderão ser estabelecidos antecipadamente no ementário do Projeto Pedagógico do Curso, ou pela Coordenação do Curso a critério desta última.

4.5 O trabalho também poderá ter como parâmetro, desde que devidamente autorizado pelo professor ou pré-determinado no Projeto Pedagógico do Curso, um estudo de caso real, a partir de dados reais, identificados em instituições devidamente credenciadas conveniadas com a IES, consoante Termo de Autorização e Convênio previamente celebrados entre a IES e a escola.

4.6 – Para a elaboração do trabalho, os alunos deverão seguir as orientações de cada um dos professores que compõem o semestre em curso, bem como se comprometer a entregar os relatórios em data previamente estabelecida pelo professor orientador responsável.

4.7 – Os trabalhos (em conformidade com o roteiro anexo) deverão ser entregues de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) atualizadas, em versão espiralada para apreciação e avaliação e em apresentação no formato Pôster.

4.8 – As notas atribuídas aos trabalhos serão de responsabilidade dos professores da disciplina em data estabelecida por esse e compatível com o período de inserção junto ao sistema acadêmico da IES.

4.10 – Caberá a apresentação dos resumos dos resultados do trabalho a **todos os integrantes do grupo, sem exceção, na forma de banner, painel e/ou artigo publicado em revista da área** tomando-se por base a média geral para o desempenho individual de cada integrante.

Parágrafo primeiro – Caso algum integrante não venha a participar de forma concreta do trabalho (apresentado no rodapé do objeto) e, quando necessário na forma de apresentação oral acerca do painel ou banner, a nota atribuída a ele será zero, não prejudicando os demais do grupo.

Parágrafo segundo – O tempo destinado à apresentação será o tempo cabível de exposição do material em lugares específicos da IES, na forma de mostra e/ou exposição.

4.11 Os melhores trabalhos poderão ser reapresentados em data estabelecida pela coordenação do curso e pelo professor orientador responsável, em outros eventos internos e/ou externos.

5. DA ATRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES DO PERÍODO (SEMESTRE)

5.1 - Caberá aos professores que compõem a disciplina em questão, a orientação dos trabalhos de campo dos alunos e a todos os grupos.

5.2 - Os professores deverão estimular a contemplação da unidade curricular sob sua responsabilidade, evidenciando o trabalho interdisciplinar, prevalecendo à visão sistêmica por parte dos alunos.

5.3 – Caberá ao professor da disciplina garantir a interdisciplinaridade dos trabalhos, bem como da orientação das normas junto ao colegiado do curso.

5.4 – Caberá aos professores da disciplina, quando necessário, a solicitação junto ao Núcleo de Estágio para a celebração de convênios e emissão do Termo de Autorização para essa finalidade.

6. DOS CRITÉRIOS DE ENTREGA E AVALIAÇÃO

6.1 – Os trabalhos finais deverão ser entregues em data previamente estabelecida em calendário próprio e local especificado pelo professor responsável, e não serão aceitos protocolos posteriores, remanejamento, substituição ou troca de integrantes após o protocolo, sob nenhuma hipótese.

6.2 - Caso seja detectado que o trabalho não é inédito, não tenha sido feito pelos integrantes da equipe ou em concordância com as normas descritas nesse Regulamento, o mesmo poderá ser recusado pelos professores e a equipe ficará com nota (0,0) zero na avaliação, sem direito a novo protocolo.

6.3 - Os integrantes das equipes que não conseguirem nota mínima 7,0 (sete) estarão automaticamente reprovados na disciplina, devendo os mesmos a cumprirem no regime de dependência no período letivo seguinte.

6.4 O sistema de avaliação obedecerá ao seguinte critério de pontuação:

- a. Parte escrita - (NP1): 5 pontos.
- b. Avaliação do Professor – (NP1): 5 pontos.
- c. Parte de pôster e apresentação do grupo (NP2): 10 pontos

7. DA ORGANIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES

PARÁGRAFO ÚNICO: As equipes deverão cumprir as atividades nas datas e horários previstos. Este critério será avaliado durante o período letivo pelo professor, que observará itens como a formação do grupo, a participação de todos os componentes no projeto (avaliada por meio de entrevista individual, ou por informações repassadas pelos líderes de equipe) e a apresentação dos trabalhos teóricos e práticos. Atas de reuniões para o desenvolvimento do trabalho deverão ser anexadas no relatório final (um mínimo de 02 reuniões deverão ser comprovadas), a critério do professor (a).

8. DO PÔSTER

8.1 - A apresentação teórica deverá ser feita por **meio de pôster (dimensões de 800 mm de largura por 1200 mm de altura)** e valerá **50% da nota final da disciplina (Conforme Cap. 6)**. A equipe deverá montar o painel em material sintético próprio para *banner* ou,

quando autorizado pela coordenação de curso, em papel cartão ou cartolina, e fixar no espaço reservado para essa finalidade.

8.2 - O Pôster deverá conter todas as informações inerentes ao trabalho, dispostas na forma de introdução, desenvolvimento, conclusão e bibliografia.

8.3 - A avaliação do pôster será feita pelo professor do período, sendo considerada no final a média das notas, observando:

- a. as respostas às questões formuladas nas várias disciplinas.
- b. Interdisciplinaridade das observações, conclusões e respostas;
- c. discussão das questões envolvidas;
- d. criatividade e metodologia científica;
- e. a escrita: planejamento, organização, estilo e qualidade geral do texto.

Este regulamento entrará em vigor a partir do primeiro semestre de funcionamento do Curso.

ANEXO I

FORMULÁRIO DE COMPOSIÇÃO DE GRUPOS DA PRÁTICA

Curso			
Período		Turma	
Professor			
Tema			

COMPONENTES/EQUIPE	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8	

LÍDER DA EQUIPE	
Nome	
Contato/email	
TÍTULO DO TRABALHO	

ANEXO II – ROTEIRO DO TRABALHO ESCRITO

- **CAPA** (elemento obrigatório)
- **FOLHA DE ROSTO** (elemento obrigatório)
- **FOLHA DE APROVAÇÃO** (elemento obrigatório)
- **DEDICATÓRIA** (elemento opcional)
- **AGRADECIMENTOS** (elemento opcional)
- **LISTA DE ILUSTRAÇÕES** (se necessário)
- **LISTA DE TABELAS** (se necessário)
- **SUMÁRIO** (elemento obrigatório)
- **INTRODUÇÃO** (elemento obrigatório): **Apresentação do tema** (ênfase na interdisciplinaridade), **Objetivos** (pretensões do projeto), **Justificativa** (relevância do estudo), **Objeto de Pesquisa** (formulação de um problema/pergunta que se pretende resolver/esclarecer por intermédio da pesquisa), **Metodologia** (caminho adotado para elaboração do projeto, como por exemplo, pesquisa bibliográfica e visita técnica) e **Nome da Escola ou Instituição Estudada/Pesquisada**.

1 DESCRIÇÃO DO NÍVEL EDUCACIONAL (INFANTIL, ANOS INICIAIS, EJA, OUTROS)

* (elemento obrigatório):

2 DESCRIÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA* (elemento obrigatório):

2.1 BREVE HISTÓRICO:

Processo de formação e funcionamento da escola.

2.2 MISSÃO/VALORES: Objetivos da escola, valores, etc.

3 DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO* (elementos obrigatórios):

- **Diagnóstico:** Analisar as expressões das questões sociais, políticas públicas e / ou ações privadas assim como ONGs como foco de pesquisa identificando as fragilidades e potencialidades, os acertos e os conflitos levando em consideração os cenários passados e presentes com base em análise do grupo e levantamento bibliográfico sobre o assunto.
- **Prognóstico:** Avaliação da situação futura (consequências) por meio da construção de cenários obtidos no diagnóstico. Há necessidade de embasamento bibliográfico.

4 PROPOSIÇÃO DE SUGESTÃO* (elemento obrigatório): Identificação do problema das organização e proposição de solução e/ou melhoria social, com base nos diagnósticos e prognósticos levantados. Há necessidade de embasamento bibliográfico.

- **CONCLUSÃO** (elemento obrigatório): Resumo completo e sistematizado das argumentações apresentadas no desenvolvimento do trabalho (Descrever as conclusões identificadas pelo grupo. As dificuldades encontradas no trabalho também podem ser destacadas).

- **REFERÊNCIAS** (elemento obrigatório): Descrever as Referências Bibliográficas (relação das obras consultadas) utilizadas durante o desenvolvimento do trabalho.

- **ANEXO** (se necessário): Inclusão de documentos não elaborados pelos autores, objetivando a compreensão e clareza de alguns pontos elucidados no corpo do trabalho.

7.2 NORMAS PARA AS ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL (ATIVIDADES COMPLEMENTARES)

I - Disposições Preliminares

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA , no uso de suas atribuições, divulgam as Normas de Funcionamento das Atividades de Complementação Profissional, destinadas ao curso de graduação em Licenciatura em Educação Física .

Art. 1º Estas normas disciplinam o planejamento, a oferta, o funcionamento e o registro acadêmico das Atividades de Complementação Profissional que compõem o currículo do curso de graduação em Licenciatura em Educação Física do CESBA , em sua sede e demais unidades acadêmicas, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a total aprovação nos módulos que constituem o currículo do curso, bem como a obtenção do grau correspondente.

II – Das Atividades de Complementação Profissional

Art. 2º Entende-se por Atividades de Complementação Profissional aquelas de caráter extracurricular que possibilitam ao aluno adquirir conhecimentos importantes para sua formação pessoal e profissional, e cujo planejamento, oferta, organização e avaliação devem levar em conta os objetivos definidos pelo Projeto Pedagógico de cada curso.

Art. 3º As Atividades de Complementação Profissional, doravante denominadas simplesmente como “ACs”, compõem o currículo mínimo do curso de graduação em Licenciatura em Educação Física do CESBA , como se segue:

Curso	Carga Horária Total das ACs	Carga Horária Semestral das ACs
Licenciatura em Educação Física	80 horas devidamente comprovadas	20 horas devidamente comprovadas

Art. 4º São consideradas para efeito de Atividades de Complementação Profissional:

I– Atividades de pesquisa:

- a) iniciação científica sob tutoria de docentes;
- b) pesquisa realizada sob orientação de docentes;
- c) publicação de resenhas ou resumos de artigos que resultem em pesquisa;
- d) assistência a defesa de monografias ou projetos finais de curso.

II- Atividades de extensão:

- a) atividades de disseminação de conhecimentos (seminários, conferências, ciclo de palestras, oficinas, visitas técnicas, entre outras);
- b) atividades de prestação de serviços (assistências, assessorias, estágio não obrigatório e consultorias);

III- Atividades de ensino:

- a) disciplinas não previstas na organização curricular do curso, desde que alinhadas ao perfil de formação do egresso;

TIPO DE ATIVIDADE	Carga horária Mínima por período	Carga horária máxima por período
PESQUISA	0	25
Iniciação científica	0	25
Pesquisa	0	25
Publicações	0	25
Assistência a monografias, dissertações e teses	0	25
ENSINO		
Disciplinas não previstas	0	25
Monitoria	5	25
Estágio Extracurricular	10	25
EXTENSÃO		
Seminários, conferências, palestras, oficinas e visitas técnicas	2	10
Assistência, assessoria ou consultoria técnica	2	10
Eventos	2	10

b) monitoria em disciplinas constantes da organização curricular;

Parágrafo Único Os critérios para validação das Atividades de Complementação Profissional encontram-se no Anexo I deste documento.

Art. 5º O cumprimento da carga horária de Atividades de Complementação Profissional dar-se-á a partir da apresentação de certificados na Secretaria Acadêmica em horários e datas a serem disponibilizados semestralmente no calendário acadêmico da IES.

Art. 6º O curso poderá optar por constituir um local específico para organizar, avaliar e validar as Atividades de Complementação Profissional na coordenação de curso. Neste caso, o aluno deve protocolar na Coordenação de Curso o comprovante de cumprimento de cada atividade, com a especificação da entidade emissora do certificado, o nome do curso e sua carga horária.

Parágrafo Único A Coordenação de Curso deve, até a data limite para o encerramento do semestre letivo, emitir parecer sobre a atividade, com respectivo registro no histórico escolar do aluno, no caso de deferimento do pedido.

ANEXO I

CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL NA GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

CRITÉRIO GERAL: O registro acadêmico das Atividades de Complementação Profissional, bem como a validação do módulo ao qual se referem às horas, estão condicionados à apresentação, pelo aluno, de documento comprobatório (original e cópia) da atividade realizada ao Coordenador do Curso, e estará sujeito a aprovação.

ATIVIDADES DE ENSINO:

1. Disciplinas não Previstas:

a. *Cursadas no CESBA :*

- i. O aluno deverá se inscrever na disciplina não prevista na matriz curricular de origem durante o período normal de matrícula e/ou inscrição em disciplinas isoladas.
- ii. A confirmação da inscrição dar-se-á respeitando-se o número de vagas ofertado e estará sujeita a aprovação das Coordenações dos Cursos, respeitando o Projeto Pedagógico de cada curso.
- iii. O aluno inscrito na disciplina como Atividades de Complementação Profissional será submetido aos mesmos critérios de frequência e avaliação que os alunos regulares.
- iv. O documento comprobatório para o registro da Atividades de Complementação Profissional é o Histórico Escolar atualizado do aluno contendo a aprovação na referida disciplina.
- v. A carga horária atribuída a uma disciplina não prevista como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo II.

b. *Cursadas fora do CESBA :*

- i. Considera-se como Atividades de Complementação Profissional do tipo disciplina não prevista, e que tenha sido cursada em outra Instituição de Ensino, aquela que não seja objeto de processo de pedido de isenção em qualquer tempo, desde que alinhada com o Projeto Pedagógico do Curso, e sujeita à aprovação da Coordenação de Curso.
- ii. Os documentos comprobatórios para o registro da Atividades de Complementação Profissional são o Histórico Escolar e o Plano de Ensino Oficial da Disciplina (originais e cópias) da Instituição de Ensino de origem.

- iii. O registro da Atividades de Complementação Profissional está sujeito à aprovação da Coordenação de Curso, que realizará a comparação entre o Projeto Pedagógico do curso de graduação em que o aluno encontra-se matriculado e o Conteúdo Programático da disciplina cursada.
- iv. A carga horária atribuída a uma disciplina não prevista como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo II.

ATIVIDADES DE PESQUISA

1. Iniciação Científica sob Tutoria de Docentes

- a. Será realizado processo seletivo interno para Iniciação Científica de acordo com as necessidades específicas do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica do CESBA ..
- b. A divulgação das vagas, o processo seletivo e seus respectivos critérios são responsabilidade exclusiva do referido núcleo, cabendo à Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física prestar suporte sempre que solicitada.
- c. Compete ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação do Curso um relatório sobre o aluno orientado constando de frequência, descrição das atividades realizadas e avaliação de desempenho. Este documento funcionará como comprovação para o registro da Monitoria como Atividades de Complementação Profissional.
- d. O registro da carga horária atribuída à Iniciação Científica como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo 2.

2. Pesquisa Realizada sob Orientação de Docentes

- a. Considera-se como pesquisa orientada por docente aquela em que o orientador seja professor atuante no Curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA e cujo conteúdo esteja de acordo com o Projeto Pedagógico do referido curso.
- b. Não serão aceitas pesquisas realizadas antes do ingresso do aluno no curso de graduação do CESBA .
- c. O aluno pode participar de projetos de pesquisa fora do âmbito da Instituição, desde que devidamente autorizado pelo Coordenador de Curso e validada a sua participação junto ao Núcleo de Pesquisa do CESBA .
- d. Cabe ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação de curso, para efeito de registro:

- i. Identificação completa do professor e do aluno orientado.
 - ii. Identificação completa da Instituição de Ensino mantenedora da pesquisa (se houver).
 - iii. Cópia da pesquisa:
 - ⇒ Monografia sobre o “estado da arte”; ou
 - ⇒ Projeto aprovado.
 - e. O registro da carga horária atribuída à Pesquisa como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo 2.
3. **Publicação de Resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa**
- a. São consideradas para efeito de Atividades de Complementação Profissional as publicações:
 - i. Registradas pelo ISSN no caso de periódicos.
 - ii. Registradas no ISBN no caso de livros.
 - iii. Constantes dos anais de Congressos Científicos na área de Licenciatura em Educação Física ou afins.
 - b. Somente serão aceitos como Atividades de Complementação Profissional os trabalhos publicados no período em que o aluno encontrar-se regularmente matriculado no CESBA e que possuam pertinência com o Projeto Pedagógico da graduação em curso.
 - c. As publicações devem ser apresentadas à Coordenação de Curso (original e cópia) para fins de comprovação.
 - d. O registro da carga horária atribuída à Publicação como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo 2.
4. **Assistência a Defesa de Monografias ou Projetos de Finais de Curso**
- a. São considerados Assistentes, para efeito de Atividades de Complementação Profissional, os alunos que atuarem diretamente no apoio a projetos de Monografias, Dissertações de Mestrado ou Teses de Doutorado dentro ou fora do CESBA, desde que a assistência tenha ocorrido durante o período em que o aluno esteja regularmente matriculado e cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico de seu curso.

b. Cabe ao aluno apresentar à Coordenação de Curso um relatório emanado do autor principal e/ou da Instituição de Ensino onde ocorreu a assistência contendo:

- i. Identificação completa do aluno, do autor principal e da Instituição de Ensino.
- ii. Data da defesa, título e categoria do trabalho (Monografia, Dissertação ou Tese).
- iii. Relato sobre a participação do aluno no trabalho.
- iv. Cópia do trabalho.

c. O registro da carga horária atribuída à Assistência como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo 2.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

5. Disseminação de Conhecimentos

a. As atividades de disseminação de conhecimentos validadas como Atividades de Complementação Profissional, seus requisitos e carga horária atribuída obedecem ao quadro abaixo:

Tipo de Atividade	Requisitos
Defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso	Participação de defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso do curso de graduação em que se encontra regularmente matriculado no CESBA , exceto quando mencionado como autor. Apresentação de documento assinado pela banca examinadora ou professor orientador do trabalho atestando a presença do aluno no evento.
Cursos de Atualização	Cursos realizados dentro ou fora do CESBA cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado e cuja carga horária total seja inferior a 30 (trinta) horas. Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que

	<p>promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver).</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora do CESBA): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo.</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas no CESBA): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividades de Complementação Profissional.</p>
<p>Cursos de Qualificação</p>	<p>Cursos realizados dentro ou fora do CESBA cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado e cuja carga horária total seja igual ou superior a 30 (trinta) horas.</p> <p>Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver).</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora do CESBA): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo.</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas no CESBA): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividades de Complementação Profissional.</p>
<p>Cursos de Certificação Tecnológica</p>	<p>Cursos preparatórios aos exames de qualificação para Certificação Tecnológica realizados dentro ou fora do CESBA .</p> <p>Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e</p>

	<p>Certificação Tecnológica abordada, ou documento oficial de Certificação Tecnológica dentro do prazo de validade.</p>
<p>Cursos de Extensão em áreas afins à Licenciatura em Educação Física</p>	<p>Cursos realizados dentro ou fora do CESBA cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado.</p> <p>Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver).</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora do CESBA): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo.</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas no CESBA): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividades de Complementação Profissional.</p>
<p>Cursos de Língua Inglesa</p>	<p>Cursos de língua Inglesa realizados dentro ou fora do CESBA .</p> <p>Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária semestral total, ou documento oficial de Proficiência Língua Inglesa.</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora do CESBA): 02 (dois) anos, a contar da data de apresentação do mesmo.</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas no CESBA): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividades de Complementação Profissional.</p>

6. Assistência, Assessoria ou Consultoria Técnica

a) Sob o amparo do Núcleo de Práticas do CESBA :

i. São considerados para efeito de Atividades de Complementação Profissional as atividades de assistência, assessoria ou consultoria técnica realizadas no âmbito do CESBA e sob o amparo do Núcleo de Práticas da IES.

ii. A seleção, ingresso e avaliação do desempenho do aluno no Núcleo de Práticas obedecerá aos dispositivos da mesma, sem qualquer interferência da Coordenação de Curso.

iii. Cabe ao professor orientador apresentar à Coordenação de Curso, enquanto durar sua atuação no Núcleo de Práticas, relatório contendo:

1. Identificação completa do aluno.
2. Cargo que ocupa no Núcleo.
3. Descrição sumária das atividades realizadas.
4. Data, carimbo e assinatura do(s) professor(es) orientador(es).

iv. O registro da carga horária atribuída às atividades de prestação de serviços no Núcleo de Práticas obedece ao anexo 2.

a. Atividades de Monitoria:

i. Será realizado processo seletivo interno para Monitoria em disciplinas específicas do Curso de Licenciatura em Educação Física do CESBA de acordo com as necessidades apontadas pelos respectivos Coordenadores de Curso.

ii. A divulgação das disciplinas e do processo seletivo, bem como a operacionalização da Monitoria constará em regulamento próprio da Coordenação Geral de Cursos.

iii. Compete ao professor orientador do Monitor encaminhar semestralmente à Coordenação de Curso um relatório sobre o Monitor orientado constando de frequência, descrição das atividades realizadas e avaliação de desempenho. Este documento funcionará como comprovação para o registro da Monitoria como Atividades de Complementação Profissional.

iv. O registro da carga horária atribuída à Monitoria como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo 2.

b. Extensão Comunitária

- i. São consideradas como Atividades de Complementação Profissional de Extensão Comunitária aquelas realizadas pelo aluno em trabalho voluntário pertinente ao Projeto Pedagógico de seu curso de Graduação, amparadas por projetos sociais mantidos ou não pelo CESBA .
- ii. Compete ao aluno encaminhar à Coordenação de Curso, para fins de registro, documento contendo:
 1. Identificação completa do aluno.
 2. Identificação completa da instituição de saúde e da Instituição mantenedora.
 3. Relatório de atividades realizadas.
 4. Período em que o aluno esteve engajado no projeto.
 5. Data e assinatura de representante da Instituição mantenedora, devidamente identificado.
- iii. O registro da carga horária atribuída à Extensão Comunitária como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo 2.

ANEXO II - QUADRO DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

CATEGORIA DE ATIVIDADE	TIPO	C.H. MÁXIMA
PESQUISA	Iniciação Científica sob Tutoria de Docentes	Até 15 (quinze) horas por semestre letivo de atuação, podendo chegar ao total de 30 horas.
	Pesquisa Realizada sob Orientação de Docentes	Monografia sobre o estado da arte - Até 12 (doze) horas. Projeto aprovado - Até 18 (dezoito) horas.
	Publicação de resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa	Relatório Técnico - Até 15 (quinze) horas por trabalho, podendo chegar ao total de 30 horas. (OBS: O relatório deve ser validado pelo NUPAC) Publicações em Âmbito Nacional - De 05 (cinco) até 30 (trinta) horas, dependendo da qualificação do evento, Segundo classificação CAPES/CNPq. Publicações em Âmbito Internacional - 10 (dez) até 30 (trinta) horas, dependendo da qualificação do evento, segundo classificação CAPES/CNPq.

	Publicação em anais de congressos e afins.	- 10 (dez) horas, dependendo da qualificação do evento, segundo classificação CAPES/CNPq.
EXTENSÃO	Seminários, Conferências, Palestras e Visitas Técnicas	De 01 (zero) até 20 (vinte) horas.
	Defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso	De 2 (duas) a 6 (seis) horas, sendo 2 (duas) horas por evento.
	Cursos de Atualização	Até 30 (trinta) horas
	Cursos de Qualificação	Até 30 (trinta) horas
	Cursos de Certificação Tecnológica	Até 30 (trinta) horas, calculadas como a carga horária total do curso acrescida de 20% (vinte por cento) aos que obtiverem a certificação correspondente.
	Cursos de Extensão em áreas afins à área de Licenciatura em Educação Física	Até 30 (trinta) horas.
	Cursos de Língua Inglesa	Até 16 (dezesesseis) horas, calculadas como 80% (oitenta por cento) da carga horária semestral total do curso, ou 100% das horas aos que apresentarem certificação de proficiência.

	Assistências, Assessorias e Consultorias Técnicas.	Sob o Amparo da Clínica Escola - 20 (vinte) horas por semestre de atuação. Tutoria - 20 (vinte) horas por semestre de atuação. Extensão Comunitária - 20 (vinte) horas por semestre de atuação.
ENSINO	Disciplinas Não Previstas na Organização Curricular do Curso	60 (sessenta) horas por semestre letivo de atuação
	Monitoria em Disciplinas Constantes da Organização Curricular	15 (quinze) horas por semestre por semestre letivo de atuação



7.3 REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE BACABEIRA - CESBA

REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

BACABEIRA

2021

Capítulo I

Da Definição e Finalidade

Art. 1º Entende-se como Estágio Supervisionado o conjunto de atividades práticas direcionadas para o aprendizado e o desenvolvimento de competências e habilidades atinentes às respectivas profissões, realizadas por alunos em empresas, instituições públicas ou privadas e nos núcleos ou laboratórios práticos. As atividades deverão ser acompanhadas pela Faculdade, correspondendo ao curso que contemple em sua estrutura curricular o Estágio Supervisionado a que o aluno estiver regularmente matriculado, obedecendo ao disposto na legislação vigente.

Art. 2º Este regulamento tem por finalidade explicitar as normas que regem o Estágio Supervisionado dos Cursos de Graduação, na modalidade Bacharelado e Tecnológico do CESBA e definir atribuições, normas e procedimentos.

Capítulo II

Dos Objetivos

Art. 3º São seus objetivos:

I - oferecer ao aluno a oportunidade de desenvolver experiências práticas nas áreas de ensino específicas dos cursos de Bacharelado e Tecnológico, de acordo com a estrutura curricular, tendo como base os conhecimentos teóricos vistos em sala de aula, a fim de prepará-lo para o exercício da profissão.

II - incentivar a análise de casos e situações reais.

III - proporcionar ao aluno a oportunidade de propor melhorias nos processos de empresas, instituições públicas e demais organizações.

Capítulo III

Das Condições para Realização do Estágio

Art. 4º São condições para a realização do Estágio Supervisionado que:

- I - o aluno esteja regularmente matriculado;
- II - a organização escolhida pelo aluno atenda os requisitos exigidos pelo curso;
- III- a organização esteja apta à realização do Estágio Supervisionado, tenha um responsável técnico que será a ligação entre a organização e a Faculdade. O responsável técnico deve ser da área de formação profissional do curso;
- IV - não tenha duração inferior ao número de horas práticas estabelecidas na Estrutura Curricular específica do curso;
- V - não possa exceder a 40 (quarenta) horas semanais, ou 08 (oito) horas diárias;
- VI – tenha acompanhamento direto de um Professor Orientador, a fim de facilitar o desempenho do aluno, obedecendo todas as etapas do Estágio.

Parágrafo Único. Os núcleos ou laboratórios práticos da instituição são campos de estágio. O aluno que não conseguir o estágio fora da Faculdade poderá realizar o Estágio Supervisionado no referido período de atuação nestes núcleos ou laboratórios.

Capítulo IV

Do Acompanhamento do Estagiário

Art. 5º O acompanhamento terá como responsáveis:

- I – o Coordenador do curso.
- II – o responsável pelo Núcleo ou Coordenador de Estágio.
- III – um professor orientador.
- IV – supervisor técnico da empresa concedente.

Parágrafo Único. Compete ao Coordenador de curso determinar quem será o professor orientador, visando ao acompanhamento do estágio supervisionado, com anuência do Diretor Acadêmico.

Art. 6º Compete ao responsável pelo núcleo ou laboratório prático:

I - observar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso, segundo disposto na lei 6 494, de 7/12/1977, e decreto nº87.497, de 18/8/1982.

II - assessorar o professor de estágio na orientação pedagógica das atividades do estágio supervisionado.

III - oficializar os documentos que regulamentam a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso.

IV - administrar os núcleos ou laboratórios, informando à Direção Acadêmica os resultados, através de relatórios periódicos.

V - manter o canal de comunicação efetivo com as empresas que compõem o mercado de oferta de estágio, mediante a realização de programa de parcerias empresariais, visando ao fechamento de convênios e à intermediação de vagas de estágio curricular para os alunos.

VI - prezar pelo cumprimento dos objetivos do Estágio Supervisionado, no que se refere a aspectos didático-pedagógicos definidos pela coordenação de cursos e que norteiam a atividade.

VII - aplicar metodologia de organização e acompanhamento de estágio, incluindo atividades de supervisão das visitas e avaliação de Estágio Supervisionado, juntamente com a CPA.

Art. 7º Compete ao Professor Orientador:

I - orientar o aluno na elaboração do seu plano de estágio;

II – apresentar instruções para a realização do estágio, no primeiro encontro entre o professor orientador e seus alunos. Os encontros deverão ser individualizados, obedecendo o horário e o local estabelecido em pauta;

III - preencher relatório específico de acompanhamento do aluno;

IV- utilizar o manual de estágio supervisionado como fonte de apoio às atividades de estágio;

V - receber relatórios parciais e devolver ao aluno. O relatório final deverá ser entregue na Secretaria Acadêmica, para arquivamento na pasta do aluno.

Art. 8º Compete ao supervisor técnico da concedente:

I - observar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso, segundo disposto na lei 6 494, de 7/12/1977, e decreto nº87.497, de 18/8/1982.

II – acompanhar o desenvolvimento do estágio, prezando pelo cumprimento das atividades acertadas no plano de estágio.

III – acompanhar o preenchimento do relatório de estágio.

Art. 9º Compete ao aluno:

I - estar devidamente matriculado;

II - escolher o local de estágio auxiliado pelo Professor Orientador ou por iniciativa própria;

III - elaborar o plano de estágio juntamente com o Professor Orientador;

IV - providenciar a documentação necessária para comprovação de sua situação enquanto estagiário, sendo estes o Termo de Convênio e o Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante e a organização. Esses documentos constituirão comprovantes exigíveis pela autoridade competente da inexistência de vínculo empregatício do estagiário;

V - comprovar condição de acesso à empresa, através da apresentação do Termo de Convênio e do Termo de Compromisso, devidamente assinados e carimbados pelo representante legal da organização e do Núcleo ou Laboratório Prático e Estágio em até 15 dias após o início do estágio;

VII - elaborar o relatório de estágio.

§ 1º O aluno funcionário da organização deverá providenciar a fotocópia da carteira de trabalho, comprovando seu vínculo e área de conhecimento compatível com o curso.

§ 2º A cópia desses documentos deverá ser anexada ao relatório final de estágio, que ficará arquivada na Secretaria Acadêmica;

§ 3º É necessário que a empresa com o qual o estagiário assinou o termo de compromisso seja constituída, esteja em funcionamento e ofereça condições essenciais que permitam ao aluno aplicar seus conhecimentos;

Art. 10º O aluno poderá realizar o estágio supervisionado no referido período de atuação no Núcleo ou Laboratório Prático da Faculdade (se for o caso).

Art. 11º Cada aluno terá um único professor orientador, que será o responsável pelas instruções necessárias para o desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado, acompanhamento e lançamento das notas no sistema.

Parágrafo único. A formatação dos relatórios deverá obedecer às normas ABNT.

Art. 12º O aluno que for proprietário de empresa, atuando na empresa, na área correlata ao seu curso, poderá validar até 50% das horas de estágio curricular supervisionado.

Parágrafo único. Validar-se-á as horas acima descritas na disciplina de estágio curricular supervisionado correspondente.

Capítulo V

Do Seguro Obrigatório

Art. 13º É responsabilidade da Faculdade a inserção de estagiário, devidamente matriculado e com Termo de Compromisso regularizado, na apólice de seguro de acidentes pessoais, segundo disposto no decreto nº87.497, de 1982.

Capítulo VI

Das Disposições Finais



Art. 14º O presente regulamento está sujeito a alterações que se fizerem necessárias para uma manutenção atualizada e coerente com solicitações do mercado e uma adequação do perfil profissional dos cursos, submetidos à apreciação do Conselho Superior.



ANEXO 02 - CONVÊNIO DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES

CESBA-CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE BACABEIRA

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1.121. DOU: 01/11/18

C.N.P.J. nº 19.935.786/0001-67

Rua dos Bacurizeiros, Quadra G, Nº 13, Nova Bacabeira - Bacabeira-MA

CONVÊNIO DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES

Pelo presente instrumento, de um lado, o **Centro de Ensino Superior de Bacabeira**, localizada na Rua Dos Bacurizeiros, Quadra G, Nº13, Nova Bacabeira- Bacabeira-MA, na cidade de Bacabeira, representada pela sua Diretora Geral, **Núbia Costa Bastos**, brasileira, casada, doravante denominada **CONVENENTE** e, de outro lado, **A EMPRESA OU UNIDADE CONVENIADA**.

Razão Social : _____

CNPJ: _____ Inscrição Estadual: _____

Endereço Completo: _____

CEP: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ e-mail: _____

Representante legal: _____

Cargo: _____ CPF _____

Doravante denominada **CONVENIADA**, firmam o presente **CONVÊNIO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: O presente Convênio estabelece cooperação recíproca entre as partes, visando ao desenvolvimento de atividades para promoção da integração ao mercado de trabalho de acordo com os artigos 203, inciso III e 214, inciso V da Constituição Federal através da operacionalização de programas de Estágio de Estudantes.

Parágrafo Primeiro: O Estágio de Estudante, obrigatório ou não, é de interesse curricular e pedagogicamente útil nos termos da Lei nº 6494/77, com as alterações introduzidas pela MP nº 1709/98 (com redação válida nº 2164 - 01 de 24/08/2001, conforme Emenda Constitucional nº 32 de 11/09/2001), regulamentada pelo Decreto da Lei nº 87497/82 da Lei nº 8859/94 e da Lei nº 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na sua regulamentação, tendo como finalidade propiciar ao estudante a complementação do ensino e da aprendizagem;

Parágrafo Segundo: É de responsabilidade da **CONVENENTE** os procedimentos de caráter legal, técnico, burocrático e administrativo necessários à realização dos estágios conforme preceitua o artigo 7º do Decreto nº 87497/82.

CLÁUSULA SEGUNDA: Caberá a **CONVENENTE**:

- Especificar as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos;
- Obter da **CONVENIADA** a identificação e característica dos programas e das oportunidades de estágio a serem concedidas;
- Promover o ajuste das condições de estágio definidas com as disponibilidades da **CONVENIADA**, indicando as principais atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários, observando sua compatibilidade com programas e currículos escolares e com as diretrizes estabelecidas na LDB Lei nº 9394/96;
- Encaminhar à **CONVENIADA** os estudantes cadastrados e interessados nas oportunidades de estágio;

- e) Preparar toda documentação legal referente ao estágio, incluindo a elaboração de convênio, instrumento jurídico de que trata o artigo 5º do Decreto nº 87497/82, bem como elaboração do Termo de Compromisso de Estágio – TCE entre a **CONVENENTE** e o estudante nos termos do parágrafo primeiro do artigo 6º do Decreto nº 87497/82;
- f) Efetivação do Seguro contra Acidentes Pessoais em favor dos estagiários;
- g) Acompanhar a realização do estágio junto à **CONVENIADA**, disponibilizando as informações pertinentes ou que se fizerem necessárias;
- h) Notificar à **CONVENIADA** qualquer irregularidade na situação escolar dos estagiários.

CLÁUSULA TERCEIRA: Caberá a **CONVENIADA**:

- a) Formalizar as oportunidades de estágio, atendendo às condições definidas pela **CONVENENTE** para a realização dos estágios;
- b) Receber os estudantes interessados e informar a **CONVENENTE** os nomes dos aprovados para o estágio;
- c) Assinar conjuntamente os documentos legais providenciados pela **CONVENENTE**, indicados na alínea “e” da Cláusula Segunda;
- d) Cumprir todas as responsabilidades previstas neste convênio e Termos de Compromisso de Estágio celebrados com os estagiários;
- e) Solicitar ao estagiário, a qualquer tempo, documento comprobatório da regularidade de sua situação escolar;
- f) Informar de imediato a **CONVENENTE** sempre que identificar irregularidades no comportamento pessoal e na situação escolar de qualquer estagiário e toda vez que ocorrer rescisão antecipada de qualquer Termo de Compromisso de Estágio – TCE, para as necessárias providências legais e interrupção dos procedimentos técnicos e administrativos, quando for o caso;
- g) Participar da sistemática de acompanhamento, supervisão e avaliação dos estágios, fornecendo dados quando solicitado.

CLÁUSULA QUARTA: O presente Convênio não cria qualquer vínculo empregatício entre os estagiários e a **CONVENIADA**, em razão de sua própria natureza jurídica.

CLÁUSULA QUINTA: O presente Convênio terá vigência por tempo indeterminado, podendo ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes, mediante comunicado por escrito, com antecedência mínima de 30 (Trinta) dias, ficando, porém suspenso o efeito da denúncia até serem concluídos os estágios em curso.

CLÁUSULA SEXTA: A Instituição de Ensino não terá qualquer responsabilidade pelo ressarcimento de danos causados por ato doloso ou culposo do estágio a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade Concedente durante o cumprimento do estágio.

Parágrafo Único: O disposto no “caput” desta cláusula também se aplica aos danos morais e materiais porventura causados a terceiros em decorrência de ato doloso ou culposo do estagiário.

CLÁUSULA SÉTIMA: Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o presente Convênio poderá ser prorrogado, renovado ou modificado, em qualquer época, por mútuo consentimento das partes, mediante Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Bacabeira/MA, _____/_____/ 20XX.

CONVENENTE

CONVENIADA

Testemunhas:

ANEXO 04 – FICHA DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO

CESBA-CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE BACABEIRA
Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1.121. DOU: 01/11/18
C.N.P.J. nº 19.935.786/0001-67

Rua dos Bacurizeiros, Quadra G, Nº 13, Nova Bacabeira - Bacabeira-MA

FICHA DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO: EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome do Estagiário: _____ Matricula _____

Campo de Estágio: _____

Endereço de estágio _____

Cidade: _____

Nome do Orientador local - _____

Professor Orientador do Estágio: _____

Período de Estágio __/__/__ a __/__/__

FATORES DE AVALIAÇÃO	MB		B		R		F		D	
	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1
Qualidade do Trabalho: Considerar a qualidade do trabalho realizado, tendo em vista o que seria desejável.										
Cumprimento de Tarefas: Considerar o volume de trabalho cumprido em relação ao programado.										
Espírito Inquisitivo: Disposição que o estagiário demonstrou para aprender.										
Iniciativa: Demonstração desenvolvida nas atividades sem dependência dos outros										
Assiduidade.										
Disciplina: Observância das normas e regulamentos da empresa.										
Sociabilidade: Facilidade de se integrar com os colegas e atender prontamente as atividades solicitadas.										
Cooperação: Disposição para cooperar com os colegas e atender prontamente as atividades solicitadas.										
Criatividade: Considerar meios, modos e métodos empregados para realizar as tarefas.										
Planejamento: Considerar a demonstração da capacidade em planejar as realizações das tarefas.										

MARQUE COM UM “X” O QUADRO CORRESPONDENTE À SUA AVALIAÇÃO, DE ACORDO COM OS CONCEITOS MB (MUITO BOM), R (REGULAR), F (FRACO) E D (DEFICIENTE)

Assinatura do Supervisor da Faculdade Assinatura do Supervisor do campo de estágio



ANEXO 06 - PLANO DE ATIVIDADES

CESBA-CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE BACABEIRA
Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1.121. DOU: 01/11/18
C.N.P.J. nº 19.935.786/0001-67

Rua dos Bacurizeiros, Quadra G, Nº 13, Nova Bacabeira - Bacabeira-MA
PLANO DE ATIVIDADES

O plano de atividades do Estagiário é uma exigência da lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, parte integrante e inalienável do Termo de Compromisso de Estágio, que deve ser acordado e assinado entre três partes abaixo qualificadas, com vistas à análise e aprovação a Coordenadoria de Estágio do Curso.

1. IDENTIFICAÇÃO

NATUREZA DO ESTÁGIO: OBRIGATÓRIA.

Estagiário:
Curso:
Período de vigência do estágio:
Carga horária diária:
Carga horária semanal:
Carga horária total:
Supervisor da instituição concedente:
Atividade:
Descrição das atividades:

2. JUSTIFICATIVA

3. COMPETÊNCIAS

4. CONTEÚDOS

5. OBJETIVOS

6. METODOLOGIAS

7. AVALIAÇÃO

8. REFERÊNCIAS

9. COORDENADORIA DE ESTÁGIO

Nome:

Fone: _____ E-

mail: _____

Bacabeira, _____ de _____ de _____.

Coordenação de Estágio

ANEXO 07- TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CESBA-CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE BACABEIRA

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1.121. DOU: 01/11/18

C.N.P.J. nº 19.935.786/0001-67

Rua dos Bacurizeiros, Quadra G, Nº 13, Nova Bacabeira - Bacabeira-MA

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Pelo presente instrumento, as partes a seguir nomeadas, de um lado _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,

Neste ato representado(a) por _____, doravante denominado CONCEDENTE, e o(a) ESTAGIÁRIO(A) _____, portador(a) do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____,

Estado _____, aluno(a) regularmente matriculado(a) no _____ período no curso de _____,

no Centro de Ensino Superior de Bacabeira, doravante denominada INSTITUIÇÃO DE ENSINO, localizada na Rua dos bacurizeiros, Quadra G, nº 13, bairro Nova Bacabeira, na cidade de Bacabeira, Estado do Maranhão, representada neste ato Coordenador de Estágio/ Curso, Professor(a) _____,

acordam e estabelecem entre si as cláusulas e condições que regerão este TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO (TEC) de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Cláusula 1ª Este TCE tem como objetivo formalizar as condições para a realização do estágio dos ESTUDANTES, matriculados no CESBA, e fica vinculado ao Convênio de Concessão de Estágio nº _____ celebrado entre CONCEDENTE e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

Cláusula 2ª Fica compromissado entre as partes que:

- a) Este TCE terá vigência de ____/____/____ a ____/____/____, podendo ser denunciado a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência;
 - b) Este TCE poderá ter sua vigência prorrogada, por iguais e sucessivos períodos, por meio de celebração de termo aditivo, entre CONCEDENTE e o ESTAGIÁRIO com interveniência da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, caso haja interesse de ambas as partes, sendo certo que a duração total do estágio não excederá o período de 2 (dois) anos;
 - c) As atividades a serem cumpridas pelo ESTAGIÁRIO serão desenvolvidas no horário das _____ às _____, totalizando _____ horas semanais.
 - d) A jornada de atividades de estágio deverá compatibilizar-se com o horário escolar de ESTAGIÁRIO e com o horário da CONCEDENTE, obedecendo às definições de estágio no CESBA e a Lei nº 11788/2008;
- I- O Estágio no CESBA deverá ter carga horária máxima de 30 (trinta) horas por semana, podendo-se estender a 24 (vinte e quatro) horas nos casos de cursos da área da saúde;
- II- Estágios com carga horária superior ao previsto no item I desta cláusula poderão ser autorizados, pelo Conselho de Ensino de Graduação, conforme previsão no Programa de Estágio, dentro do limite legal de 30 (trinta) horas, em caráter excepcional;
- III- Os cursos de graduação do CESBA que alternarem disciplinas teóricas e práticas, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderão ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no Projeto Pedagógico do Curso e aprovado pelo Conselho de Ensino de Graduação.
- e) O ESTAGIÁRIO terá direito a recesso não remunerado de 30 (trinta) dias, após 12 (doze) meses de estágio na CONCEDENTE, e caso o estágio seja inferior a este prazo, o período de recesso será proporcional.
 - f) Serão atividades desenvolvidas no (s) local(is) de estágio: (descrever as atividades)

- g) O Supervisor de estágio na CONCEDENTE será representado por _____ (informar nome, profissão e nº Conselho Regional).

Cláusula 3ª Durante a vigência do estágio poderá ser mensalmente concedido ao ESTAGIÁRIO pela CONCEDENTE, Bolsa de Complementação Educacional no valor de R\$ _____ (valor por extenso), e auxílio transporte no valor de R\$ _____, sendo compulsórias as suas concessões no caso do estágio não obrigatório, de acordo com o Art. 12 da Lei 11.788/2008.

Cláusula 4ª A CONCEDENTE se obriga a fazer, a favor do ESTAGIÁRIO, seguro de acidentes pessoais apólices nº da _____ (informar o nome da seguradora) que tenham como causa direta, o desempenho das atividades decorrentes do estágio, de acordo com o Art. 9º, item IV da Lei 11.788/2008.

Cláusula 5ª No desenvolvimento do estágio ora compromissado, caberá a CONCEDENTE:

- a) Propiciar ao ESTAGIÁRIO atividades de aprendizagem social, profissional e cultural compatível com sua formação educacional;
- b) Proporcionar ao ESTAGIÁRIO condições de treinamento prático e de relacionamento humano;
- c) Proporcionar ao ESTAGIÁRIO condições adequadas à execução do estágio, sob a supervisão de profissionais habilitados;
- d) Designar um supervisor para o acompanhamento das atividades do ESTAGIÁRIO;
- e) Entregar termo de realização do estágio com resumo das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho, na ocasião do desligamento do ESTAGIÁRIO;
- f) Enviar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO relatório de atividades a cada 06 (seis) meses, com vista obrigatória ao ESTAGIÁRIO.

Cláusula 6ª No desenvolvimento do estágio ora compromissado, caberá ao ESTAGIÁRIO:

- a) Cumprir com as normas da CONCEDENTE, inclusive comprometendo-se a não divulgar ou transmitir, durante ou após o período de estágio a quem quer que seja, qualquer informação confidencial que se relacione com os negócios da CONCEDENTE;
- b) Elaborar e entregar, à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, relatório sobre o estágio com periodicidade exigida por ela, com visto do Supervisor da CONCEDENTE;
- c) Encaminhar, obrigatoriamente, à INSTITUIÇÃO DE ENSINO e à CONCEDENTE, uma via do presente instrumento devidamente assinada pelas partes e pelo ESTAGIÁRIO.

Cláusula 7ª No desenvolvimento do estágio ora compromissado, caberá a INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

- a) Celebrar termo de o estagiário e com a CONCEDENTE;
- b) Avaliar as instalações da CONCEDENTE do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do estagiário;
- c) Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- d) Exigir do ESTAGIÁRIO a apresentação periódica, em um prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades.

Cláusula 8ª Constitui motivo para interrupção automática da vigência do presente TCE.

- a) A conclusão, abandono do curso ou trancamento de matrícula, cabendo a INSTITUIÇÃO DE ENSINO informar, imediatamente, o fato à CONCEDENTE;
- b) O não cumprimento do convencionado no TCE, bem como no Convênio de Estágio nº ____/20____, do qual decorre;

Cláusula 9ª Assim materializado e caracterizado o presente estágio, segundo a legislação, não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza, entre o (a) ESTAGIÁRIO (a) e a CONCEDENTE, nos termos do que dispõe o artigo 3º da Lei n.º 11.788/2008.

Por estarem de acordo com as apartes signatárias deste instrumento, subscrevem-no em 03 (três) vias de igual teor. Bacabeira, _____ de _____ de _____.

ESTAGIÁRIO

CONCEDENTE



**7.4 REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE BACABEIRA - CESBA**

**REGULAMENTO DO TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO – TCC**

BACABEIRA

2021

Este regulamento tem por finalidade orientar o processo de desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação nas modalidades Bacharelado e Licenciatura da IES, estabelecendo critérios e procedimentos gerais a serem adotados quando a atividade se encontrar prevista na Matriz Curricular do curso.

CAPÍTULO 1 – Das Disposições Preliminares

Art. 1º O presente regulamento disciplina o processo de elaboração, apresentação e avaliação de Trabalho de Conclusão dos Cursos de Graduação da IES.

Parágrafo Único: Os cursos de graduação da IES, obedecidas as normas gerais deste regulamento, poderão constituir regulamentos próprios nos quais explicitem as normas e singularidades/especificidades de suas áreas e/ou cursos. No entanto, tal decisão deverá ter sua gênese a partir de decisões colegiadas e o aval da Direção Acadêmica.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é realizado individualmente, por acadêmicos devidamente matriculados na disciplina em questão (salvo em casos excepcionais poderá ser realizado em dupla) podendo abordar tema teórico ou teórico-prático, com orientação dos docentes dos Cursos de Graduação da IES e relatado sob a forma de uma MONOGRAFIA.

Parágrafo Único: Os cursos de graduação terão autonomia para optar por outro formato de Trabalho de Conclusão de Curso, desde que tal decisão tenha a sua gênese advinda de discussões e acordos colegiados e o aval em última instância da Direção Acadêmica.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC deve propiciar aos alunos a oportunidade de demonstrar as competências adquiridas para resolver problemas complexos das áreas em que se estabelecem ou convergem os seus respectivos cursos de Graduação.

CAPÍTULO 2 – Do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Art. 4º O processo do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC compreende etapas sucessivas, a serem desenvolvidas ao longo dos semestres letivos em que o aluno estiver matriculado no Curso.

Parágrafo Primeiro: nos cursos de graduação da IES, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC se constitui a partir de dois momentos (semestres) específicos: no penúltimo período/semestre na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I (constituição do projeto de pesquisa) e no último período/semestre na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II (elaboração e defesa do TCC), salvo nos casos em que a atividade se encontrar prevista, na Matriz Curricular do curso, somente em um só momento, no último período do curso Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (elaboração e defesa do TCC);

Art. 5º O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC deve ser entregue ao professor-orientador, designado para este fim e nos setores instituídos neste regulamento para recebê-lo após a sua finalização.

Art. 6º A mudança de tema do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC somente pode ocorrer, a partir de proposta do aluno ou do professor-orientador, com parecer conclusivo deste.

CAPÍTULO 3 – Dos alunos e professores-orientadores

Art. 7º Os alunos dos Cursos de Graduação da IES serão submetidos ao processo de orientação, para efeito de escolha do tema e elaboração do trabalho.

Art. 8º O aluno, dentre outros, tem os seguintes deveres específicos:

- I. Apresentar, primeiramente, ao professor-orientador um anteprojeto contendo: o tema, a justificativa da escolha do tema, os objetivos e bibliografia;
- II. Apresentar cronograma, com a supervisão do professor orientador, determinando as etapas a serem cumpridas e os prazos para a realização das tarefas;
- III. Cumprir o calendário divulgado pela coordenação do curso, para realização das atividades propostas na monografia;
- IV. Frequentar as reuniões convocadas pelo coordenador de curso, pelo coordenador de TCC do seu curso ou pelo seu professor-orientador;
- V. Manter contatos/encontros semanais com o seu professor-orientador, para discussão do trabalho acadêmico em desenvolvimento;

- VI. Elaborar a versão final da monografia, obedecendo às normas e instruções deste regulamento e outras, aprovadas pela coordenação de curso, quando for o caso;
- VII. Comparecer em dia, hora e local determinados pela coordenação de curso ou da coordenação de TCC para apresentar e defender a versão final de sua monografia, perante banca examinadora.

Art. 9º Todos os professores dos Cursos de Graduação da IES são professores orientadores, desde que possuam, no mínimo, curso de especialização. No entanto, tal orientação far-se-á adequando o interesse do professor-orientador com a sua área de atuação e disponibilidade. Definidas estas questões, professor-orientador e aluno estabelecerão, entre si, horário e local para reuniões semanais ou quinzenais de orientação.

Parágrafo primeiro: quanto ao local e horário da orientação, não existe obrigatoriedade para que a reunião seja física, pois poderá ser via webchat ou webconferência.

Parágrafo segundo: só haverá substituição do professor orientador mediante concordância deste, do professor substituto escolhido pelo aluno, do coordenador de TCC e do coordenador do curso, salientando que a troca de orientador não pode interferir nos prazos estabelecidos para a entrega do trabalho (que não serão estendidos). Esta troca ficará documentada por escrito. (APÊNDICE A)

Parágrafo terceiro: o relacionamento entre professor orientador e aluno deve ser o mais profissional possível, o que implica em direitos e responsabilidades de ambas as partes. Qualquer problema entre orientador e aluno deverá ser comunicado ao coordenador do curso e ao coordenador de TCC o mais breve possível, para que sejam tomadas as providências cabíveis em cada caso.

Art. 10º Cabe ao professor-orientador:

- I. Orientar os alunos na escolha do tema e na elaboração e execução do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, sob a forma de monografia, desenvolvido ao longo do curso;

- II. Sugerir à coordenação de curso, normas ou instruções destinadas a aprimorarem o processo do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC;
- III. Acompanhar o desenvolvimento do TCC por meio de reuniões semanais ou quinzenais de orientação (obrigatoriamente nas dependências da IES) em dia e hora combinados com o aluno e informados, através de relatórios mensais à coordenação de curso e coordenação de TCC. (APÊNDICE B)
- IV. Participar de reuniões, convocadas pelo coordenador do TCC, para análise do processo do Trabalho de Conclusão de Curso, assim como da avaliação dos alunos;
- V. Emitir relatórios periódicos, parciais e finais, sobre o desempenho e a avaliação dos acadêmicos, com vistas ao Trabalho de Conclusão de Curso;
- VI. Para os alunos que estiverem em elaboração da monografia, marcar dia, hora e local da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, perante banca examinadora.
- VII. Anotar as sugestões da banca examinadora durante a defesa do trabalho e acompanhar a inclusão das mesmas na elaboração do trabalho final a ser entregue pelo aluno.
- VIII. Um professor orientador pode orientar, no máximo, 8 (oito) trabalhos simultaneamente.

CAPÍTULO 4 – Da Defesa e Entrega Final do TCC

Art. 11º A entrega do TCC será feita à secretaria acadêmica da IES, nos prazos estabelecidos em calendário pelo coordenador de curso ou coordenador de TCC, com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias úteis da defesa, em 3 (três) vias encadernadas em espiral simples que serão entregues para os membros da Banca Examinadora respeitando as normas exigidas para trabalhos acadêmicos de monografia. (APÊNDICE C)

Parágrafo Único: a data da defesa do TCC estará disponível na coordenação do curso no início do semestre previsto para a mesma.

Art. 12° Na defesa pública, no que tange à fase disponibilizada à exposição do trabalho à banca, apenas um dos integrantes do grupo de acadêmicos inscritos como autores do trabalho deverá fazer tal explanação.

Parágrafo Primeiro: É obrigatória a presença de todos os integrantes/autores do trabalho de conclusão de curso na sessão de defesa pública.

Parágrafo Segundo: Na fase de arguição acerca do trabalho pela banca examinadora todos os integrantes/autores devem estar presentes e serão inquiridos/sabatinados pelos professores componentes da banca, tudo afim de constituir a nota individual de cada acadêmico-integrante/autor, bem como a autenticidade/concretude de sua participação na constituição do trabalho.

Art. 13° Após a defesa e aprovação do TCC, o aluno ou equipe terá um prazo máximo 07 (sete) dias corridos, a contar da data da defesa, para os devidos ajustes e, em seguida, protocolar na secretaria acadêmica da IES a versão definitiva em 2 (duas) vias, encadernadas em capa dura, na cor azul royal, com letras cor dourada, acompanhadas de 1 (uma) cópia em CD, incluindo os slides da apresentação.

Art. 14° Os trabalhos devem respeitar o cronograma e prazos estabelecidos para serem avaliados no período corrente. O aluno que não entregar por escrito o Trabalho de Conclusão de Curso e/ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado, será automaticamente reprovado, podendo apresentar novo trabalho, somente no semestre letivo posterior, de acordo com o calendário acadêmico.

Parágrafo único: nesse caso, o aluno não participará da colação de grau no semestre, podendo colar grau no semestre seguinte ou em cerimônia reservada pela Direção Geral da IES.

Art. 15° Os alunos que não se inscreverem para a defesa do TCC no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o início do semestre letivo só poderá fazê-lo mediante preenchimento de requerimento próprio dirigido ao coordenador de curso, até no máximo 60 (sessenta) dias do início do semestre. (APÊNDICE D)

Parágrafo único: os prazos de entrega dos trabalhos e defesa não serão prorrogados.

Art. 16° O professor orientador possui plena autonomia e poder para impedir que um trabalho entre em processo de avaliação ou mesmo para reprovar o aluno a qualquer tempo, desde que com substância para tal decisão justificada, encaminhada e discutida na coordenação de curso e coordenação de TCC. Caso o orientador não avalize o trabalho realizado temendo pela sua reprovação ou acreditando que ele ainda não reúna condições de se dar como terminado, de acordo com seus critérios, é possível não autorizar a entrega pelo aluno.

CAPÍTULO 5 – Da avaliação do TCC

Art. 17°A avaliação do TCC será feita pelas três pessoas que participarão da banca examinadora, sendo composta pelo professor-orientador e mais dois professores do curso em que o aluno esteja vinculado/matriculado. Em casos especiais, a coordenação de curso poderá convidar professores externos para participar como membro da banca examinadora.

Parágrafo primeiro: o professor orientador, juntamente com a coordenação do curso e coordenação de TCC, indicará os professores que irão compor a banca examinadora e estes deverão ser preferencialmente da área do objeto do TCC. (APÊNDICE E)

Parágrafo segundo: todas as notas referentes à avaliação do TCC compreenderão valores entre zero (0) e dez (10) e ficarão sujeitas, nas composições, aos critérios de arredondamento estabelecidos pela IES.

Art. 18° A primeira nota de avaliação do professor-orientador com peso equivalente a 50% (cinquenta por cento) far-se-á de acordo com os seguintes itens: conhecimento teórico, domínio prático do tema, complexidade do trabalho, originalidade do trabalho, compatibilidade das conclusões com a proposta inicial e desempenho do aluno, fundamentação teórica, coerência temática, estrutura formal, bibliografia, objetividade e recursos utilizados. (APÊNDICE F)

Art. 19° As segunda e terceira notas serão atribuídas pela banca examinadora, julgados seu desempenho na apresentação, capacidade de argumentação nos

questionamentos e apresentação do trabalho escrito, tendo peso equivalente a 50% do total. (APÊNDICE C)

Parágrafo Primeiro: a defesa do Trabalho de Conclusão do Curso compreenderá exposição oral do conteúdo do mesmo, podendo ser objeto de arguição e deverá estender-se por tempo não superior a 20 minutos.

Parágrafo Segundo: no âmbito da defesa/exposição do trabalho, apenas um dos componentes da dupla poderá fazê-lo. No entanto, todos serão arguidos pela banca examinadora no que tange ao trabalho e as notas serão constituídas individualmente para cada um dos componentes da dupla ou trio.

Art. 20° Com base no exame do trabalho escrito e da apresentação oral do mesmo, os membros da banca deverão chegar a um total de notas que corresponderão a três julgamentos finais (APÊNDICE G):

- I. média maior ou igual a 9,0: trabalho aprovado com louvor;
- II. média 7,0 a 8,9: trabalho aprovado;
- III. média inferior a 7,0: trabalho reprovado, devendo o TCC ser apresentado no próximo semestre letivo.
- IV. sem média: aprovado com ressalvas;

Art. 21° O aluno será considerado aprovado, quando no final da média, atingir nota igual ou superior a 7,0 (sete).

Art. 22° Em casos de reprovação, os alunos reprovados têm o direito a recurso perante o coordenador do curso e coordenador de TCC, que deverá ser apresentado por escrito dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de defesa. Feito isso, o coordenador do curso juntamente com o professor-orientador TCC e coordenador de TCC analisarão a procedência do pedido, determinando seu arquivamento definitivo ou em caso de aceitação das justificativas procederá da seguinte forma: nomeará uma nova banca examinadora e nova defesa. Esta banca tem um prazo de 15 (quinze) dias corridos para manifestar-se de forma definitiva sobre o assunto.

Art. 23° No caso de aprovado com ressalvas, os alunos deverão proceder à correção do trabalho de acordo com as sugestões feitas pela Banca Examinadora, entregando nova versão para avaliação em prazo estipulado pela mesma antes da colação de grau. Após nova avaliação feita pelos mesmos membros da banca, total ou parcialmente composta, se aprovado, o aluno participará da cerimônia de colação de grau. Se reprovado, procederá conforme instruções do artigo anterior.

Art. 24° A coordenação do curso publicará a relação dos alunos que procederam à entrega da prévia do TCC até a data prevista, com a devida anuência do professor orientador definindo a data, horário e local das defesas e a constituição das bancas examinadoras.

Parágrafo primeiro: as defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso serão realizadas em sessão pública;

Parágrafo segundo: as notas finais serão publicadas após a entrega final do Trabalho de Conclusão de Curso, em versão definitiva.

CAPÍTULO 6 – Das disposições gerais

Art. 25° É de inteira responsabilidade do aluno a verificação de seus prazos e obrigações junto à secretaria acadêmica, coordenação de curso e coordenação de TCC.

Art. 26° Todas as suspeitas de fraude acadêmica, seja a utilização de trabalhos já realizados, nesta ou em outras instituições, seja o recorte de partes de outros trabalhos, serão rigorosamente verificadas.

Parágrafo único: em caso de confirmação das suspeitas será nomeada uma comissão de ética presidida pelo(a) Diretor(a) Acadêmico(a), com a presença do coordenador do curso, coordenador de TCC e o professor orientador do TCC que irão analisar a extensão e a gravidade do plágio acadêmico, ficando o aluno passível de aplicação das normas disciplinares da IES.

Art. 27° É vedada orientação de TCC nos meses de recesso escolar e férias, salvo em casos de matrícula em regime excepcional de estudos.



Art. 28° Os trabalhos apresentados e aprovados pela banca examinadora estarão à disposição dos alunos para consulta na Biblioteca da IES.

CAPÍTULO 6 - Das disposições finais

Art. 29° Os casos omissos e as interpretações deste Regulamento devem ser resolvidos pelas coordenações de curso e coordenações de TCC, com recurso, em instância final, para o colegiado de curso e Direção Acadêmica da IES.

Art. 30° Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pela Direção Acadêmica da IES.

APÊNDICE A

**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA DE PROFESSOR(A)
ORIENTADOR(A)**

Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 9º do Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC, substituição do/a professor/a orientador/a.

ALUNO/A	
MATRÍCULA	
TEMA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A ATUAL	
NOME	
ASSINATURA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A PROPOSTO/A	
NOME	
ASSINATURA	
MOTIVO	

Bacabeira-MA, _____ de _____ de _____.

Assinatura do/a aluno/a

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A estrutura do TCC deve estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) que obedece à seguinte estrutura: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Os elementos pré-textuais são compostos de:

- Capa (obrigatório)
- Lombada (opcional)
- Folha de rosto (obrigatório)
- Errata (opcional)
- Folha de aprovação (obrigatório)
- Dedicatória (opcional)
- Agradecimentos (opcional)
- Epígrafe (opcional)
- Resumo na língua vernácula (obrigatório)
- Resumo em língua estrangeira (obrigatório)
- Lista de ilustrações (opcional)
- Lista de abreviaturas e siglas (opcional)
- Lista de símbolos (opcional)
- Sumário (obrigatório)

Os elementos textuais são compostos de:

- Introdução
- Desenvolvimento
- Conclusão

Os elementos pós-textuais são compostos de:

- Referências (obrigatório)



- Glossário (opcional)
- Apêndice (opcional)
- Anexo (opcional)
- Índice (opcional)

Em caso de dúvidas, a IES possui um Manual de Normalização de Trabalhos Científicos para normalização de referências e apresentação de trabalhos acadêmicos que está de acordo com as normas da ABNT, disponível para consulta no site da IES.

APÊNDICE D

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO TCC

Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 15º do Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão do Curso de _____, matrícula na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

ALUNO/A	
MATRÍCULA	
TELEFONES	
E-mail	
TEMA	
APRESENTAÇÃO DO TEMA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A	

xxxxx, ____ de _____ de _____.

Assinatura do/a Professor/a orientador/a

Assinatura/s aluno/a/s

APÊNDICE E

FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE BANCA EXAMINADORA

Do(a): Professor(a) Orientador(a)

Para: COORDENAÇÃO DE TCC

Eu, Professor(a) _____, em comum acordo com o(a) aluno(a) _____, sugerimos para compor a Banca Examinadora do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO com o título _____, os seguintes membros:

1. _____

2. _____

Sendo o dia ____/____/____ às _____ horas, a data para apresentação do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, e os recursos didáticos necessários são _____

Aproveito a oportunidade para informar que a nota do(a) aluno(a), referente aos trabalhos intermediários, é ____ (_____).

Aguardando a homologação da Banca Examinadora pela Coordenação do Curso de _____ subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

Professor(a) Orientador(a)

Banca aprovada pela Coordenação do curso de _____ em
 ____/____/____

APÊNDICE F

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

DADOS DO ALUNO			
Nome:			
Título do Trabalho:			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		NOTA	
SOBRE O TRABALHO ESCRITO: 4,0 pontos			
Conhecimento teórico			
Domínio prático do tema			
Complexidade do trabalho			
Compatibilidade das conclusões com a proposta inicial			
Sub-total			
SOBRE A PARTE METODOLÓGICA: 4,0 pontos			
Fundamentação teórica			
Coerência temática			
Estrutura formal			
Bibliografia			
Sub-total			
SOBRE A APRESENTAÇÃO: 2,0 pontos		Aluno 1	Aluno 2
Objetividade/Clareza e Pertinência da exposição			
Recursos utilizados			
Sub-total			
Total: soma total das notas			

XXX, ____ de _____ de ____.

Nome e assinatura do avaliador

ESCLARECIMENTOS SOBRE OS ITENS AVALIADOS

SOBRE O TRABALHO ESCRITO

- I. **CONHECIMENTO TEÓRICO** é o nível demonstrado de informação atualizada sobre os trabalhos mais representativos publicados na área.
- II. **DOMÍNIO PRÁTICO DO TEMA** é a capacidade de utilizar as informações teóricas selecionadas aplicando-as adequadamente, seja em termos de análise de uma situação concreta, seja em nível de intervenção na realidade.
- III. **COMPLEXIDADE DO TRABALHO** - corresponde a dois aspectos: de um lado cabe checar o processo de produção do trabalho, no nível das dificuldades para a coleta de dados e acesso a informações compatíveis, bem como avaliar as dificuldades intrínsecas de estudo do tema proposto. Cabe checar também o produto do trabalho em termos da sua contribuição para a área de conhecimento em que se insere. Neste sentido, deve ser avaliada a capacidade do aluno de propor soluções diferenciadas e adequadas à problemática dissertada na monografia, bem como a capacidade de integrar as principais contribuições dos autores consultados, com sensibilidade e senso crítico.
- IV. **COMPATIBILIDADE DAS CONCLUSÕES COM A PROPOSTA INICIAL** - ela implica na análise do nível de consistência lógica do trabalho, avaliação quanto à adequação da metodologia e dos dados coletados aos objetivos propostos, e do grau da clareza nas conclusões apresentadas.

SOBRE A PARTE METODOLÓGICA

- I. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA** deve expressar o conjunto de idéias ou teorias que orientaram o desenvolvimento do trabalho. De forma operacional, esta fundamentação fica patente no trabalho pela indicação expressa pelo autor representativo (que fez escola) da área em questão, de uma teoria de renome ou de um modelo já defendido em trabalhos anteriores.
- II. **COERÊNCIA TEMÁTICA** diz respeito à ordenação lógica e consistente do conteúdo do trabalho. Tema, objetivos a atingir, as hipóteses elaboradas e metodologia escolhida para pesquisa devem afinar-se e apresentar-se de forma

particular, ou seja: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.

III. ESTRUTURA FORMAL trata da apresentação gráfica da monografia e sua construção de acordo com os padrões ortográficos e metodológicos vigentes.

IV. BIBLIOGRAFIA refere-se ao conjunto de obras consultadas cuja indicação no trabalho é absolutamente indispensável. Devem ser levadas em conta, neste caso, regras rígidas para correta reprodução de referências bibliográficas.

SOBRE A APRESENTAÇÃO

O aluno deverá decidir, com o apoio do professor orientador, qual a melhor forma de apresentar o trabalho diante da Banca Examinadora, no sentido de otimizar sua participação buscando a objetividade, clareza, criatividade, recursos utilizados e, acima de tudo, demonstrar domínio do tema desenvolvido, observando o tempo estabelecido para esta tarefa.

APÊNDICE D

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO TCC

Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 15º do Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão do Curso de _____, matrícula na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

ALUNO (S)	
MATRÍCULA (S)	
TELEFONES	
E-mail	
TEMA	
APRESENTAÇÃO DO TEMA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A	

Bacabeira - MA, ____ de _____ de _____.

Assinatura do/a Professor/a orientador/a

Assinatura/s aluno/a/s

APÊNDICE E

FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE BANCA EXAMINADORA

Do(a): Professor(a) Orientador(a)

Para: COORDENAÇÃO DE TCC

Eu, Professor(a) _____, em comum acordo com o(a) aluno(a) _____, sugerimos para compor a Banca Examinadora do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO com o título _____, os seguintes membros:

1. _____

2. _____

Sendo o dia ____/____/____ às _____ horas, a data para apresentação do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, e os recursos didáticos necessários são

Aproveito a oportunidade para informar que a nota do(a) aluno(a), referente aos trabalhos intermediários, é _____ (_____).

Aguardando a homologação da Banca Examinadora pela Coordenação do Curso de _____ subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

Professor(a) Orientador(a)

Banca aprovada pela Coordenação do curso de _____ em
____/____/____

APÊNDICE F

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

DADOS DO (S) ALUNO (S)			
Nome (s):			
Título do Trabalho:			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		NOTA	
SOBRE O TRABALHO ESCRITO: 4,0 pontos			
Conhecimento teórico			
Domínio prático do tema			
Complexidade do trabalho			
Compatibilidade das conclusões com a proposta inicial			
Subtotal			
SOBRE A PARTE METODOLÓGICA: 4,0 pontos			
Fundamentação teórica			
Coerência temática			
Estrutura formal			
Bibliografia			
Subtotal			
SOBRE A APRESENTAÇÃO: 2,0 pontos		Aluno 1	Aluno 2
Objetividade/Clareza e Pertinência da exposição			
Recursos utilizados			
Subtotal			
Total: soma total das notas			

Bacabeira - MA, ____ de _____ de ____.

Nome e assinatura do avaliador

ESCLARECIMENTOS SOBRE OS ITENS AVALIADOS

SOBRE O TRABALHO ESCRITO

- I. **CONHECIMENTO TEÓRICO** é o nível demonstrado de informação atualizada sobre os trabalhos mais representativos publicados na área.
- II. **DOMÍNIO PRÁTICO DO TEMA** é a capacidade de utilizar as informações teóricas selecionadas aplicando-as adequadamente, seja em termos de análise de uma situação concreta, seja em nível de intervenção na realidade.
- III. **COMPLEXIDADE DO TRABALHO** - corresponde a dois aspectos: de um lado cabe checar o processo de produção do trabalho, no nível das dificuldades para a coleta de dados e acesso a informações compatíveis, bem como avaliar as dificuldades intrínsecas de estudo do tema proposto. Cabe checar também o produto do trabalho em termos da sua contribuição para a área de conhecimento em que se insere. Neste sentido, deve ser avaliada a capacidade do aluno de propor soluções diferenciadas e adequadas à problemática dissertada na monografia, bem como a capacidade de integrar as principais contribuições dos autores consultados, com sensibilidade e senso crítico.
- IV. **COMPATIBILIDADE DAS CONCLUSÕES COM A PROPOSTA INICIAL** - ela implica na análise do nível de consistência lógica do trabalho, avaliação quanto à adequação da metodologia e dos dados coletados aos objetivos propostos, e do grau da clareza nas conclusões apresentadas.

SOBRE A PARTE METODOLÓGICA

- I. **FUNDAMENTAÇÃO TEORICA** deve expressar o conjunto de ideias ou teorias que orientaram o desenvolvimento do trabalho. De forma operacional, esta fundamentação fica patente no trabalho pela indicação expressa pelo autor representativo (que fez escola) da área em questão, de uma teoria de renome ou de um modelo já defendido em trabalhos anteriores.
- II. **COERÊNCIA TEMÁTICA** diz respeito à ordenação lógica e consistente do conteúdo do trabalho. Tema, objetivos a atingir, as hipóteses elaboradas e metodologia escolhida para pesquisa devem afinar-se e apresentar-se de forma particular, ou seja: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.
- III. **ESTRUTURA FORMAL** trata da apresentação gráfica da monografia e sua construção de acordo com os padrões ortográficos e metodológicos vigentes.

- IV. **BIBLIOGRAFIA** refere-se ao conjunto de obras consultadas cuja indicação no trabalho é absolutamente indispensável. Devem ser levadas em conta, neste caso, regras rígidas para correta reprodução de referências bibliográficas.

SOBRE A APRESENTAÇÃO

O aluno deverá decidir, com o apoio do professor orientador, qual a melhor forma de apresentar o trabalho diante da Banca Examinadora, no sentido de otimizar sua participação buscando a objetividade, clareza, criatividade, recursos utilizados e, acima de tudo, demonstrar domínio do tema desenvolvido, observando o tempo estabelecido para esta tarefa.

APÊNDICE G
FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL DO TCC

DADOS DO ALUNO			
Nome:			
Título do Trabalho:			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Av1 Orientador	Av2 Membro da banca	Av3 Membro da banca
SOBRE O TRABALHO ESCRITO			
Subtotal			
SOBRE A PARTE METODOLÓGICA			
Subtotal			
SOBRE A APRESENTAÇÃO			
Subtotal			
Média aritmética das notas dos membros da banca			
Total das notas do orientador X 0,50			
Média aritmética da soma das notas dos membros da banca X 0,50			
Resultado final: soma dos resultados das notas do orientador e dos membros da banca			

7.5 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO CESBA

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO, DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 1. As atividades de extensão no CESBA se constituem sob a égide da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Meta 12, estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação e do artigo 207 da Constituição da República Federal do Brasil de 1988.

Art. 2. No CESBA as atividades de extensão se estabelecem como [...] atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018).

Art. 3. As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos de graduação do CESBA e deverão fazer parte da matriz curricular e do histórico curricular estudantil.

Parágrafo único. Entende-se por carga horária total a soma das horas dos componentes curriculares, incluídos, quando houver, atividades complementares ou de complementação profissional, trabalho de conclusão de curso (TCC), estágio obrigatório e outras atividades práticas e teóricas que compõem a matriz curricular de cada curso de graduação.

Art. 4. São consideradas atividades de extensão as ações que envolvam diretamente a comunidades externa com o CESBA e que estejam vinculadas à formação do estudante.

Art. 5. Para efeito deste regulamento são consideradas práticas de extensão:

I – a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II – a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III – a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e da aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV – a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico;

V – o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

VI – a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes curriculares para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

VII – a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

VIII – o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

IX – o apoio a princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

X – a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável do país.

Art. 6 As atividades de extensão podem ser constituídas nas seguintes modalidades:

I – programas;

II – projetos;

III – cursos;

IV – eventos.

CAPÍTULO II

DA INSERÇÃO CURRICULAR

Art. 7. Os PPCs deverão definir as atividades de extensão que serão reconhecidas para fins de creditação curricular, dentro das seguintes unidades curriculares:

I – como disciplina específica da matriz curricular, que dedicará toda a carga horária de um período letivo à realização de atividades de extensão;

II – como atividade de extensão em parte da carga horária de uma disciplina do currículo, constituída de ações de extensão em projetos, cursos e eventos;

III – como composição dos itens I e II.

§ 1º Não é objetivo aumentar a carga horária total dos cursos de graduação. Entretanto, se o Colegiado de Curso, julgar necessário, deverá justificar a necessidade de aumento da carga horária e submeter à apreciação do CONSUP.

§ 2º. As disciplinas referentes ao inciso I serão registradas no histórico como disciplinas curriculares nomeadas Práticas de Extensão.

§ 3º. As disciplinas referentes ao inciso II serão registradas no histórico tendo parte de sua carga horária como extensão.

§ 4º. As atividades de extensão deverão ter um professor orientador e supervisor sob sua égide, o qual determinará os temas, os conhecimentos desenvolvidos e aplicados, o público interno e externo atingido e o modus operandi de cada uma das atividades desenvolvidas.

§ 5º. As atividades de extensão poderão ser desenvolvidas individualmente ou em grupos de alunos, sendo tal dimensionamento estabelecido pelo professor orientador/supervisor.

§ 6º. Em qualquer que seja a modalidade, o aluno deverá ser avaliado a partir do seu relatório de execução da atividade e o professor, por sua vez, deverá enviar o arquivo digital para repositório de comprovação das atividades desenvolvidas à coordenação de Atividades Complementares e Extensão.

§ 7º. A constituição da carga horária das Práticas de Extensão deverá ser estabelecida, considerando:

- a) Mínimo de 10 (dez) horas para planejamento;
- b) Mínimo de 10 (dez) horas para execução da atividade:
 - i - quando evento, curso ou projeto, a carga horária em b prevê todos os aspectos organizacionais até a execução;
 - ii - quando prestação de serviços à comunidade, a carga horária prevê desde a interação com a comunidade até a efetivação do serviço.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO E DA COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES E EXTENSÃO

SEÇÃO 1

DA COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES E EXTENSÃO

Art. 8. Fica desde já constituída a Coordenação de Atividades Complementares e Extensão para constituir a gestão das atividades de extensão no CESBA.

§ 1º. A coordenação de atividades complementares e extensão deverá manter pasta de cada aluno com as atividades desenvolvidas e portfólio das ações no formato digital em nuvens e backup.

§ 2º. A coordenação de atividades complementares e extensão deverá se reunir antes de cada semestre do curso para o planejamento das atividades de extensão para o semestre e constituir cronograma das atividades para cada curso, mantendo a organização de arquivos, certificados e outros aspectos necessários ao pleito.

§ 3º. Toda a gestão de arquivos, emissão de certificados e outras necessidades da coordenação de atividades complementares e extensão deverá ser feita única e exclusiva na forma digital.

SEÇÃO 2

DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS NA MATRIZ CURRICULAR

Art. 9. As atividades de extensão desenvolvidas como disciplina específica da matriz curricular deverão estar integradas a um ou mais conhecimentos que constituem os conteúdos do curso e deverão estar registradas no sistema de registro de ações de extensão do CESBA, no formato digital, sob a égide da coordenação de Atividades Complementares e Extensão.

Parágrafo único. As atividades desenvolvidas como extensão devem envolver a comunidade externa e estar articuladas aos objetivos do curso e ao perfil do egresso.

Art. 10. O plano de ensino das disciplinas que dediquem toda ou parte da carga horária ao desenvolvimento de atividades de extensão deverão detalhar as atividades e cronograma, descrever a metodologia e as formas de avaliação, e discriminar a carga horária correspondente à cada atividade.

PARÁGRAFO ÚNICO. A incorporação de atividades de extensão em parte da carga horária de disciplina da matriz curricular não implica necessariamente alteração na ementa da disciplina.

Art. 11. A participação dos estudantes em ações de extensão em projetos, eventos e cursos que envolvam a comunidade interna e externa PODERÁ ser reconhecida para fins de integralização curricular e poderá ser registrada em disciplinas denominadas “Práticas de Extensão”, ou :

I – “Práticas de Extensão I – Projetos”;

II – “Práticas de Extensão II – Evento”;

III – “Práticas de Extensão III – Cursos”.

§ 1º O PPC deverá especificar as características das ações de extensão que desempenham papel formativo para os estudantes, respeitados os conceitos e princípios estabelecidos por esta resolução normativa.

§ 2º O PPC poderá definir a carga horária mínima a ser cumprida pelo estudante em cada uma das modalidades mencionadas nos incisos de I a III.

§ 3º Preferencialmente, as atividades de extensão devem ser oferecidas ao estudante no seu turno de estudo.

§ 4º Os cursos de educação a distância (EaD) também devem promover atividades de extensão para a participação de seus estudantes.

§ 5º Horas de estágio não podem ser contabilizadas como extensão.

§ 6º Para validação, as ações de extensão devem estar registradas e aprovadas na Secretaria Acadêmica do CESBA, e será considerada a carga horária total do estudante no semestre incluída no sistema pelo professor orientador/supervisor.

SEÇÃO 3

DA ORIENTAÇÃO/SUPERVISÃO DE EXTENSÃO DO CURSO

Art. 12. O reconhecimento e avaliação das atividades de extensão na forma de unidade curricular serão feitos por um professor orientador/supervisor de extensão de curso.

Art. 13. No início do semestre, a coordenação de curso deverá indicar os docentes para exercer a função de orientador/supervisor de extensão de curso, com as seguintes atribuições:

I – coordenar, orientar e acompanhar as ações de extensão realizadas no âmbito do curso nos termos da curricularização da extensão;

II – avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelo estudante em concordância com o PPC;

III – constituir o Plano de Ensino da Disciplina, cadastrando e organizando o cronograma de ações, de modo a enviar o relatório final à Coordenação de Atividades Complementares e Extensão para fins de registro e emissão de certificados digitais.

Art. 14. Para o exercício das funções de orientador/supervisor de extensão de curso serão alocados 60 (sessenta) minutos semanais para o trabalho em cada uma das disciplinas PRÁTICAS DE EXTENSÃO que possuem a carga horária total como extensão.

Parágrafo único. As Práticas de Extensão que se constituem de parte da carga horária da disciplina ou componente curricular, deverão ser orientadas e supervisionadas pelo mesmo docente da carga horária teórica e prática da disciplina, ficando as suas obrigações estabelecidas conforme o art. 13 desta Resolução e disponibilizados 60 (sessenta) minutos semanais para o trabalho na disciplina, no que cabe à carga horária de extensão.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Esta resolução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Caberá ao CONSUP criar programas de apoio financeiro, programas de capacitação e explicitar os instrumentos e indicadores na autoavaliação continuada para as ações de extensão previstas nesta resolução normativa, nos termos do Art. 11 da Resolução 07 CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018.



Art. 17. Os cursos de graduação terão prazo até 15 de janeiro de 2022 para a implantação do disposto nesta resolução normativa.